

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

POLÍMNIA OLINTO CASSIMIRO

**POLÍTICAS PÚBLICAS E MEMÓRIA: PROGRAMA CONQUISTA
CRIANÇA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
MAIO DE 2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

POLÍMNIA OLINTO CASSIMIRO

**POLÍTICAS PÚBLICAS E MEMÓRIA: PROGRAMA CONQUISTA
CRIANÇA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade - PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridades da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Cultura e Educação.

Orientador: Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos.

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

MAIO DE 2020

C338m	<p style="text-align: center;">Cassimiro, Polímnia Olinto.</p> <p>Políticas públicas e memória: Programa Conquista Criança no município de Vitória da Conquista – BA. / Polímnia Olinto Cassimiro – Vitória da Conquista, 2020. 120f.</p> <p style="text-align: center;">Orientador: João Diógenes Ferreira dos Santos. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2020.</p> <p style="text-align: center;">Inclui referências: F. 112 - 118.</p> <p style="text-align: center;">1. Programa Conquista Criança - Memórias. 2. Criança e adolescente. 3. Políticas públicas. 4. Vitória da Conquista – Programa Conquista Criança. I. Santos, João Diogenes Ferreira dos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós- Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.</p> <p style="text-align: right;">CDD: 305.230981</p>
-------	---

Catalogação na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista - BA

Título em inglês: Public policies and memory: Programa Conquista Criança in the Municipality of Vitória da Conquista – BA.

Keywords: Child and Adolescents; Memoirs; Public policy; Programa Conquista Criança.

Área de concentração: Multidisciplinariedade da Memória.

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos (presidente); Profa. Dra. Tânia Rocha de Andrade Cunha (titular); Prof. Dr. Ivan Faria (titular).

Data da Defesa: 05 de Maio de 2020.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

POLÍMNIA OLINTO CASSIMIRO

**POLÍTICAS PÚBLICAS E MEMÓRIA: PROGRAMA CONQUISTA
CRIANÇA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade - PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Data da aprovação: 05 de maio de 2020.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos

Ass.:



(Presidente)

Instituição: UESB

Profa. Dra. Tânia Rocha Andrade Cunha

Ass.:



Instituição: UESB

Prof. Dr. Ivan Faria

Ass.:



Instituição: UEFS

Dedico esse trabalho a Maria e Sophia, alegres sementes do amanhã que mantêm nossa família sempre em união, de forma apaixonada.

AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos recorrendo ao início de minha trajetória. Recorro àqueles que, no invisível, se fizeram presentes desde meu nascimento: ao Deus Todo Poderoso, por eu poder experimentar essa vida, por existir nessas circunstâncias que tanto me têm convidado a evoluir, tudo sob o manto de Sua proteção. Por conta das experiências vivenciadas nos últimos tempos, hoje sou muito grata à espiritualidade, que, com a permissão divina, tem estado comigo em cada segundo de minha vida, me protegendo, acolhendo, inspirando e, muitas vezes, provando o quão é necessário gozar de momentos de “solitude” para evitar as distrações ao meu processo evolutivo.

Sigo agradecendo às minhas referências vivas hoje no plano espiritual, na ordem de suas partidas. À amada tia Julinha, que me amou como uma filha e me mostrou, lá no passado, que determinados caminhos na vida eram inconsistentes com o que eu esperava do meu futuro. Em seguida ao meu tio Francisco Cassimiro, por ser um exemplo de conhecimento que eu queria seguir.

Agradeço a paiinho, Vicente Cassimiro, por tudo... Tudo! Porque ele queria muito mais do que um título para mim, porque ele foi o exemplo da busca honesta por um ideal que eu considero justo, porque ele foi o espelho que eu sempre tentei, sem sucesso, refletir. Até o dia em que, após sua partida, percebi que estava tudo aqui, dentro de mim, só me faltava a organização necessária e a coragem. Coragem essa que ele tinha em abundância! Uma pena eu tê-lo perdido durante minha pesquisa... Queria, com todas as minhas forças, vê-lo, assistindo à defesa, mesmo que seu raciocínio já tivesse sido roubado pelo Alzheimer, mesmo que ele só soubesse que a filha dele estava ali apresentando algo que parecia ser importante.

Não posso afirmar que foram dois anos felizes de estudos em paz, com tranquilidade. Foram dois anos intensos, com uma luta muito dura contra as circunstâncias que tentaram me levar ao fracasso e com um processo muito rápido de reinvenção de mim mesma. O que me marca nesse processo de maneira muito forte é que eu sempre tive ao meu lado, seja por coincidência da vida, seja por obra do Divino, pessoas que me serviram de exemplo e apoio, a exemplo de Glenda Félix, Stephanie Riccio e Raphaella Ferraz. Glenda é aquela mulher objetiva, forte, destemida e inteligente que nós outras (mulheres) queremos ser. Stephanie foi uma

companheira de morada que, em troca, me deu morada em seu coração. Ganhei eu um presente, afora a chance de admirar sua inteligência e seu posicionamento diante da vida, seu raciocínio complexo e, na maioria das vezes, assertivo sobre as demandas que nos são impostas. Rapha é um sopro de amor e compaixão! Foi uma amiga que nunca faltou, com a qual me senti de mãos dadas em todos os momentos felizes e nos difíceis da pós-graduação. Que sorte tive eu!

Agradeço ao meu orientador, professor João Diogenes, pela orientação e por me apresentar o universo de um olhar verdadeiramente reconhecedor da condição humana. Agradeço também pelo apoio dado em um momento que não esperei durante a pesquisa. Agradeço à professora Lígia Portela, pela generosidade. Sua breve passagem em minha vida me transmitiu força e a grata surpresa que é receber apoio de alguém que não me conhecia e que, gratuitamente, escolheu auxiliar no alcance do seu sonho.

Agradeço à querida amiga Marília Azevedo, por representar com exatidão a palavra “amiga”! Por me ajudar com a pesquisa, por me dar apoio, por ser a presença certa e divertida sempre que precisei.

A minhas primas, Christiane Cassimiro e Ana Sandra Olinto. Esta, porque estudou para a seleção do programa comigo à distância, porque conhecia as demandas da minha vida à época e queria me ver vencer o desafio a que me propus. Agradeço a Chris, porque é exemplo e inspiração para a família, de conhecimento na área da pesquisa e, mais que isso, exemplo de inteligência e humildade, por ser incapaz de me dizer um não e estar sempre disponível. Quanta dedicação!

Agradeço a Verônica Cassimiro, minha irmã, pela força, pelo apoio, por fazer toda essa mobilização de “retaguarda” que lhe é peculiar, por ser minha musa inspiradora, por ser forte e aguerrida como painho e, assim, me conectar com ele diariamente. Verônica, você é o máximo!

Agradeço a tia Soninha, por ser uma amiga que conquistei no decorrer de muitos anos e que tem me ajudado a administrar minhas responsabilidades enquanto preciso produzir. Seus cuidados com Maria e seus abraços me dizendo “Vá, minha filha, que eu cuido aqui” são transmutados em liberdade para eu buscar sempre mais.

À minha mãe... Margarida, Guida, minha amada mãe, por achar que sou muito mais e, nessa tentativa, me abrir os olhos, me mostrar também o que sou e o

que posso alcançar. Por acreditar e se orgulhar de mim. Por me amar mais do que a si mesma. Não acho que deva ser assim, mas esse afeto, sabemos, não se pode controlar. Não posso deixar de agradecer também pelo apoio com Maria, o que tem sido essencial para mim.

Por fim, agradeço a Maria. Minha filha... É tudo por você! As minhas ausências, a minha busca, os meus sonhos, essa vida corrida, o meu jeito de viver. Se não fosse você, certamente, o mundo hoje não teria para mim essa imagem sutil. O mundo não seria um lugar tão belo! Tantas experiências não teriam acontecido, tantas sensações não teriam sido vividas. Obrigada por estar comigo, por ser tão amorosa, por ter esse toque tão doce e suave. Obrigada por ser a Maria que sempre sonhei.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós-graduação em Memória, Linguagem e Sociedade pela oportunidade que me foi concedida e que foi elemento de enorme mudança em minha vida. Agradeço também à FAPESB pela bolsa de estudos que me foi prestada durante o tempo que necessitei.

A todos os que contribuíram para que eu alcançasse esse objetivo, muito obrigada!

“Nada existe de grandioso sem paixão.”
(HEGEL)

RESUMO

É sabido que a proteção ao público infante-juvenil não é traço dominante na história da nossa sociedade e que as crianças desamparadas, que, historicamente, não eram vistas como sujeitos de direitos, somente a partir do final do século XIX passaram a figurar nas preocupações das classes dominantes, ainda que sob a óptica do controle. O esforço realizado por diversos setores da sociedade civil, em conjunto com o momento da abertura política para a redemocratização do país, que culminou com a Constituição Federal de 1988 e a Doutrina da Proteção Integral e, posteriormente, com a Lei nº 8.069/90, que cria o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promoveu a retirada emblemática do termo “menor” da legislação, revelando um novo olhar direcionado a essas populações, equiparando todas as crianças e adolescentes pelo prisma da proteção social. Essas considerações produziram a questão norteadora da pesquisa: Quais as memórias dos servidores (educadores e coordenadores) e dos educandos sobre o Programa Conquista Criança, no período de 1997 a 2007? Nesse sentido, o objetivo geral consistiu em analisar o Programa Conquista Criança do Município de Vitória da Conquista, conforme as memórias dos coordenadores, educadores e educandos desde 1997, ano de sua instituição, até o ano de 2007. Para responder à questão norteadora, foram realizadas entrevistas com os atores envolvidos no programa entre os anos de 1997 até 2007. Ao final, constatou-se a existência de uma memória oficial forjada durante os anos em que grupos de um mesmo partido político se revezam na administração do município. Constatou-se também que profissionais e educandos compartilham memórias individuais e coletivas que coadunam com uma memória social de estigma sobre as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Criança e Adolescentes; Memórias; Políticas Públicas; Programa Conquista Criança.

ABSTRACT

It is known that the protection of children and adolescents is not a dominant feature in the history of our society and that destitute children, who, historically, were not seen as subjects of rights, only after the end of the 19th century did they appear in the concerns dominant classes, even if under the control perspective. The effort made by various sectors of civil society, together with the moment of political opening for the country's re-democratization, which culminated in the Federal Constitution of 1988 and the Doctrine of Integral Protection and, later, with Law No. 8,069 / 90, which created the Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promoted the emblematic removal of the term "minor" from the legislation, revealing a new look directed at these populations, equating all children and adolescents through the perspective of social protection. These considerations produced the guiding question of the research: What are the memories of civil servants (educators and coordinators) and students about the Programa Conquista Criança, from 1997 to 2007? In this sense, the general objective was to analyze the Programa Conquista Criança in the Municipality of Vitória da Conquista, according to the memories of coordinators, educators and students from 1997, the year of its institution, until 2007. To answer the guiding question, interviews were carried out with the actors involved in the program from 1997 to 2007. In the end, it was found that professionals and students share individual and collective memories that match the official memory of children and adolescents in situations of social vulnerability.

Keywords: Child and Adolescents; Memoirs; Public policy; Programa Conquista Criança.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEASA	Central Estadual de Abastecimento
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNDAC	Fundação da Criança e do adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIF	Proteção Integral à Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SEDH	Secretaria Especial dos Direitos Humanos
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem
SESC	Serviço Social do Comércio
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL DOS SÉCULOS XVI A XX: A TRAJETÓRIA PARA O SEU RECONHECIMENTO COMO SUJEITOS DE DIREITOS	26
2.1 ASSISTÊNCIA PARA CRIANÇAS DESVALIDAS	29
2.2 A CONSTRUÇÃO DA LEGISLAÇÃO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL	36
2.3 A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL	42
3. VITÓRIA DA CONQUISTA: PERCURSO DE AÇÕES DE CARIDADE E FILANTROPIA ATÉ A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA CONQUISTA CRIANÇA ..	46
3.1 O MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA E A CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA	49
4. AS MEMÓRIAS DOS PROFISSIONAIS E EDUCANDOS DO PROGRAMA CONQUISTA CRIANÇA	65
4.1 A CATEGORIA MEMÓRIA.....	66
4.2 O QUE REVELAM AS MEMÓRIAS DOS ENTREVISTADOS SOBRE A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA CONQUISTA CRIANÇA E DAS POLÍTICAS ANTERIORES A ESSE MOMENTO.....	71
4.3 MEMÓRIAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA CONQUISTA CRIANÇA ENTRE OS ANOS DE 1997 E 2007	85
4.4 AS MEMÓRIAS DOS ENTREVISTADOS SOBRE O IMPACTO DO CONQUISTA CRIANÇA NAS REALIDADES COLETIVAS E INDIVIDUAIS.....	96
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS.....	112
APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM EGRESSOS.....	119
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EDUCADORES.....	121

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, por séculos, indivíduos oriundos das classes de baixo poder aquisitivo sobrevivem carentes de direitos e caminham para uma vida exposta aos diversos tipos de violência, sendo sujeitados a viver em desigualdade social e econômica, o que torna sua existência insustentável. A criança e o adolescente têm assegurados no artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente: “todas as oportunidades e facilidades a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (BRASIL, 1990).

É sabido que essa proteção não é traço dominante na história da sociedade brasileira e que as crianças desamparadas, que, historicamente, não eram vistas como sujeitos de direitos, somente a partir do final do século XIX passaram a figurar nas preocupações das classes dominantes, ainda que pela óptica do controle. Santos (2007) chama a atenção para o fato de que, naquele momento histórico, a perspectiva de recuperação, reabilitação, educação e disciplina dos jovens em situação de risco estava relacionada ao trabalho, e foi, a partir de então, que se criaram algumas instituições filantrópicas para atendê-los.

Crianças e adolescentes provenientes de famílias das classes sociais de baixo poder aquisitivo, desprovidos das condições básicas de sobrevivência digna e que, muitas vezes, se encontram pelas ruas das cidades, sofrem o estigma de serem relacionados à criminalidade, a exemplo do que ocorreu com a categorização, na seara jurídica, dos Códigos de Menores de 1927 e de 1979, pelos quais os ditos “menores” estavam diretamente relacionados a vadiagem, pobreza e delinquência.

O esforço realizado por diversos setores da sociedade civil, em conjunto com o momento da abertura política para redemocratização do país, que culminou com a Constituição Federal de 1988 e a Doutrina da Proteção Integral, e, posteriormente, com o Estatuto da Criança e do Adolescente, promoveu a retirada emblemática do termo “menor” da legislação, promovendo um novo olhar para essas populações, equiparando-as pelo prisma da proteção social (SANTOS, 2019).

Não obstante terem deixado de figurar nos textos legais como menores, as crianças e adolescentes que vivem em situação de risco social e vulnerabilidade ainda sofrem desse estigma, como verificaram Moraes Júnior e Santos (2019), em pesquisa com profissionais do sistema judiciário de Vitória da Conquista, Bahia, que

atuam diretamente com essas crianças e adolescentes. Segundo os autores, tais profissionais não se abstêm de utilizar essa nomenclatura hodiernamente depreciativa (MORAES JÚNIOR; SANTOS, 2019).

Santos (2007, p.226) é esclarecedor quando se refere aos diferentes significados atribuídos à infância e adolescência no Brasil:

[...] as crianças e os adolescentes, oriundos das classes médias ou alta, que têm acesso às condições materiais de existência e aos bens culturais, são encarados como detentor de direitos, neste caso, exercem a condição de *ser criança* e de *ser adolescente*. Já as crianças e adolescentes pertencentes às classes de baixo poder aquisitivo convivem cotidianamente com a negação de seus direitos, tendo sua condição humana desrespeitada, dentro de uma realidade de extrema desigualdade.

Diversas são as condições que resultam na exclusão e marginalização¹ da infância e adolescência na sociedade brasileira. Além da mídia², que veicula constantemente dados e estatísticas sobre infância e adolescência, violência e criminalidade, os institutos de pesquisa lançam nos sítios da internet as estatísticas de criminalização e violências³ com as quais estão envolvidos esses grupos.

Segundo o Unicef, no Brasil, 31 crianças e adolescentes morrem assassinados por dia. Entre 2006 e 2015, cerca de 100 mil adolescentes foram vítimas de homicídios. O Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), publicado no ano de 2014, mostra que existe a tendência de aumentar os homicídios entre indivíduos de 12 a 18 anos, sinalizando que eles passaram a ser assassinados proporcionalmente em quantidade superior ao restante da população brasileira (UNICEF, 2014).

¹ Marginalização é a designação de situações de diferenciação social em que alguns grupos são privilegiados em função da estigmatização, dominação e criminalização de outros. Nesse viés, o conceito é analisado com o sentido de estigma social, conforme Coelho (1978) e Misse (2011).

² Refere-se a sítios da internet, programas de televisão, livros, jornais, revistas e redes sociais.

³ Para o presente estudo, tomou-se por base a perspectiva de “violência” e não violência, haja vista o grande número de possibilidades diferentes de sua ocorrência em face da população estudada, em consonância com o entendimento do Unicef de que a violência contra criança e o adolescente são “todas as formas de violência física ou mental, ofensas ou abusos, negligência ou tratamento displicente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto a criança e o adolescente estiver sob a custódia da mãe, do pai, do tutor legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela”. Nesse contexto, o relatório do Unicef “Educação que protege contra a violência” enumera as possibilidades de violência na infância, a violência sexual, homicídios, tráfico, privação de direitos, negligência e o abandono, trabalho infantil, violência financeira e institucional (UNICEF, 2018).

Pesquisa de opinião realizada em 2017 pelo Instituto Ipsos⁴ em 13 países entrevistou 5.826 pessoas e analisou o percentual de crianças e adolescentes expostos a risco de violência. Concluiu que o Brasil é o segundo país da América Latina no ranking do alto risco de violência contra crianças, apresentando 29% desse público em risco alto ou médio, sendo antecedido apenas pelo México, com o total de 34% (Ipsos, 2018)

A mesma pesquisa mostra que “apenas 23% dos brasileiros percebem que as instituições são eficazes na proteção das crianças contra a violência, e essa eficácia está em declínio ao longo do tempo, sugerindo incapacidade de manter e falta de recursos” (Ipsos, 2018, p.22). Nesse sentido, sugere a importância de uma abordagem multidisciplinar e intersetorial para a prevenção e eliminação da violência contra as crianças. Revela-se importante ainda na pesquisa a descrença de muitos latino-americanos nos governos, considerando-os incapazes ou não dispostos a investir no combate à violência contra crianças (Ipsos, 2018).

O Relatório do bem-estar e privações múltiplas na infância e na adolescência no Brasil, elaborado pelo Unicef, apresenta uma estimativa de quantos desses indivíduos sofrem a violação nos seus direitos básicos e a intensidade dessas violações, além da desigualdade na sua conferência a essa população.

Constatou ainda que “aproximadamente 19% da população de crianças e adolescentes no Brasil sofre algum tipo de privação em educação, e em 6,5% dos casos esta privação é extrema” (Ipsos, 2018, p.22). Além disso, uma média de dez milhões de crianças e adolescentes, dos quais mais de 70% são negros, e menos de 28% são brancos, não têm internet em suas residências. O relatório acrescenta ainda a informação de que, aproximadamente, 500 mil crianças e adolescentes não têm nenhum meio de comunicação no local de residência, seja rádio, seja televisão, seja internet. A constatação do relatório é de que:

Essas desvantagens, que crianças e adolescentes acumulam ao longo da vida e se revelam de modo definitivo no momento de ingressar no mercado de trabalho, são elementos importantes para entender as razões que perpetuam a pobreza e a desigualdade no país, transmitidas de geração em geração. (IPSOS, 2018, p.22).

⁴ Empresa de pesquisa de opinião com sede em 64 países no mundo. Visão Mundial é uma das cem principais ONGs registradas no Brasil.

No que diz respeito à alimentação digna e à questão racial, aproximadamente 34% das crianças e adolescentes no Brasil pertencem a famílias com recursos insuficientes para comprar uma cesta de alimentos que se pode classificar por básica, e 69% das crianças e adolescentes que residem em condições habitacionais inadequadas são negros (Ipsos, 2018).

O Atlas da Violência, em relatório publicado em 2019, envolvendo pessoas entre as idades de 15 e 29 anos, apresentou uma taxa de violência bastante relacionada ao sexo masculino ocorrida no ano de 2017:

[...] especificamente o grupo dos homens jovens, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes chega a 130,4 em 2017. Dos 35.783 jovens assassinados em 2017, 94,4% (33.772) eram do sexo masculino. Para todos os estados, quando é feito o recorte de homens jovens, a taxa de homicídios apresenta considerável elevação em relação à taxa geral de homicídios de jovens. Também neste caso verifica-se grande variação das taxas entre as diferentes UFs. (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019, p.27).

O mesmo Atlas mostra a variação do número de homicídios por estados-membros brasileiros entre os anos de 2016 e 2017, em que o estado da Bahia figura com o aumento de 4,7%, em um grupo de 100 mil jovens do sexo masculino.

O relatório *A Educação que protege contra a Violência* do Unicef apresenta o perfil da vítima de violência no Brasil:

As vítimas, em geral, são meninos, negros, de famílias de baixa renda. São crianças e adolescentes que vivem em territórios vulneráveis e violentos, sem acesso adequado a serviços de saúde, assistência social, educação, esporte e lazer. Parte deles é também vítima de discriminação racial, violência baseada em gênero, homofobia e transfobia. (UNICEF, 2019, p.10).

No que diz respeito ao estado da Bahia, estudo realizado pela Fundação Abrinq, ONG que promove o fortalecimento de políticas públicas para crianças e adolescentes no Brasil, conclui que, no ano de 2017, 850 mil crianças e adolescentes baianos com idades de até 14 anos sobreviviam diariamente com menos de R\$ 7,80 (sete reais e oitenta centavos) por dia – situação de extrema pobreza. Em comparação com a realidade do Brasil, ainda se tratando de extrema pobreza, a Bahia mostra dados proporcionalmente piores que os do Brasil, que tem 13,5% de crianças e adolescentes vivendo com menos de ¼ do salário mínimo

(menos de R\$ 234,25) por mês, enquanto o estado da Bahia apresenta mais de 24% nessa situação (ABRINQ, 2018).

Dados da Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac) dos anos de 2011 a 2014 revelam que, na seara do trabalho e previdência, entre os adolescentes atendidos no sistema socioeducativo, na unidade de atendimento inicial de Salvador, 51,3% estão fora do mercado de trabalho, enquanto a porcentagem de adolescentes que exerce atividade laborativa com carteira assinada é de 0,09%. Sobre as infrações cometidas por crianças e adolescentes no interior do estado da Bahia, em comparação com a capital do estado, a cidade de Salvador se destaca na ocorrência de crimes contra o patrimônio, enquanto o interior apresenta número expressivamente maior em crimes contra a vida, chegando à proporção de 12,37% do total de apreensões que ocorrem no interior e 0,08% das apreensões na capital.

É importante destacar que, apesar do desamparo às crianças e aos adolescentes das classes com menor poder aquisitivo, o Brasil conta, entre outras, com a seguinte legislação e planos para esse grupo: Constituição Federal: artigo 227, que define crianças e adolescentes como sujeitos de direitos específicos e que devem ser protegidos, tanto pelo Estado, quanto pela sociedade e pela família; Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que regulamenta a proteção prevista na Constituição; Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), que regulamenta a execução das medidas socioeducativas para adolescentes que pratiquem ato infracional; Lei Menino Bernardo (Lei nº 13.010/2014), que estabelece o direito da criança e do adolescente de serem educados sem o uso de castigos físicos; Lei da Escuta Protegida (Lei nº 13.431/17), que estabelece parâmetros para a escuta de crianças e adolescentes vítimas de violência, evitando sua revitimização; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional);

No que diz respeito aos Planos nacionais: Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/14); Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (Lei nº 12.435/11) e Proteção aos Adolescentes; Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes; Educação em Direitos Humanos.

Analisando as estatísticas atuais e as políticas públicas direcionadas a crianças e adolescentes, é necessário considerar também como tais questões se estendem à esfera municipal. Nesse esteio, a pesquisa se debruçou sobre o

município de Vitória da Conquista, na Bahia, com o escopo de analisar como se dão os desdobramentos das políticas públicas de assistência social.

Percurso Metodológico

Ante as considerações relacionadas à temática, estabeleceu-se a problemática da pesquisa: Quais as memórias dos servidores (educadores e coordenadores) e dos educandos sobre o Programa Conquista Criança, no período de 1997 a 2007?

O objetivo geral consistiu em analisar o Programa Conquista Criança do Município de Vitória da Conquista, segundo as memórias dos coordenadores, educadores e educandos desde 1997, ano de sua constituição, até o ano de 2007. Os objetivos específicos foram:

- 1) Verificar a trajetória das políticas públicas de assistência à infância e adolescência do Brasil, no município de Vitória da Conquista - BA;
- 2) Analisar o processo de criação do Programa Conquista Criança em sua relação com as políticas públicas de assistência à infância e adolescência do período;
- 3) Explorar as memórias de coordenadores, educadores e educandos sobre o Programa Conquista Criança.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa desenvolvida em duas etapas: documental e de campo. A pesquisa documental analisou documentos que permitiram identificar na legislação nacional a regulamentação específica de ações que visam garantir a proteção integral a crianças e adolescentes. Foram analisadas publicações e pesquisas acadêmicas sobre as políticas públicas para a juventude no município de Vitória da Conquista, o projeto-piloto do Programa Conquista Criança e a Lei de criação da Fundação Conquista Criança. A pesquisa de campo foi desenvolvida na cidade de Vitória da Conquista⁵ no espaço de tempo entre planejamento, implantação e funcionamento do Programa Conquista Criança.

⁵ O município é o terceiro maior do estado da Bahia, estando a 519 km de distância da capital, Salvador. Localiza-se na região do sudoeste baiano e possui 338.480 habitantes, de acordo com os dados do IBGE de 2019. Possui Índice de Desenvolvimento Humano de 0,678 segundo estimativa efetuada no ano de 2012, apresenta importante localização geográfica por conta do entroncamento de três rodovias estaduais e uma federal que passam por dentro da cidade, razão pela qual possui

A opção pelo Programa Conquista Criança se deu pelo desejo pessoal de estudar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no contexto do município conquistense. Desse modo, em contato com o orientador, Prof. Dr. João Diogenes Ferreira dos Santos, houve a sugestão de trabalhar com o programa, que fez parte da análise realizada em sua tese de doutorado.

O período escolhido foi de 1997 a 2007, recorte temporal que abrange momentos importantes na história do programa, tais como a idealização e o princípio das atividades. Vale dizer que o prazo final foi o ano de 2007 para que se tornasse viável a realização da pesquisa, já que o período de vinte anos, tempo que já se passou desde a criação do Programa Conquista Criança até os dias de hoje, seria de difícil captação pela quantidade de dados e entrevistas, o que, provavelmente, interferiria na qualidade do trabalho.

Importa dizer que, até o ano de 1996, as políticas públicas de atendimento à infância e adolescência na cidade Vitória da Conquista se constituíam na doação de carrinhos de engraxate aos meninos pobres em situação de rua. Muitas ações de caridade até esse período foram realizadas por senhoras da sociedade e por grupos de pessoas de forma voluntária.

A partir do ano de 1997, sob a gestão do prefeito Guilherme Menezes, em cumprimento à Doutrina da Proteção Integral prevista no ECA, iniciaram-se ações localizadas, direcionadas ao reconhecimento dessa população como sujeitos de direitos (SANTOS, 2007). Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos direitos da criança e do Adolescente, Vara da Infância e Juventude e Rede de Atenção de Defesa da Criança e do Adolescente se articulam a partir de então para proporcionar às crianças e aos adolescentes do município o exercício da cidadania.

Neste mesmo ano foi criado o Programa Conquista Criança, que iniciou suas atividades com um projeto, atendendo, no primeiro momento, exclusivamente as crianças do sexo masculino em situação de risco e vulnerabilidade no município. Subsiste até os dias de hoje, passados 23 anos de sua criação, prestando serviços educacionais numa estrutura de escola em tempo integral (SANTOS, 2007).

um comércio expressivo, que lhe proporciona uma vantajosa posição econômica. O Produto Interno Bruto (PIB) é de R\$ 6,2 bilhões, o que corresponde a 2,41% do PIB total do estado. Entre os setores que movem a cidade os principais são Comércio e Serviço, representando 82% da economia do município, a indústria com 16%, e a Agropecuária com 2% (PMVC, 2019).

Os informantes da pesquisa foram coordenadores, educadores e educandos que fizeram parte do Programa Conquista Criança no período em estudo. Desse modo, foram ouvidos 2 coordenadores, 6 educadores e 5 educandos, conforme consta no Quadro 1. Durante o contato com a primeira pessoa entrevistada, houve a indicação de outros participantes, que, por sua vez, foram indicando números de telefone ou endereços dos demais, cujo contato visava verificar a disponibilidade para participar da pesquisa.

No que tange à coleta de informações, a disponibilidade de tempo dos participantes levou a diferenças nos procedimentos e instrumentos utilizados. Os coordenadores e educadores apresentaram maior disponibilidade, sendo utilizada para eles a entrevista semiestruturada, que foi gravada e posteriormente transcrita. Essa opção se deu para que houvesse um roteiro de perguntas prévias (Apêndice A), mas que o sujeito entrevistado não permanecesse preso ao roteiro, gozando de liberdade para discorrer sobre outros temas que surgissem, mesmo não tendo sido contemplados pelo roteiro. Já os educandos, em sua maioria, por não apresentarem disponibilidade presencial para a entrevista, adotou-se o questionário aberto, que foi enviado por meio digital, e as respostas, enviadas via arquivos de áudio, todos por meio do aplicativo Whatsapp.

A primeira entrevistada, indicada pelo professor orientador João Diógenes, foi a coordenadora do programa, que terminou por indicar mais três colegas de sua época. A partir desses, tivemos acesso aos demais educadores e ao primeiro educando. Este, por sua vez, indicou um número de seis educandos, que conheceu no período em que participou do Conquista Criança. Apesar dessas indicações, existiu uma dificuldade na aceitação dos educandos em conceder a entrevista, razão pela qual, após novas indicações feitas pelos entrevistados, resumiu-se o número de educandos ao total de cinco.

É preciso destacar que a opção por entrevistar coordenadores, educadores e educandos deveu-se à necessidade de ter visões diferentes do programa. Esses dois diferentes vieses permitiram perceber qual era a amplitude do programa, além de entender a atuação da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, responsável pela materialização das políticas públicas destinadas a crianças e adolescentes. Importa dizer ainda que, ao longo da análise das narrativas, nos referimos aos profissionais pela letra P (P1, P2, P3...) e aos educandos pela letra E (E1, E2, E3...).

Quadro 1 - Participantes da pesquisa: perfil e contexto da coleta de informações

Participante	Área de Formação	Vínculo com o programa	Situação da obtenção de informação
Autora do Programa	Letras. Professora universitária (Doutora)	Chefe de divisão da Secretaria de Desenvolvimento Social	Entrevista realizada em 12/09/2019
Coordenador 1	Psicologia	Concurso público	Entrevista realizada em 17/09/2019
Coordenador 2	Psicologia	Contrato	Entrevista realizada em 14/08/2019
Coordenador 3	Medicina	Contrato	Entrevista realizada em 08/11/2019
Educador 1	Assistência social	Concurso público	Entrevista realizada em 15/07/2019
Educador 2	Pedagogia	Concurso público	Entrevista realizada em 18/07/2019
Educador 3	Música	Contrato	Entrevista realizada em 14/09/2019
Educador 4	Técnica em assistência social	Concurso público	Entrevista realizada em 18/12/2019
Educador 5	Técnica profissionalizante	Contrato	Entrevista realizada em 13/01/2020
Educando 1	Magistério	Educanda	Questionário respondido em 26/12/2019
Educando 2	Administradora	Educanda	Questionário respondido em 04/11/2019
Educando 3	Trabalhadora autônoma	Educanda	Questionário respondido em 12/09/2019
Educando 4	Trabalhador autônomo	Educando	Questionário respondido em 20/12/2019
Educando 5	Técnico em informática	Educando	Questionário respondido em 23/12/2019

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

No intuito de analisar os dados respeitando as variadas fases do Programa Conquista Criança (idealização, início das atividades), optou-se pela perspectiva da “linha do tempo”, dividida em antes, durante e depois como o primeiro crivo de análise das entrevistas/questionários, captando a experiência individual dos entrevistados conforme as memórias reveladas nas falas. Dessa forma, foram analisadas as falas individualmente em sua totalidade e os obtidos os dados do que foi evocado pelas perguntas. Posteriormente esses fragmentos significativos de lembranças foram correlacionados e agrupados em categorias divididas na lógica

temporal do antes, durante e depois das experiências dentro da linha do tempo do programa. As categorias criadas foram organizadas da seguinte maneira:

Quadro 2 - Categorias organizadas na linha do tempo do Programa Conquista Criança – Educadores

Período	Categorias	Indicadores
Antes da criação do programa	Perfil do educador	Informações relacionadas a experiências anteriores ao estabelecimento do programa.
	Perfil dos educandos	Informações relacionadas ao perfil das crianças e adolescentes públicos-alvo do programa.
	Políticas para infância e adolescência	Informações relacionadas às políticas existentes antes do programa.
Durante o período em que o entrevistado estava vinculado ao programa	Atores do programa	Informações sobre quem atuou no programa: prefeito, educadores e educandos.
	Organização	Informações sobre estrutura e dinâmica do programa.
	Dificuldades	Informações sobre situações que afetavam o funcionamento adequado do programa.
	Políticas para infância e adolescência	Informações sobre as modificações das políticas no transcorrer do programa.
Depois do período em que o entrevistado esteve vinculado a programa	Mudanças na vida dos atores	Informações sobre como o programa mudou a vida de educadores e educandos.
	Mudanças no programa	Informações sobre como o programa se modificou ao longo de seu funcionamento.
	Políticas para infância e adolescência	Informações sobre as políticas vigentes no momento da saída dos atores do programa.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

No que diz respeito às categorias de análise utilizadas, acredita-se que a utilização do arcabouço teórico da memória se fez mister para compreender as permanências do tratamento dispensado às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e para perceber a própria visão desse grupo por eles mesmos, verificando as permanências e rupturas que se deram ao longo da trajetória dos grupos infanto-juvenil até a contemporaneidade. Para tanto, principalmente os estudos da memória coletiva de Maurice Halbwachs (2006) e as contribuições de Michael Pollak (1992) sobre as “memórias subterrâneas” foram utilizados.

Além da memória, outros conceitos estudados para a pesquisa foram infância e adolescência, situação de vulnerabilidade e risco social, políticas públicas e memória. Sobre a definição de vulnerabilidade, tomou-se como base a posição de Abramovay (2002, p.30), qual seja: “situação em que o conjunto de características, recursos e habilidades inerentes a um dado grupo social se revelam insuficientes,

inadequados ou difíceis para lidar com o sistema de oportunidades oferecido pela sociedade”.

Para Carneiro e Veiga (2004), a vulnerabilidade se origina nos processos de produção e reprodução das desigualdades sociais, os quais são responsáveis pela discriminação, segregação e exclusão social. Já o risco social seria o agravamento das situações de vulnerabilidade, quando os direitos individuais e de grupos são violados ou rompidos. A percepção de risco está atrelada não apenas à situação imediata de perigo, mas à possibilidade de perda de qualidade de vida pela inexistência de uma ação preventiva. Essas autoras afirmam ainda que vulnerabilidade e riscos estão atrelados às noções de carência e exclusão. Desse modo, estar vulnerável significa não dispor de recursos materiais e imateriais para enfrentar os riscos.

No que diz respeito às políticas públicas, Höfling (2001) as define como sendo o “Estado em ação”, ou seja, projetos de governo implantados através de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade. Gianezini et al. (2017), entretanto, afirmam que não há uma teoria completa e definitiva sobre o tema, ainda que seja possível dizer, coadunando com Höfling (2001), que as políticas públicas estão diretamente associadas ao Estado.

Nesse contexto, definem: as políticas públicas são, então, espaços (ou campos) que contemplam conhecimentos teóricos – da parte da academia – e empíricos – emanados mediante discursos de cidadãos que procuram promover a ação governamental ou recomendar possíveis alterações nessas ações. Destarte, as políticas públicas são, em verdade, as intenções governamentais que produzirão transformações profundas ou artificiais no mundo real. (GIANEZINI et al., 2017, p.1071). Os conceitos de infância, adolescência e juventude estão em consonância com os parâmetros do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Nesse sentido, há interpretações diferenciadas a respeito das faixas etárias que constituem essas categorias (Unicef, 2012). Assim, de acordo com o ECA, Lei nº 8.069/90, em seu art. 2º, por criança entende-se a pessoa com até doze anos de idade incompletos, e, por adolescente, aquela pessoa que está na faixa etária entre doze e dezoito anos de idade (BRASIL, 2006). Para a Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas, criança é todo indivíduo que tenha menos de 18 anos de idade.

As Nações Unidas, seguidas pelo Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852/2013, entendem juventude como o período entre 15 e 29 anos de idade, como se pode verificar nas resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas, não obstante reconheçam que cada país pode fixar limites próprios, de acordo com a realidade. Costumeiramente a sociedade define juventude como a fase da vida em que se passa da infância à condição de adulto, o que não acontece em um momento fixo, mas, paulatinamente (Unicef, 2012).

No que diz respeito à adolescência, trata-se de uma fase que envolve uma série de transformações, que estão relacionadas ao indivíduo e à cultura a que pertence. O Relatório da Situação da Adolescência Brasileira, produzido pelo Unicef, em 2011, demonstra que muitas vezes a adolescência é vista pelos adultos como uma fase complexa, palco de problemas, crises e tensões, desconsiderando que se trata de um momento da vida repleto de possibilidades para a sociedade e um solo fértil para a atuação das políticas públicas. Nesse sentido, o Unicef (2012) lança a assertiva de que “se os dados mostram que o risco de homicídio aumenta com a idade até os 24 anos, a prevenção entre os 12 e os 18 anos poderá também ter um efeito significativo em idades posteriores”.

Na seara do Direito Penal, até os 18 anos o adolescente é considerado um indivíduo em situação peculiar de desenvolvimento. Nessa fase, os adolescentes que cometerem atos infracionais são submetidos a medidas socioeducativas que objetivam contribuir para o acesso a direitos e mudança de valores pessoais e sociais de maneira pedagógica. Aos 18 anos completos, o jovem passa a ser reconhecido como um adulto plenamente responsável, quando deve responder penalmente por seus atos (SEDS, 2015).

A estrutura desta dissertação é composta por cinco seções: a primeira seção, a introdução, apresenta o objeto da pesquisa e a metodologia utilizada para realização do estudo. Na segunda seção, busca-se compreender a trajetória da infância e da adolescência no Brasil, da chegada das naus portuguesas a estas terras, a interação dos invasores com o povo indígena, a perspectiva da colonização e a utilização do trabalho das crianças negras escravizadas. Em sequência, é apresentado o histórico do que se considera infância no Brasil, desde o século XVII, demonstrando como se consubstanciou o tratamento conferido pela sociedade e pelo poder público para essa infância.

Por estes caminhos, é relevante conhecer o contexto que ensejou a regulamentação do Código de Menores de 1979 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, onde, de fato, as crianças passaram a ser reconhecidas pelo ordenamento jurídico como sujeitos de direitos.

A terceira seção apresenta o histórico da institucionalização das crianças e dos adolescentes no Município de Vitória da Conquista - Bahia, e a criação do Programa Conquista Criança, descrevendo a estrutura e analisando o seu funcionamento até 2007.

A quarta seção apresenta as bases conceituais da categoria memória, partindo dos estudos de Maurice Halbwachs (2003), Michel Pollak (1989, 1992) e Fentress e Wickham (1992). Segue expondo as memórias dos profissionais e dos educandos que participavam do Programa Conquista Criança de 1997 até 2017, seguindo a linha do tempo dos acontecimentos, e discutindo o que fora revelado a respeito do perfil dos educadores e educandos, sobre o Programa Conquista Criança e as políticas públicas que lhe antecederam no município de Vitória da Conquista. É discutida ainda a organização do programa, as dificuldades vivenciadas pelos entrevistados e o contexto das políticas públicas para a infância e adolescência. São verificadas as mudanças ocorridas na vida dos atores do programa, no próprio Conquista Criança e nas políticas para a infância e adolescência do município após o ano de 2007.

Por fim, a última seção, considerações finais, apresenta o conjunto das conclusões mais importantes acerca da história das crianças pobres brasileiras, além das conclusões extraídas das memórias dos entrevistados sobre suas experiências no Programa Conquista Criança, enquanto uma política pública implantada por gestores pertencentes a uma filiação partidária, o PT, que governou o município por vinte anos, fazendo conexão com as temáticas de memória que permearam esta pesquisa.

Ainda na última seção, conclui-se sobre a constituição do Programa Conquista Criança como um ambiente familiar para os assistidos, o que se expressava muito pelas ações dos profissionais que ali trabalhavam, especialmente nos primeiros anos da história do programa, conferindo um acolhimento especial às crianças e adolescentes advindas, muitas das vezes, de situação de desamparo.

2. AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL DOS SÉCULOS XVI A XX: A TRAJETÓRIA PARA O SEU RECONHECIMENTO COMO SUJEITOS DE DIREITOS

Para compreender a infância e a adolescência brasileiras, é necessário analisar a história do país, desde a colonização e, em especial, a fase caritativa da assistência social, a partir de 1530, quando Portugal decidiu povoar as novas terras trazendo também crianças europeias na condição de grumetes, pajens, além de algumas órfãs, chamadas Órfãs d'El Rei. Nesse sentido, a presente seção se ocupa em analisar a trajetória da vinda dessas crianças, ressaltar a assistência a crianças desvalidas e a evolução da legislação dos direitos da criança ao longo dos séculos.

Importa destacar ainda, assim como delineado na introdução desta dissertação, que os conceitos de criança, adolescente e juventude utilizados seguem a definição do Unicef (2012) e são usados em sentido amplo. Assim, para efeito de escrita, a opção foi considerar a definição do ECA, em seu art. 2º, pela qual criança se entende como pessoa até doze anos de idade incompletos e, por adolescente, aquela pessoa entre doze e dezoito anos de idade. Já o jovem é definido pelo Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852/2013, como a pessoa entre 15 e 29 anos de idade.

É interessante assinalar que, no período colonial, não existia a divisão entre infância e juventude, haja vista que as crianças nem mesmo recebiam o *status* de sujeitos de direitos. A alta mortalidade infantil, que ocorria até os 14 anos de idade, gerava o raciocínio de que as crianças eram meros acessórios e não mereciam apego de ordem sentimental, valendo pouco mais que animais, razão pela qual deveriam ter seu potencial de trabalho exaurido enquanto houvesse possibilidade (RAMOS, 2010)

Na contramão da estratégia de colonização inglesa, que se utilizava da mão de obra escrava e de negros alforriados como trabalhadores das naus, Portugal apostou na mão de obra infantil (RAMOS, 2010). Os órfãos desabrigados também eram recrutados para servir nas naus portuguesas, juntamente com as crianças judias, que, geralmente, eram tiradas das famílias por sequestro e, à exceção das demais, tinham nesse distanciamento um sério motivo de desilusão familiar (RAMOS, 2010).

As crianças serviam nas embarcações na função de grumetes, que eram sempre em maior quantidade nos navios, ou na função de pajens. Os grumetes, especialmente, tinham as piores condições de vida, haja vista que ainda se submetiam aos pajens, que serviam diretamente aos oficiais das embarcações, por isso, se fossem bem relacionados com algum oficial das companhias, poderiam ter a chance de ascender profissionalmente (RAMOS, 2010).

As Órfãs d'El Rei, moças trazidas anualmente às Terras de Santa Cruz para satisfazer à necessidade dos homens solteiros da baixa nobreza – pela falta de mulheres brancas com quem pudessem constituir família – eram exceção à povoação de caráter familiar que Portugal promovia na Colônia. Além das órfãs, grumetes e pajens, vinham também os filhos dos tripulantes das naus que chegavam com as famílias para participar da povoação da Colônia (RAMOS, 2010).

Essas crianças, que não tinham guarida, estavam sujeitas a todas as espécies de violências e humilhações, as quais permaneciam impunes, haja vista que, naquele período, apenas o estupro de crianças de 12 a 14 anos recebia punição. Essa prática tem origem medieval e permaneceu ativa durante séculos, recebendo a legitimidade do governo português, como afirma Ramos (2010). Entretanto, o ambiente das naus parecia ser um lugar em estado de natureza, já que mesmo os filhos dos tripulantes dos navios corriam risco de serem violentados. Muitas órfãs do rei eram estupradas, mas escondiam a condição desumana a que eram levadas pelo temor de não conseguirem se casar no destino final.

Por volta de 1549, chegaram às terras de Santa Cruz⁶ os padres jesuítas com plenos poderes missionários e com o intuito de civilizar os índios. Segundo Marcílio (1998), o Brasil foi a única colônia onde a infância desvalida recebeu proteção de lei desde os idos do século XVI, através das três ordenações do reino que previam a atenção da municipalidade a essas crianças. Porém, logo na chegada, os jesuítas cuidaram com prioridade de atender às crianças indígenas, restando os órfãos e os filhos de escravos sem assistência (MARCÍLIO, 1998).

A relação entre crianças e jesuítas foi construída de modo experimental. Os padres, que desembarcaram primeiramente na Vila de Pereira, chegaram a essas terras com o intuito de exercer o apostolado, pregando aos homens que nelas residiam ou ali chegavam. Preocupavam-se em ensinar as crianças da América

⁶ Nome dado ao Brasil pelos portugueses no ano seguinte a sua chegada.

Portuguesa seguindo as ordens do rei Dom João III. Um trabalho que, inicialmente, tinha caráter missionário, aos poucos e experimentalmente foi se tornando docente, conhecido por “Educação jesuítica”, chegando a ponto de receber regramento com a *Ratio Studiorum* (CHAMBOULEYRON, 2013).

Esse interesse em imprimir nas crianças o registro da educação jesuítica recebeu o impulso das constantes mudanças que vinham ocorrendo na Europa a respeito da política de tratamento conferida à figura da criança do século XVI. As crianças indígenas, especificamente, eram classificadas como páginas em branco. Acreditava-se que, catequizando-as, se alcançava com maior tranquilidade a doutrinação dos adultos e, conseqüentemente, da comunidade. Tal pensamento sobre a infância negra e indígena era consenso na época (CHAMBOULEYRON, 2013).

Ao longo dos séculos XVII ao XIX, os escravos que habitavam na área urbana tiveram a dinâmica de vida modificada. O aluguel da força de trabalho passou a ser comum, assim como era a sua presença na lida para prestação de serviços, desde que, ao final do dia, pagassem aos seus senhores o correspondente ao próprio dia trabalhado. Muitos proprietários de escravos pertencentes às classes baixas ensinavam-lhes os próprios ofícios para, assim, se beneficiarem de seus trabalhos. Outras características podem ser afirmadas como diferencial da presença dos escravos na área urbana, como afirma Pinheiro (2005):

E o trabalho escravo urbano apresentava aspectos que o diferenciavam do rural: maior flexibilidade no sistema de recompensas e mobilidade física, resultando em contatos com diferentes grupos sociais; maior diversidade de funções, possibilitando outras formas de exploração da mão-de-obra, como o trabalho de aluguel ou de ganho; menor número de escravos em cada unidade senhorial. (PINHEIRO, 2005, p.161).

Nessas condições, apareciam também as crianças escravizadas, entre os quatro e os doze anos de idade, realizando atividades laborativas nas cidades ou na zona rural, já que, para o sistema escravista, eram vistas como força produtiva. Se meninas, eram exploradas sobretudo nos afazeres domésticos; os meninos, em diversas outras atividades tidas como “produtivas”, com prevalência da lida na lavoura (PINHEIRO, 2005).

Percebe-se, assim, que a visão da infância obedecia puramente a uma classificação intuitiva para fins de trabalho. Essas crianças eram, na verdade, acréscimo na força de produção dos senhores. Nas palavras de Ramos (2010).

Essa forma de referir-se às crianças aproxima-se da categorização que os homens de Quinhentos davam aos negros escravizados, vistos então como meros “instrumentos vocais”, ou seja, em instrumento de trabalho capaz de falar. (RAMOS, 2010, p.21).

Assim, é importante verificar como se dava também a assistência às crianças desvalidas, ou seja, as órfãs e que, portanto, necessitavam da atenção do Estado para sobreviver, como se discute a seguir.

2.1 ASSISTÊNCIA PARA CRIANÇAS DESVALIDAS

Desde os tempos da Antiguidade, a Assistência, ato de ajudar ou proteger outrem, é prestada aos necessitados por variados grupos sociais. Na Europa dos séculos XI a XV, com a ocorrência de fatos, como a peste, a guerra e a pobreza, surgiu uma espécie de consciência coletiva de solidariedade, um dever dos cristãos na prática da misericórdia, que consistia em dar seu coração a outrem, a “*Miserere & Cordis*”. A misericórdia se materializava no recolhimento e distribuição de esmolas, atendimento aos enfermos e amparo às crianças abandonadas (ALVES, 2016).

Nos séculos XVI a XX, esse padrão se reproduziu no Brasil. Os pobres, que, nas palavras de Sposati (2007), “eram considerados como grupos especiais, párias da sociedade, frágeis ou doentes”, correspondiam a anomalias a ser repelidas ou tratadas à distância, e as ações de caridade eram essencialmente de ordem particular, benemerentes. No processo histórico, a dinâmica do Brasil Império alterou esse paradigma substancialmente, mas não o suficiente para sanar as questões mal resolvidas da infância desvalida, o que exigiria transformação no próprio olhar para com a criança, com sustentação em uma firme base jurídica. É o que justifica toda uma trajetória que resulta na novidade jurídica do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para se compreender esse progresso, é necessário conhecer a história da assistência à infância brasileira, passando pelas fases caritativa e filantrópica,

fundamentadas na caridade e benemerência católica, até a megaestrutura vigente. Nas palavras de Moussallem (2008, p.46):

Desde os primeiros séculos da nossa colonização, observa-se a presença da Igreja na criação das organizações sem fins lucrativos de assistência social, saúde e educação. Sua marca histórica nesses primeiros momentos deixou raízes na cultura brasileira da caridade e da pessoalização.

Para a autora, o espaço social no Brasil foi historicamente espaço das ações filantrópicas exercidas pela Igreja Católica e pelos leigos da sociedade, os quais se fundamentavam na caridade e no amor a Deus e ao próximo. Assim, “a Igreja estava presente em todos os setores e nas primeiras ações filantrópicas no período colonial” (MOUSSALLEM, 2008, p.47). Não é estranho, então, que ela esteja presente nas primeiras ações sociais e instituições de apoio aos desvalidos, que passaram, por essa razão, a ser chamadas “Obras Pias”, repetindo o padrão europeu, especificamente os costumes dos colonizadores portugueses.

Essas “Obras Pias” significavam a caridade da Igreja Católica para com os mais necessitados, com a utilização dos rendimentos de missas, confissões, aniversários, conforme as Ordenações Filipinas, Livro I, título LXII:

41. E porquanto em algumas instituições se mandam cumprir algumas obras pias, sem se declarar quais são, declaramos que são as Missas, Aniversários, Resposos, Confissões, ornamentos e coisas que servem para o culto Divino. E bem assim curar enfermos, camas para eles, vestir, ou alimentar pobres, remir Cativos, criar enjeitados, agasalhar caminhantes pobres, e quaisquer obras de misericórdia semelhantes a estas; nas quais quando os Prelados, ou seus Visitadores proverem por via de visitação, a pedido de parte, ou ex officio, e procederem contra os Administradores, Mordomos e outros Oficiais, por penas pecuniárias, ou censuras, por não terem cumprido o que a eles toca, os Provedores lho não contradigam. E sendo necessário, poderão os ditos Prelados pedir ajuda de braço secular para execução do que dito é.

A primeira instituição assistencial para as crianças desvalidas no Brasil foi a Roda dos Expostos, que existiu na fase que Marcílio (1998) classifica como caritativa, inaugurada no período colonial (1530-1822) e com duração até o Império (1822-1889), justamente pela forte presença de ações particulares de caridade. Segundo essa autora, a assistência e as políticas sociais ligadas à criança abandonada apresentavam três formas básicas: uma informal e duas formais.

Oficialmente, as Câmaras Municipais eram as responsáveis, na legislação portuguesa, pelas crianças enjeitadas, mas, por meio de concessões, poderiam delegar esses serviços a outras instituições (MARCÍLIO, 1998).

Assim, as Santas Casas de Misericórdia firmaram convênios com as Câmaras Municipais, criando as Rodas dos Expostos brasileiras, ou seja, Casas de Recolhimento para meninas abandonadas e órfãs, instaladas no século XVIII, e os Seminários e Companhias de Aprendizizes, que atendiam principalmente aos meninos desvalidos, funcionando como um complemento às ações de caridade de particulares, que eram destinadas à maior parcela da infância desvalida na época. Uma breve passagem pelas primeiras experiências de assistência à infância desvalida anuncia um longo percurso de institucionalização conferida a essa parcela da população (MARCÍLIO, 1998).

Em 1716, foi criada a primeira Casa de Acolhimento para mulheres, financiada pelo legado do testamento do financista e fazendeiro João Matos de Aguiar, em quantia suficiente para construção e manutenção temporária do acolhimento (MARCÍLIO, 1998). Adjunta à Santa Casa de Misericórdia de Salvador, a casa tinha doutrinação de caráter religioso católico, cuja intenção era proteger a honra das moças acolhidas e fornecer instrução profissional para que elas tivessem possibilidade de se casar. O atendimento era prioritário às donzelas de famílias luso-brasileiras, às velhas cristãs e às órfãs em risco de perder sua virgindade, já que, no entendimento peculiar das autoridades da época, essa condição ensejava a necessidade de permanência em situação de clausura:

O termo *recolhimento* era utilizado para identificar instituições femininas de reclusão, erguidas com fins devocionais, caritativos ou educacionais. Os recolhimentos foram criados para resguardar a honra e a virtude da mulher (os da Misericórdia em particular protegiam a honra e a virtude da mulher pobre e desamparada). (MARCÍLIO, 1998, p.164).

Com relação às Rodas dos Expostos brasileiras, as primeiras foram criadas, em Salvador, no ano de 1726, no Rio de Janeiro, em 1738, e, em Recife, em 1789. Tais rodas representavam uma opção de diminuição da taxa expressiva de infanticídios e abortos, numa época em que uma mulher criar sozinha um filho representava uma tarefa árdua, já que eram raras as oportunidades de trabalho para a manutenção da própria subsistência. Junte-se a isso o fato de se tornar um

estigma para a mulher ser mãe sem constituir família, perdendo a respeitabilidade diante da sociedade (MARCÍLIO, 1998).

As rodas tinham a estrutura de um cilindro giratório na parede onde as mães entregavam crianças de até três meses que seriam levadas às casas de “mães mercenárias”, que as amamentariam e lhes prestariam os cuidados. Nesse sistema, muitas crianças foram salvas do abandono e até da morte, podendo ter a oportunidade de receber no início de suas vidas ao menos alimento e moradia. O problema era que raramente havia uma sequência a esse serviço, ou em havendo, ele se mostrou insuficiente para atender a toda a demanda de exclusão e abandono social das crianças (MARCÍLIO, 1998).

Quando atendidas pelas rodas, ao chegarem aos sete anos de idade, as crianças eram devolvidas à instituição, que deveria providenciar-lhes um lar. Por conta disso, algumas rodas tiveram o apoio de casas de recolhimento para a acomodação das crianças que eram devolvidas ao sistema, a fim de encontrarem um lar para adoção ou trabalho. Caso não obtivessem sucesso, estariam entregues à própria sorte, posto que não havia possibilidade de apoio para a sequência de necessidades que essas crianças experimentariam daí em diante (MARCÍLIO, 1998).

Após a Independência do Brasil, na primeira metade do século XIX, criou-se mais de uma dezena de Rodas dos Expostos, práticas que se repetiram até meados do século XX. Porém, o movimento conhecido por “Medicina filantrópica”, em batalha com o sistema das rodas, levou ao fim o sistema das amas mercenárias, acusado de ser a maior causa da mortalidade infantil. Também nesse momento, se instauraram os escritórios de admissão aberta, onde ao menos a mãe da criança poderia ser conhecida. Diante dessas mudanças, as Rodas dos Expostos passaram a não ter mais razão para existir, reduzindo-se aos poucos a sua atuação. No ano de 1951 foi extinta a última roda, localizada na cidade de São Paulo, que tinha sido criada em 1824 (MARCILIO, 1998).

O novo século chegou com mudanças no perfil de financiamento das ações de caridade. Doações e legados aos poucos foram deixando de ser costumeiros, e o governo (Assembleias provinciais) percebeu a necessidade de intervir nas Santas Casas de Misericórdia e outras instituições de caridade que lhes eram relacionadas. Iniciou-se, então, o período filantrópico da assistência à infância no Brasil, marcado pela laicização dessa assistência às crianças desamparadas (MARCILIO, 1998).

Em 1801 passaram a ser recebidas, nas casas de acolhimento, as meninas que não tiveram a “sorte” de ser encaminhadas a casas de família aos sete anos de idade, após concluírem o período de atendimento nas Rodas dos Expostos. A experiência inicial de acolhimento dessas crianças foi bem-sucedida e se repetiu em outros locais do Brasil (MARCILIO, 1998).

O Ato adicional de 1834, do reinado de D. Pedro II, determinou a responsabilidade das províncias brasileiras pela instrução primária e profissional de crianças e adolescentes. Como resultado, “nove províncias brasileiras instalaram Casas de Educandos Artífices, onde meninos pobres recebiam instrução primária, musical e religiosa, além do aprendizado de ofícios mecânicos” (RIZZINI, 2003, p.25).

Em 1847, com a criação da Casa dos Expostos em Educação, iniciou-se uma divisão no atendimento por idade na Bahia, delineada nos seguintes moldes: até os três anos de idade, os expostos permaneciam com as amas de leite; dos três aos sete anos iriam para as Casas de Educação; e, após esse período, caso não conseguissem casas de família, ficariam nas ruas ou, sendo meninas, iriam para o Recolhimento das órfãs da Misericórdia (MARCILIO, 1998).

Os meninos viviam mais dificuldades que as meninas após o retorno das casas das amas, pois não havia a mesma preocupação com a sua honra e virtude. Considerando as iniciativas na proteção das meninas desamparadas, as ações de caridade direcionadas aos meninos aconteceram em número expressivamente menor, mas teve sua incidência aumentada pela crença difundida de que eles poderiam servir mais ao Brasil do que as meninas durante o Império (MARCILIO, 1998).

Em fins do século XVIII, surgiram as primeiras propostas e iniciativas caritativas para amparar meninos expostos, a exemplo dos seminários (antigos colégios internos), da Casa Pia e do Seminário São Joaquim, em Salvador. A intenção era a sustentação e o ensino dos meninos órfãos e desvalidos para que, depois, pudessem ser úteis à nação. O Seminário São Joaquim, que, posteriormente, se tornou o Colégio dos Órfãos de São Joaquim, acolhia meninos de sete a dezoito anos, proporcionando-lhes o ensino fundamental e o aprendizado de ofícios mecânicos (MARCILIO, 1998).

No Rio de Janeiro foram realizados importantes trabalhos de assistência para meninos no Seminário Santo Antônio e no Seminário São Joaquim, homônimo do

existente em Salvador. Em São Paulo, o Seminário de Santana foi expoente nessa fase da assistência social, sendo transformado em 1874 no Instituto de Artífices. Em meados do século XVIII, dezessete cidades do Brasil Império tinham Companhias de Aprendizes Marinheiros e Companhias do Arsenal de Guerra, o que demonstra uma inclinação para a cientificidade na fase filantrópica da assistência social a crianças desvalidas. Posteriormente, as Companhias de Aprendizes tornaram-se unidades de internamento, onde se buscava, através de castigos e rígida disciplina, a recuperação de jovens considerados como incorrigíveis. Em 1839, no Pará, instalou-se a Companhia de Educandos. Em 1855, todas as províncias tinham suas Casas de Educandos Artífices (MARCILIO, 1998).

Encerrando essa fase, em 1899 as Companhias de Aprendizes de Guerra foram extintas, e os meninos, remanejados para as Escolas de Aprendizes da Marinha. Acompanhando a mudança do perfil da assistência a partir de 1870, ocorreu a divisão das escolas entre públicas e privadas, a instalação de faculdades e institutos de pesquisa, de onde surgiu a nova elite intelectual do país. Em meados do século XIX, as ideias Iluministas influenciaram o campo do direito e da medicina, fazendo surgir estudos que resultaram no que se denomina “menorização” da infância desvalida. O aumento vertiginoso da população brasileira proporcionou o acréscimo da massa de crianças abandonadas nas ruas. Findo o tráfico de escravos, a população compartilhou o medo de viver a carência de mão de obra, enquanto mulheres e crianças eram exploradas nas produções (RIZZINI, 2003).

O Movimento Higienista entrou em cena contra a mortalidade infantil e as doenças que acometiam as crianças, estimulando cuidados com o corpo e valorizando a pediatria e a puericultura como novas áreas do conhecimento, além de campanhas de higiene e saúde pública. A medicina passou a ser preventiva, e o direito se reelaborou exigindo mais cientificidade, valorizando a característica principal do período filantrópico: a assistência social realizada sob a tutela do poder público. A respeito desse movimento e da bandeira da filantropia questionadora da fase Caritativa, Rizzini (2009, p. 22) assim analisa:

Os higienistas estavam identificados com o movimento filantrópico, que travava um embate com os representantes da ação caritativa, nas primeiras décadas do século. A filantropia distinguia-se da caridade, pelos seus métodos, considerados científicos, por esperar resultados concretos e imediatos, como o bom encaminhamento dos desviantes à vida social, tornando-os cidadãos úteis e independentes

da caridade alheia. A noção de prevenção do desvio e recuperação dos degenerados entranhou de tal forma na assistência, que nas décadas seguintes, filantropia e caridade tornaram-se sinônimos. O conflito foi superado por uma acomodação das disparidades, pois ambas tinham o mesmo objetivo: a preservação da ordem social.

O movimento higienista chegou ao Brasil entre os séculos XIX e XX, se apropriando e reinterpretando o movimento europeu que se preocupava com a saúde individual e coletiva da população. O surto epidêmico de doenças no Brasil nesse período, sobretudo com a mudança dos centros urbanos e o aumento populacional, despertou a preocupação dos médicos e sanitaristas, que passaram a prescrever hábitos saudáveis para sanear as atividades humanas e os espaços físicos, pela crença de que a falta de saúde e educação do povo era responsável pela proliferação de doenças (GÓIS JÚNIOR, 2002).

Uma particularidade que limitava a assistência caritativa, porém compreensível para o contexto histórico, era a falta de objetivos educacionais e profissionalizantes materializados num plano a ser posto em prática pelo governo. Para se reduzir o prejuízo em favor disso, criaram-se leis que tratavam dos ensinos primário e secundário, e decretos que tornavam obrigatório o estudo para todos os meninos acima dos sete anos de idade. Assim a pobreza não era mais impedimento para que as crianças estudassem, porém Rizzini (2000) lembra que eram excluídos dessa regra as crianças com doenças contagiosas, as não vacinadas e os escravos. As meninas nem chegaram a ser mencionadas nessas exceções.

Com a Proclamação da República (1889), ocorreu a abertura de novos tipos de instituições de assistência social para crianças, e as Casas Pias perderam força. Aos poucos, as atividades nos recolhimentos se davam no sentido de as moças recolhidas se tornarem mães de família ou empregadas “domésticas instruídas e bem treinadas”; portanto, nesses espaços elas aprendiam desde caligrafia, história do Brasil, desenho até escrituração mercantil. Nos fins do século XIX, já se lhes era oferecido o que hoje corresponde ao ensino fundamental e médio, além do curso normal, correspondente ao atual magistério de nível médio (MARCÍLIO, 1998, p.174).

Nesse momento, o direito brasileiro defendia, em congressos internacionais, o direito humanizado, com participação frequente da Europa, Estados Unidos e América Latina, que destinaria aos povos uma justiça que “relevasse a reeducação, em detrimento da punição”. A esse tempo, a medicina e a psicologia já estavam

atentas às peculiaridades da infância e da juventude como fases fecundas em “novas possibilidades de formação do homem, a partir da criança”. Em 1920, o juiz de menores e a polícia passaram a vigiar os “menores” tidos como delinquentes, pois muitos respondiam por seus atos nas mesmas carceragens dos adultos, o que deixou indignados aqueles que pugnavam pela reeducação dessa a infância. Essa parcela de estudiosos passou a lutar pela criação de instituições especiais para reeducação por meio da formação profissional (RIZZINI, 2009, p.22).

Diante de toda essa trajetória a respeito da assistência a crianças carentes, não há relatos acerca de instituição que tenha recebido escravizados ou ingênuos. O que se sabe é que eles poderiam restar submetidos aos seus senhores que, assumindo com o governo imperial o compromisso de educá-los, deveriam alimentá-los, vesti-los, prepará-los para o trabalho e discipliná-los até os vinte e um anos de idade, de acordo com a novidade da Lei do Ventre Livre (1871), quando, finalmente, ganhariam a liberdade. Caso não fizessem o compromisso, poderiam entregá-los ao governo imperial e, para tanto, receberiam indenização. Esses jovens deveriam ir para as colônias agrícolas mantidas pelo governo, construídas em meados de 1870 em subvenção com institutos profissionais, porém, na realidade, poucos deles foram atendidos. Atendidos, de fato, foram os meninos desvalidos, que já gozavam de liberdade, mas não passaram pela escravidão. Eram os desvalidos livres (RIZZINI, 2009).

Uma questão que se levanta a essa altura é o perfil dos delinquentes alcançados pela assistência e o caráter da intervenção. Desde a fase caritativa da assistência social, percebe-se que há uma dissociação na classificação dos jovens pobres e desvalidos e dos jovens de famílias de posses (RIZZINI, 2009). Que espécie de ensino ou mesmo de correção se dava a essa juventude considerada delincente? Os jovens abastados frequentavam essas instituições quando delinquiram? Quem eram os delinquentes alcançados pela futura legislação de menores? Quem eram as crianças protegidas por essa legislação?

2.2 A CONSTRUÇÃO DA LEGISLAÇÃO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

O Brasil, desde o período colonial, pode ser caracterizado como uma sociedade patriarcal⁷, onde o governo não interferia em questões de família. Em 1831, ano da abdicação de Dom Pedro I e princípio da trajetória abolicionista, foi editado o Código Penal Brasileiro, em cujo artigo 13, a questão da criança é trabalhada pela óptica da criminalização dos maiores de 14 anos. Mesmo assim, aqueles que, contando com menos de 14 anos, cometessem delitos, seriam levados à Casa de Correção, caso fosse constatado que tinham discernimento para os atos que praticou (BRASIL, 1830).

Com a abolição da escravatura em 1888, uma massa de ex-escravizados passou a vagar sem emprego ou moradia pelas ruas das cidades, restando-lhes, caso não conseguissem um ofício, o cometimento de crimes ou a vadiagem. As crianças sofreram com essas mudanças, muitas perderam as famílias, tornando-se crianças abandonadas ou pequenos delinquentes.

Conscientes do novo paradigma, da necessidade de mais intervenção estatal, os senadores Lopes Trovão, Alcindo Guanabara e João Chaves elaboraram projetos de códigos para regulamentar a situação das crianças, mas todos foram engavetados, sucessivamente (WESTIN, 2015).

Àquela altura, a infância passou a ocupar espaço nas discussões acadêmicas, a exemplo do que ocorreu no Primeiro Congresso de Proteção à Infância, no ano de 1922, quando se discutiu a questão dos asilos, que eram vistos como severos ambientes de correção para os menores abandonados e dotados de estrutura similar à de quartéis, inclusive pelo caráter rígido com que doutrinavam as crianças. Seguindo essa movimentação, multiplicaram-se as entidades privadas associadas à Igreja Católica para atender aos chamados menores abandonados e aos delinquentes, ensinando-lhes sobre “moral e bons costumes” (GOHN, 1995).

Em 1923 foi criado o primeiro Juízo de Menores do Brasil e a função de Comissário de Menores, um personagem histórico, que atuava como figura jurídico-repressora. Bastava o “menor” ser flagrado desacompanhado de um adulto para ser levado aos serviços de contenção de menores por “vadiagem”. Inúmeros filhos de operários foram levados à institucionalização por essa razão (SILVA, 1998). Em

⁷ “O uso do patriarcado enquanto um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres permite visualizar que a dominação não está presente somente na esfera familiar, tampouco apenas no âmbito trabalhista, ou na mídia ou na política. O patriarcalismo compõe a dinâmica social como um todo, estando inclusive, inculcado no inconsciente de homens e mulheres individualmente e no coletivo enquanto categorias sociais” (MORGANTE; NADER, 2014).

1924, criou-se o Conselho de Assistência e Proteção dos Menores, que iniciou seus trabalhos apenas em 1927 com o Decreto nº 17.943-A, que criou o Código de Menores, assinado em 12 de outubro de 1927 por Washington Luís.

O Código de Menores estabeleceu a nova maioridade penal, 18 anos, permanecendo inimputável⁸ a criança com até 17 anos de idade. Aqueles que, contando com idade entre quatorze e dezessete anos, incorressem na prática de delitos, responderiam a medidas socioeducativas em reformatórios onde receberiam educação e exerceriam um ofício. As crianças que tivessem menos de 14 anos e cometessem delitos, caso não tivessem famílias, iriam para as escolas de preservação, que eram espécies de reformatórios abrandados. As demais retornariam para suas famílias, caso os pais se comprometessem com os cuidados para que não houvesse reincidência (WESTIN, 2015). Era a consagração da Doutrina da Situação Irregular.

Sobre o trabalho, o Código de Menores proibia o trabalho infantil abaixo dos 12 anos de idade e aquelas crianças que tivessem entre 12 e 14 anos poderiam ter o trabalho autorizado em duas hipóteses: caso tivessem terminado a instrução primária e caso fosse necessário a sua subsistência, segundo entendimento de autoridade competente (BRASIL, 1927).

Ainda que a família fosse vista como diretamente responsável pelo “menor”, se ela falhasse na tutela, o Estado lhe supriria a falta tomando uma postura corretiva do perdão associado a uma contrapartida a ser prestada pelo menor (SILVA, 1998).

O contexto da redação do Código de Menores era o de uma elite de predominância jurídica, que intuía educar o povo instruindo e capacitando para o trabalho mediante controle, primando sempre pela manutenção de suas regalias. Rizzini (2011) afirma que, de fato, se tratava de uma resposta às demandas de assistência e proteção aos menores.

Não obstante a triste realidade de criminalização da criança pobre, onde as crianças abandonadas e as delinquentes eram vistas simplesmente como “menores” por toda a sociedade, especialmente na lei destinada à categoria que deveria proteger, o Código de Menores termina por ser um largo avanço para a época em que foi aprovado, no que diz respeito a essa mesma criminalização da conduta da criança no Brasil, haja vista que a legislação penal anterior, o Código Penal do

⁸ Inimputável, no Direito, denomina-se à capacidade da pessoa que pratica certo ato (crime) ser isenta da pena, considerando algumas especificidades, como doença mental, idade etc.

Império, criminalizava até então crianças de todas as idades, a depender do “discernimento” que tivessem sobre o crime em que incorreram (RIZZINI, 2000).

O caráter institucionalizador da criança está presente em toda a história da infância no Brasil, não desaparecendo com o Código de Menores. Por mais que tenha utilizado expressões de peso, como “melhor interesse”, o “menor” ainda não era visto como sujeito de direitos. Volpi (2001) afirma que esse caráter institucionalizador da infância era excessivo, a ponto de a internação dos meninos de rua, dos pobres, dos infratores tornar-se uma síndrome, uma obsessão. Lembra que o único direito previsto no código era a assistência religiosa e, quando se tratava do “melhor interesse” da criança, o critério de definição dependeria do entendimento do Juiz de Direito. Ou seja, em razão do atributo de discricionariedade da magistratura, a decisão estaria embasada na visão de mundo desse magistrado.

A família substituta também foi uma inovação do Código de Menores, porém não surtiu os efeitos necessários para que houvesse sequência nos trabalhos de levar as crianças a essas famílias. As questões de infância ganharam um pouco mais de espaço na cena social, ocupando as preocupações governamentais brasileiras, o que se refletiu na criação do Departamento Nacional da Criança em 1940, do Serviço de Assistência a Menores (SAM) em 1941, órgão de caráter correccional e repressivo, semelhante ao sistema penitenciário, vinculado ao Ministério da Justiça. Essa preocupação, entretanto, devia-se à associação historicamente feita entre pobreza e criminalidade, por isso todo o movimento em direção à institucionalização para o trabalho fundamentava-se precipuamente no interesse da sociedade em conter essa categoria que assustava os homens de bem (VOLPI, 2001).

Segundo Rizzini e Pilloti (1995), os jovens encaminhados pelo SAM às casas de correção eram mantidos segundo uma política interna de negação das individualidades, o que se traduz, inclusive, no modo de vestir e na determinação de toda a rotina diária, negando-lhes espaço para escolhas e preferências. Eram mal alimentados, viviam num ambiente sem preocupações com higiene e ainda sofriam violências sexuais. Aqueles que incorressem em erros eram duramente castigados, sofrendo punições humilhantes e brutais, que, em alguns casos, causavam-lhes a morte.

Foi criada também no período a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que iniciou os trabalhos auxiliando as famílias de soldados que batalhavam na Segunda

Guerra Mundial. Com o fim da guerra, passou a funcionar como um órgão prestador de assistência às famílias desvalidas. Em sequência, ainda nos anos 1940, foram criados importantes entes que proporcionavam programas de formação profissional destinados à juventude, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), o Serviço Social do Comércio (Sesc), conhecidos atualmente por “Sistema S”.

Em 1950, a Organização das Nações Unidas (ONU) instalou no Brasil o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), que, desde então, participa e lidera ações de importância no que diz respeito à temática. Com alcance em todo o território nacional, trabalha pela “garantia dos direitos de cada criança e adolescente, concentrando seus esforços naqueles mais vulneráveis, com foco especial nos que são vítimas de formas extremas de violência” (Unicef).

Após denúncias de má gestão do SAM, instaurou-se uma sindicância que apurou diversas irregularidades, culminando com a extinção dessa secretaria e o nascimento da Fundação Nacional do Bem-estar do Menor (Funabem) e suas Febens, para intervenção no âmbito dos estados. Com a função de afastar esses prováveis “futuros bandidos” da marginalização e reintegrá-los à sociedade, as novas instituições apenas repetiam o padrão de institucionalização anterior, onde crianças e adolescentes que incorressem em crimes eram doutrinados a ponto de não poderem realizar simples escolhas que são inerentes à natureza humana.

É importante destacar que a criação da Funabem se deu em 1º de dezembro de 1964, ano em que se instalou no Brasil a ditadura civil-militar. O golpe dos militares ao governo de João Goulart ocorreu em 31 de março desse ano e se estendeu até os anos de 1985. Assim, a Funabem surgiu pela Lei nº 4.513, vinculada ao Ministério da Justiça, reforçando o caráter disciplinador do regime militar, sobretudo aos jovens (ARANTES, 1995).

Na visão de Moraes Júnior (2018, p.60), os acontecimentos históricos que procederam o ano de 1964, “por uma motivação ideológica, a atenção à criança passou a compor uma estrutura maior, centralizada, que englobava todas as instituições, dando a elas função nitidamente instrumental dentro do regime militar”.

Ainda sob o regime ditatorial, Rizzini e Pilotti (2011) destacam a promulgação do segundo Código de Menores, em 1979, que consagrava legalmente o que já vinha sendo feito pela Funabem: recolhimento, castigo e disciplina para as crianças e adolescentes, alvo dessa instituição. Até então, a tutela jurídica desse público era

baseada na Doutrina de Situação Irregular, que remonta ao início do século XIX, articulada no ambiente jurídico do Código de Menores de 1927.

Essa doutrina entrou em declínio com o processo de redemocratização do Brasil e também por pressão de movimentos sociais que direcionavam suas pautas à proteção da criança e do adolescente. Lopes et al. (2006) afirmam que, na década de 1970, também foram surgindo organizações que objetivavam salvaguardar os direitos das crianças e dos adolescentes constantemente violados pela polícia, Funabem e Febems do governo. A luta por esses direitos foi impulsionada também pela atuação das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, do Movimento das Pastorais de Periferia Urbana (em São Paulo), do Movimento da República do Pequeno Vendedor (em Belém), entre outras. Organizações não governamentais “desenvolviam ações e serviços nas áreas de saúde, alimentação, educação, trabalho e lazer, numa perspectiva comunitária”, a exemplo da “Associação dos ex-alunos da Funabem, cujo propósito era lutar contra a discriminação dos ex-alunos e a institucionalização do menor”, fundada em 1979 (LOPES et al., 2006, p. 117-118).

Naquele momento, a cultura institucional vigente no Brasil começava a ser questionada, principalmente por meio de um grande número de seminários, publicações e discussões em torno de iniciativas que indicavam novos caminhos. A palavra de ordem era a busca de alternativas, subentendendo-se que se tratava de alternativas à internação, pois estava claro que o sistema era violador de direitos, como o de privar da convivência familiar e social, da liberdade e da condição de dignidade e, também, por ser impulsionador de práticas discriminatórias (LOPES et al., 2006).

Finalmente, o Brasil entrou no processo de redemocratização, e as crianças, com as peculiaridades dessa importante fase de constituição do ser, paulatinamente passaram a ser pauta de políticas sociais. Em 1988, foi promulgada a Constituição Federal, também conhecida como “Constituição cidadã”, que expressa os anseios da população a respeito de necessidades urgentes para o momento, que era um ordenamento jurídico sustentado no princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, viabilizando direitos que lhes são inerentes, como vida, liberdade, igualdade, moradia, educação, lazer, alimentação digna, entre tantos outros privilegiados na Carta Constitucional (RIZZINI; PILOTTI, 2011). Os direitos da criança e do adolescente previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) atendem ao chamado do artigo 227 da Constituição, inaugurando uma fase de

proteção aos direitos da infância e adolescência no Brasil, como esclarecem os apontamentos do item a seguir.

2.3 A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL

A política de segurança nacional utilizada no período da ditadura civil-militar colocava a reclusão como medida repressiva a todo e qualquer sujeito que ameaçasse a ordem e as instituições oficiais. Assim, o silêncio e a censura eram poderosos aliados oficiais para manutenção da política de internação, nas piores condições que fossem, longe dos olhos e ouvidos da população. Com a perda de força dos militares, iniciou-se o declínio da ditadura e do autoritarismo no Brasil e emergiu novo nível de consciência para mudança, impulsionado por diversos fatores, tais como:

- (a) a presença de movimentos sociais organizados, que reinauguraram a possibilidade de manifestação e participação popular no período pós-ditadura;
- (b) o despontar, a partir dos primeiros anos da década de 1980, de diversos estudos que ressaltavam as conseqüências da institucionalização sobre o desenvolvimento das crianças e adolescentes e os elevados custos para a manutenção dos internatos (Guirado: 1980; Campos: 1984; Rizzini: 1985; Rizzini e Altoé: 1985; Altoé: 1990);
- (c) o interesse de profissionais de diversas áreas do conhecimento para atuação neste campo também contribuiu para o aprofundamento da reflexão e da produção sobre a questão;
- (d) os protestos dos meninos e meninas internados, expressos nas rebeliões e nas denúncias veiculadas pela imprensa e por depoimentos publicados em diversos livros. (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p.46).

Assim, a reabertura da política brasileira pós-período de ditadura civil-militar favoreceu o aparecimento e a projeção da temática dos direitos humanos, cujo discurso adquiriu substância, acompanhando o movimento que ocorria ao redor do mundo. Por conseguinte, houve declínio da legislação menorista ao tempo em que a Constituição Federal de 1988 enfatizava a igualdade entre crianças e adolescentes na perspectiva da proteção social.

Em outubro de 1990, foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), diploma apto a viabilizar o sistema de direitos e garantias previstos no artigo 277 da Constituição Federal de 1988. Inaugurou-se o tempo da Doutrina da

Proteção Integral à Infância e Adolescência, através da qual realizou-se um forte trabalho em busca da erradicação do trabalho infantil e da garantia do acesso à educação. A novidade estimulou a criação de diversos movimentos com o intuito de tratar da temática da violência contra crianças e adolescentes, além da promoção de seu bem-estar.

Esses avanços na legislação brasileira tiveram suas origens no ano de 1924, quando a Liga das Nações, predecessora da ONU, se posicionou sobre os direitos das crianças e adolescentes, sugerindo aos países membros que desenvolvessem cuidados legislativos próprios para beneficiar a população infanto-juvenil. Desde então, o direito internacional passou a apresentar preocupação com essa população, ainda que de forma muito pontual, como na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que previu, no artigo XXV, que “A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social” (DUDH, 2009, p.13).

De forma mais específica, em 29 de novembro de 1959, a ONU adotou a Declaração Universal do Direito das Crianças como referência para pensar os direitos dos menores, sobretudo para enfatizar a necessidade de cuidado da criança, desde antes do nascimento, objetivando a sua maturidade física e mental. Assim, estabeleceram-se dez princípios, inclusive, como forma de orientar os governos para a criação de medidas legislativas que coadunem com a cultura de cada nação (DUDH, 2009).

Ficou patente, portanto, com a adoção da Doutrina de Proteção Integral, uma mudança no *status* de crianças e adolescentes no Brasil, que se tornam sujeitos de direitos, e não mais objetos de compaixão e repressão, como na doutrina da situação irregular. O próprio ECA, que é regido por três princípios orientadores, a saber, princípio absolutista, princípio do melhor interesse e princípio da municipalização, estabelece uma noção de regionalidade interessante para descentralizar as políticas de assistência, o que simplifica a implementação e a fiscalização dessas políticas (BRASIL, 1990). Além disso, há um caráter de prevenção nas leis, que pretende evitar que os menores se tornem um problema social.

Acrescente-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), pela qual se determinou que a educação infantil seria a primeira etapa da educação básica para crianças menores de 07 anos (LDBEN, 1996). Nas palavras de Linhares

(2016, p.45), “a criança passou a ser vista como um ser social, capaz de estabelecer relações, capacidades cognitivas desenvolvidas e aptas a serem inseridas no sistema educacional”. A educação infantil começou a ser investida do olhar de compreensão do universo infantil, construindo saberes e viabilizando a formação integral e o exercício da cidadania (LINHARES, 2016).

Apesar de versar sobre todas as etapas da educação básica, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) significou a consolidação da educação infantil, sobretudo em relação a creches e pré-escolas. Vistas como espaços mais assistencialistas do que educacionais, onde os pais deixavam os filhos para serem cuidados enquanto iam trabalhar, não estavam inseridas no sistema educacional. A lei se preocupou com a dimensão pedagógica dessa etapa da educação formal, permitindo que os limites entre o cuidar e o educar fossem se consolidando (LDB, 1996).

Os estigmas sociais construídos em torno da criança e do adolescente negro e pobre perduraram durante todo o século XX e preencheram todos os âmbitos da sociedade brasileira, inclusive o ordenamento jurídico e o aparato estatal. Por esse motivo, a memória coletiva brasileira incorporou tais estereótipos e seguiu reproduzindo um olhar discriminador e excludente sobre esse grupo de indivíduos, cobrando dos governistas posturas de controle, correção e disciplinarização da juventude infratora (RIZZINI, 2003).

Erving Goffman (2004, p. 4) anuncia que os indivíduos estigmatizados são aqueles que se encontram “inabilitados para a aceitação social plena”. Dessa forma, conclui-se que os estigmas são as marcas sociais construídas historicamente sobre as vidas de pessoas que não se enquadram no que usualmente se entende como razoável à média da sociedade, como invariavelmente acontece com as vidas das crianças e adolescentes pertencentes ao público alvo das políticas públicas de assistência social no Brasil.

Na sociedade brasileira, construída com bases patriarcais, escravocratas, na qual sempre prevaleceu a hegemonia do homem branco e europeizado, heterossexual e cristão, naturaliza-se a negação do racismo e se propaga o mito da democracia racial, o que favorece a rejeição de milhões de brasileiros não brancos a uma posição de precarização social e econômica. Longo, 2012, assevera:

A situação da exclusão socioeconômica e cultural dos grupos populacionais pertencentes aos negros e indígenas é escamoteada pela ideologia do “branqueamento”, pela ascensão social, como se o enriquecimento privado fosse o elemento chave para a superação das desigualdades raciais. (LONGO, 2012, p. 2).

Essa reflexão é pertinente à história da infância no Brasil. Crianças e adolescentes negros já nascem como personagens desses estigmas, e quando alcançam o espaço público, seguem sendo vítimas do racismo que se perpetua em suas relações escolares, profissionais, enquanto indivíduos situados no sistema público de saúde, nos espaços de lazer, no tratamento conferido pelas polícias, pelo Poder Judiciário. O preconceito e a discriminação racial, como elementos estruturantes da sociedade, seguem sendo balizadores das relações sociais e institucionais. É um processo complexo, justificado na história econômica e social brasileira, sendo o racismo estruturante da sociedade brasileira e do estado.

Com o intuito de perceber como os acontecimentos promovidos pelas políticas públicas de assistência social a crianças e adolescentes brasileiras se desenvolveram nas cidades, a seção a seguir delinea o perfil da caridade e assistência nesse município, por meio da perspectiva do município de Vitória da Conquista, até o surgimento do Projeto Conquista Criança, programa que se insere no contexto de criação de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes. Com ações estatais, a criação do programa representa uma mudança radical no município, já que a atenção às crianças e aos adolescentes em risco e vulnerabilidade social não era traço marcante nos governos municipais.

3. VITÓRIA DA CONQUISTA: PERCURSO DE AÇÕES DE CARIDADE E FILANTROPIA ATÉ A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA CONQUISTA CRIANÇA

Para entender o que representou a criação do Programa Conquista Criança em Vitória da Conquista, é necessária uma abordagem sobre o desenvolvimento desse município e das políticas estatais direcionadas a crianças e adolescentes. Desse modo, esta seção abordará tais temas e apresentará o programa em estudo desde a sua criação.

Em finais do período oitocentista, o movimento que existia no âmbito da medicina, do direito e da sociedade em geral se unia para encontrar uma forma de contenção social dessa massa que permanecia marginalizada por becos e calçadas das cidades e que não se encaixava no ideal de progresso. Como analisa Públio (2016), um conjunto de leis, normas e regras de convivência foi elaborado para regular a vida das famílias pobres, baseado em três pilares: prevenção, educação e repressão, que também atingiu o Brasil, em cidades como Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro.

São Paulo, por exemplo, passou de trinta mil habitantes em 1870 para uma população de 286 mil em 1907, explosão demográfica que acompanhou o crescimento industrial, como destaca Santos (2010), além do ideal de “ordem” e “progresso” tecido pela recém-instaurada República (1889). Em contrapartida, as condições sociais e habitacionais dos mais pobres eram cada vez mais insalubres e ausentes de condições mínimas de sobrevivência, além do crescimento da vadiagem e da criminalidade. Para complementar esse contexto caótico de expansão urbana, um movimento de “profilaxia social” era praticado cotidianamente e assegurado pela força policial, o que aumentava consideravelmente as tensões sociais.

A criança e o adolescente sempre estiveram presentes nas estatísticas criminais que passaram a ser elaboradas desde o século XIX, sendo presos por desordens, vadiagens, furtos e roubos, principalmente (SANTOS, 2010). Os criminalistas atribuíam esse comportamento delinquentes à corrupção ainda no período da infância e, na elaboração da versão definitiva do Código Penal de 1890, pouco se inovou na imputabilidade dos “menores”, os quais não seriam julgados como criminosos se fossem menores de 14 anos, a não ser que tivessem agido de

forma consciente, com discernimento, devendo, nesse caso, ser encarcerados em uma casa de correção (SANTOS, 2010).

Cabe esclarecer que a terminologia “menor” ou “menoridade” começou a ser utilizada no âmbito jurídico com o intuito de “determinar a responsabilidade penal em torno da infância pobre, abandonada ou infratora”, associada à infância e à juventude delinquentes (MORAES JR; SANTOS, 2019, p.211). Esse processo de minorização das crianças e dos adolescentes percorreu todo o século XX, quando o Código de Menores de 1927 e o Código Menorista de 1979 continuaram ratificando a ação desqualificadora do Estado para com o público infanto-juvenil. Considerando a memória sobre o “menorismo”, é perceptível a preferência pela não utilização do termo “menor” para designar crianças e adolescentes em conflito com a lei, por carregar o estigma das vigências dos códigos menoristas (MORAES JR.; SANTOS, 2019).

Apesar de toda a contenda envolvendo os “menores”, eles eram considerados o “futuro produtivo” do país, por isso iniciados muito precocemente nas atividades produtivas, assim como nas atividades ilegais, como mendicância, roubo, furto e prostituição, para prover, tanto sua sobrevivência, quanto da própria família. “Inúmeros são os relatos da ação destes meninos e meninas pelas ruas da cidade, em bandos ou sozinhos, compondo o quadro e as estatísticas da criminalidade e da delinquência” (SANTOS, 2010, p.121).

Importa salientar que, nas primeiras décadas do século XX, era evidente a distinção entre crianças ricas e pobres – as primeiras, alvo de políticas públicas e de ações da família e da educação a fim de prepará-las para se tornarem dirigentes da sociedade; as segundas, automaticamente inseridas nas classes perigosas e estigmatizadas pelo termo “menor”. Sobre esse termo, esclarecem Drexel e Iannone (1994):

A palavra “menor”, antônimo de “maior”, passa a ideia de pequeno, ainda por formar-se, que não é sujeito pleno, que depende de um maior, sob cuja tutela e custódia deveria estar. Porém, o termo “menor”, nesse sentido, tem sido aplicado apenas às crianças e jovens de famílias bem-constituídas e estáveis. Para os demais - os pobres, os abandonados, os internos em orfanatos ou órfãos do Estado -, a palavra “menor” assume uma conotação pejorativa, trazendo em seu conteúdo semântico a insinuação preconceituosa de “marginal”. (DREXEL; IANNONE, 1994, p.24).

Até as escolas, que eram quase completamente ocupadas pelas classes média e alta, eram o lugar onde se aprendia o recato em complemento ao que era ensinado no seio familiar e onde as professoras se tornavam “tias” e ficavam responsáveis por educar corretamente os alunos, em consonância com as exigências do Estado, enquadrando-os no controle social. Andrade (2014, p.29) chama a atenção para a criação, no período Vargas, em 1934, do primeiro Ministério da Educação e Saúde, que estabelecia uma escola com o intuito de “ensinar as crianças a viver melhor, aprendendo a cuidar da casa, a realizar as tarefas com mais atenção e eficácia, a fim de manter padrões de vida familiar e social aceitáveis”.

Andrade (2014) esclarece que essa fase foi denominada “Filantrópico-Higienista”, tanto pela característica de higienização social e sanitária da população, com o intuito de arrumar o espaço público e controlar epidemias, respectivamente, quanto por toda a fase de filantropia, explorada no capítulo anterior, e muito direcionada às crianças e adolescentes. Silva (1998) ainda esclarece que as condições vigentes contribuíram para a formação de uma classe de miseráveis no início do século XX, composta por homens, principal força de trabalho, mulheres, que também trabalhavam no campo e nas fábricas, além de crianças e jovens, que complementavam o quadro de trabalhadores em condições insalubres.

Junte-se a isso a consolidação do controle e da exploração do capital no Brasil, que se modernizou de acordo com o modelo capitalista industrial. Nesse esteio, as ações do Estado e do mercado capitalista reprimiam e isolavam os trabalhadores nos guetos em moradias que refletiam sua condição social. De acordo com os apontamentos de Andrade (2014), os principais reverbérios de toda essa situação ficaram ainda mais fortes a partir da segunda metade do século XX e, sobretudo, após 1964, ano de início do período ditatorial brasileiro, que se estendeu até 1985. Nessa época, a abertura das rodovias interestaduais favoreceu a migração para o estado de São Paulo, centro de industrialização, de um contingente, principalmente de nordestinos, que deixavam o campo em busca de sobrevivência na indústria.

A cidade de Salvador também apresentou transformações similares às das grandes cidades, como São Paulo, pois a abolição da escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889) provocaram igual reordenamento econômico, político e social. Essas mudanças foram observadas, sobretudo nos espaços geográficos gradualmente ocupados por uma população ociosa, classificada de

mendigos, moleques e vadios (PÚBLIO, 2016). No final do século XX, tais alterações influenciaram também municípios como Vitória da Conquista, um polo comercial importante para a região Sudoeste da Bahia, e que apresentou características similares à dos grandes centros, justamente por sua posição privilegiada, que favorecia o comércio e, portanto, o advento de pessoas em busca de oportunidades de trabalho e sobrevivência mínima.

Diante do contexto histórico apresentado, é possível perceber que o município de Vitória da Conquista, alvo da presente investigação, apresenta aspectos similares aos de outros municípios brasileiros na passagem do século XIX para o século XX, no que diz respeito à formação da população urbana juntamente com a consolidação do capitalismo, que levou a um crescimento populacional e ao surgimento de pessoas residentes nas ruas e sem condições mínimas de moradia, emprego e saúde, o que será explanado no item a seguir.

3.1 O MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA E A CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA

O município de Vitória da Conquista despontou na região Sudoeste da Bahia em razão do comércio arrojado e, por conseguinte, por suprir as necessidades de consumo, tanto da população local, como de cidades vizinhas. Situado na região denominada Sertão da Ressaca⁹, teve várias denominações. Em finais do século XVIII, era chamada Arraial da Vitória. Em 1840, foi elevada à vila e passou a ser Imperial Vila da Vitória, por meio da Lei Provincial nº 124. Após a implantação da República, foi elevada à condição de cidade em 1892, denominando-se Conquista e, por fim, foi intitulada Vitória da Conquista por meio do Decreto nº 141 de 1943 (SOUZA, 1999).

O objetivo para a região era a busca de riquezas minerais para ajudar a reverter a crise vivida pela metrópole portuguesa. Como a mineração não era o forte da região, logo se desenvolveu a atividade pecuarista, que alavancou o desenvolvimento expressivo do povoado nas primeiras três décadas do século XIX. Como analisa o historiador Belarmino de Jesus Souza (1999), a Vila da Conquista

⁹ Adotada por Santos (2007, p.132), apoiado nos escritos de historiadores da região, como Sousa (2001), a expressão Sertão da Ressaca faz referência a uma “funda baía de mato baixo, circundado por serra, que correspondia às terras entre os rios Pardo e das Contas. Essa denominação da região ficou até o final do século XVIII, quando passou a se chamar de Arraial da Conquista”.

situava-se em posição estratégica entre o Sertão e o Litoral e figurava como parada obrigatória das comitivas que conduziam o gado e dos flagelados das secas que afetavam os sertanejos.

Em meados do século XVIII, o Rei D. João permitiu que o bandeirante João da Silva Guimarães desbravasse a região, contando com a ajuda de João Gonçalves da Costa, seu futuro genro. O território era ocupado pelos povos indígenas Mongoiós, Camacans e Botocudos, que, inicialmente, foram abordados pacificamente no processo de conquista. Entretanto, por volta de 1806, quando as fazendas dos conquistadores foram se estabelecendo, os indígenas sofreram o processo de genocídio, e os sobreviventes passaram à “escravidão informal”, conforme análise de Souza (1999). A implantação das fazendas de pecuária e a submissão/eliminação dos nativos e o erguimento do núcleo de povoamento confirmaram o êxito no processo de conquista do “Sertão de Ressaca” (SOUZA, 1999, p.24).

A criação do povoado deveu-se também ao interesse português em assegurar um território entre o litoral e o sertão, com o objetivo de integrá-los. Esse objetivo foi cumprido e as fazendas familiares passaram a se tornar autossuficientes, sobretudo pela limitação de transportes. Assim a produção agrícola, durante todo o século XIX, era destinada ao consumo local, o que proporcionou o desenvolvimento do município. Além disso, importa salientar a informação de Souza (1999) a respeito da população de escravos em Vitória da Conquista: em 1875, a Imperial Vila da Vitória contava com cerca de 11.000 habitantes, dos quais 1.817 estavam condicionados à escravidão.

Quanto ao comércio fora da região de Conquista, este ocorria por meio das tropas de muares e, até a década de 1920, como a cidade encontrava-se em considerável isolamento por causa das condições das estradas, os comerciantes encomendavam os produtos aos chamados “caixeiros viajantes”, representantes das lojas da capital. (SOUZA, 1999).

A partir desse período, acelerou-se o crescimento urbano no sentido nortesul, acompanhando as margens do Rio Verruga, onde as casas foram sendo edificadas. Apesar de ser pequena, já era uma das maiores cidades do estado da Bahia, em que se destacavam a Praça Sá Barreto, ao norte, a Praça Vitor Brito, ao sul, a Rua do Espinheiro, a oeste, e o início do que atualmente se denomina Rua da Misericórdia, todos em uma região mais central do território (SILVA, 2013).

A partir da segunda década do século XX, a atividade comercial conquistense se desenvolveu graças aos fazendeiros, feirantes, bodegueiros, açougueiros, entre outros profissionais que alavancavam o comércio, tornando-o mais diverso. Em 1926 foi instalado o telégrafo, em 1927 foram ampliados e melhorados os transportes com a abertura da rodovia que liga Vitória da Conquista a Jequié, em 1940, foi construído o trecho que liga Ilhéus a Bom Jesus da Lapa, intensificando o comércio e o crescimento da população, e, em 1963, foi inaugurado o trecho da Rio-Bahia que corta a cidade com a presença do então presidente do Brasil João Goulart. Segundo dados do IBGE, entre os anos de 1950 e 1960 o município praticamente dobrou a sua população, passando de 46.456 mil habitantes para 80.113 mil (SOUZA, 1999).

As mudanças que foram ocorrendo no território de Vitória da Conquista contribuíram para uma mudança na estrutura da cidade e na formação social, como o impacto causado pela BR 116, que dividiu a cidade em zona leste e zona oeste. A zona oeste apresentava baixos aluguéis, portanto a possibilidade de moradia para os menos abastados, muitos deles migrantes que chegavam através da Rio-Bahia, sem trabalho e dinheiro, além da população do campo que também se deslocava para o centro urbano, especialmente no período da grande seca de 1950 (ANDRADE, 2008).

Para Andrade (2008), a partir de então ocorreu o alargamento das desigualdades sociais no município, tendo em vista que o crescimento urbano não acompanhou o desenvolvimento econômico. Destacava-se o grande número de mendigos nas ruas da cidade, entre eles crianças e adolescentes, fato esse denunciado pelos jornais conquistenses do período e por visitantes que passavam por aqui, como o jornalista Leôncio Basbaum, em 1956:

[...] o que realmente me impressionou foi o grau de miséria em que a população vivia mergulhada. Mendigos por toda a parte, nas esquinas, na igreja, no mercado ou na feira, pelas estradas, à beira das calçadas. São andrajosos, esqueléticos, de aspecto doentio. Eles não têm aquela picardia dos mendigos das cidades grandes, nem a sua agressividade encontrada mesmo em algumas cidades da região do polígono. São mansos, humildes, como se pedissem desculpas por serem tão pobres. [...] Alguns têm um chapéu na mão, outros nem isso. Nem erguem a voz para implorar, salvo quando se trata de algum estranho à cidade, que pareça ter dinheiro. Ficam apenas silenciosos, nem olham para a gente, com a mão entreaberta esperam que alguém lhes lance uma moeda. A maioria nem agradece. E são de todas as idades, com diferença de que os menores, crianças de 4 ou 5 anos, são mais agressivos, correm atrás

da gente, puxam pelo paletó e, quando recebem alguma coisa, correm para o pai ou a mãe, que está semi-inconsciente, em algum canto da esquina, exibindo a nota como se fosse um troféu conseguido. (BASBAUM, 1976, p.55).

A citação revela a existência de moradores de rua em todos os cantos da cidade e de todas as idades, evidenciando que a mendicância atingia crianças e adolescentes. Por outro lado, nesse período ocorreram as primeiras iniciativas filantrópicas por parte de membros considerados importantes socialmente, como advogados, médicos, religiosos e outras pessoas que, individualmente, se preocupavam em atuar na caridade. A situação dos “meninos de rua” se tornava cada vez mais alarmante com o passar dos anos – eram jovens expostos à violência, à fome, ao frio e ao trauma do abandono familiar (PÚBLIO, 2016).

Públío (2016), refletindo sobre as péssimas condições de trabalho e as péssimas condições de moradia, considera-as como alguns dos motivos pelos quais famílias inteiras ocupavam as ruas conquistenses. Analisando essa situação, é possível concluir que a economia da cidade não conseguiu absorver todos os novos moradores, destinando pessoas a condições degradantes de vida. Como a miséria não fazia distinção, as crianças também se encontravam nesse cenário, se tornando prioridade nas ações da elite de Vitória da Conquista e nos discursos jornalísticos. É importante dizer que essa apreensão apresentava certa dicotomia, pois, ao mesmo tempo em que se preocupavam com a vida dos pequenos, temiam que eles se tornassem um perigo para a sociedade:

[...] as ações de intervenções organizadas por religiosos, médicos, advogados, políticos, senhoras da elite conquistense vão ser definidas pelas funções de prevenção, educação, recuperação e repressão, sustentadas por um discurso que se apresentava, ora em defesa da criança, ora em defesa da própria cidade em processo de expansão. (PÚBLIO, 2016, p.39).

O intento era retirar esses jovens da rua e ordenar a cidade, seguindo o modelo higienista e de profilaxia social aplicado nas cidades europeias, além de seguir a linha da institucionalização onde se etiquetavam os jovens de acordo com a situação de risco e vulnerabilidade em que viviam, oferecendo-lhe na instituição de apoio o que entendessem ser pertinente ao jovem (PÚBLIO, 2016).

Assim, em 1918 foi criada a Santa Casa de Misericórdia de Vitória da Conquista, seguindo o padrão de existência da instituição na Bahia, primeiro estado

onde as Santas Casas foram instaladas. O trabalho era basicamente de ordem filantrópica e contava com forte participação da comunidade, seja por razões puramente caridosas, seja como forma de adquirir projeção social, se espelhando nos trabalhos de Régis Pacheco e Crescêncio Silveira, dois médicos que dedicaram seu labor a causas filantrópicas e que obtiveram o respeito e a admiração da população conquistense à época, a ponto de poderem ditar regras de saneamento básico a serem seguidas no município (PÚBLIO, 2016).

No contexto nacional, com o Decreto Federal nº 16.272 de dezembro de 1923, surgiu o regulamento de proteção aos menores abandonados e delinquentes, reconhecendo a situação de pobreza como geradora de crianças abandonadas e de jovens delinquentes. Esse Decreto Federal também foi responsável pela criação do primeiro Juízo de Menores no Brasil, instalado no Rio de Janeiro. Já em 1927, foi promulgado o 1º Código de Menores da América Latina, Decreto nº 17.943-A, que ficou conhecido como Código de Mello Mattos, e representou certo avanço na proteção a crianças e adolescentes (MORAES JÚNIOR, 2018).

Em 1949 nasceu um movimento de apoio à maternidade e infância desamparada no município, que pretendia fazer uma interlocução entre a maternidade da Santa Casa de Misericórdia e as mães dessas crianças. A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, que visava desenvolver atividades em favor da maternidade, infância e adolescência, surgiu com o apoio do Departamento Nacional da Criança, do Ministério da Educação e Saúde, das autoridades locais e era dirigida por senhoras da sociedade. Antes desse período, existiam a Loja Fraternidade Conquistense, o Abrigo dos Filhos do Calvário e o Centro de Adaptação Social (ANDRADE, 2008).

Em 1949, foi organizado o Centro de Assistência Social de Vitória da Conquista, formado por 41 cidadãos conquistenses (políticos, advogados, fazendeiros, médicos, religiosos e comerciantes), que se empenhavam em trabalhar pela situação dos jovens em condição de mendicância, visando afastá-los dos riscos a que estavam expostos. Destinava-se à promoção de ações de melhoria do atendimento médico-hospitalar da cidade, além de ensejarem a criação de hospitais, maternidades, postos de saúde e creches (ANDRADE, 2008).

Neste momento é possível estabelecer um marco das primeiras iniciativas filantrópicas direcionadas à institucionalização das crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade no município de Vitória da Conquista. Com a

articulações dos grupos que sempre estiveram relacionados às ações de ajuda e caridade, iniciaram-se os planos para a criação da Escola de Menores, mas que, por falta de recursos e por questões estruturais, iniciou as atividades apenas duas décadas depois, em 1970.

Segundo Andrade (2008), a década de 1950 caracterizou-se pelo surgimento de outras duas instituições para atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco. Tais atividades filantrópicas aconteciam em conformidade com esse olhar institucionalizador da situação das crianças e adolescentes em estado de mendicância, oferecendo-lhes um espaço fechado com o mínimo de direitos e garantias de que fossem titulares àquela época.

Assim, no ano de 1957, iniciou-se a construção do Orfanato Santa Catarina de Sena, que, em um primeiro momento, era uma escola de catecismo para crianças carentes em situação de abandono ou mesmo para as que estivessem internadas na Santa Casa de Misericórdia, onde atuavam as irmãs pobres que organizaram o orfanato. Percebendo o número cada vez maior de crianças atendidas, surgiu a ideia de proteger meninas abandonadas dando-lhes abrigo. Iniciou-se, então, com o auxílio dos provedores da Santa Casa e da comunidade, a construção de um prédio com melhor estrutura para atendimento do Orfanato Santa Catarina de Sena (PÚBLIO, 2016).

No ano seguinte, em 1958, o Clube da Amizade foi criado por iniciativa de Lisete Pimentel Mármore, destinando-se às obras sociais e a dar suporte a outras instituições existentes. Composto por senhoras de famílias mais abastadas da sociedade conquistense da época, era comum o Clube da Amizade realizar feiras, bazares, festas e rifas para angariar fundos em auxílio dos desvalidos, além de uma campanha específica para o inverno, tendo em vista as baixas temperaturas de Vitória da Conquista nessa estação do ano (ANDRADE, 2014).

Apesar de tais esforços, a situação de pobreza continuava presente nas ruas de Vitória da Conquista e com aumento paulatino do número de crianças e adolescentes. Na tentativa de amenizar essa situação, viu-se a necessidade de criar a Escola de Aproveitamento de Menores, já que o Orfanato Santa Catarina de Sena atendia apenas às meninas, deixando os meninos sem atendimento. Inaugurada em 1967, no contexto da ditadura militar, que estava em curso no Brasil, a Escola destinou-se a atender aos meninos que estivessem em risco social, encaminhados pelo Juiz de Menores ou pelo Conselho Municipal de Menores. Só podendo atuar

em 1970, o atendimento era feito a jovens entre 5 e 18 anos, em regime de internato, semi-internato e externato, conforme deliberação do Poder Judiciário (ANDRADE, 2008).

O Orfanato e a Escola de Aproveitamento de Menores figuraram como instituições de atendimento a crianças e adolescentes pobres até a década de 1980. Com a reconfiguração da assistência nos finais da ditadura militar, o município modificou sua política de atendimento às crianças e adolescentes pobres e ampliou o número de instituições, entre as quais destacava-se o Grupo de Apoio ao Adolescente da Creche Vivendo e Aprendendo, em 1982, o Centro de Recuperação e Amparo ao Menor (Creame), criado em abril de 1985, a Pastoral do Menor da Paróquia Nossa Senhora das Graças, também de 1985, e a Associação dos Amigos da Pastoral do Menor, de 1987.

Segundo o intuito de melhorar a situação desses meninos e meninas, o governo municipal criou, em 1987, o Projeto Recriação, para atender crianças e adolescentes pobres, entre 10 e 17 anos, oferecendo alimentação, atividades esportivas, artísticas e profissionalizantes. O projeto acontecia em regiões específicas da cidade, a saber: no Bairro Brasil, o Centro Social Urbano (CSU); no Bairro Alto Maron, o Estádio Edivaldo Flores; e, no centro da cidade, o Ginásio de Esportes Raul Ferraz. Em 1989, o Projeto Recriação foi substituído pelo Projeto Trabalhador Mirim, iniciativa do governo municipal, pelo qual os adolescentes trabalhavam para contribuir com a renda familiar. Para tanto, eram distribuídos carrinhos de mão e caixas de engraxates para o trabalho público nas cidades. Em contraposição a essa visão local, estava sendo criado em 1990, o ECA, que impunha restrições severas ao trabalho de crianças (ANDRADE, 2008).

A partir da década de 1990, segundo Públio (2016) e Andrade (2014), houve uma fase de estagnação no que diz respeito às políticas públicas direcionadas a crianças e adolescentes. Apesar disso, discussões públicas sobre a temática e a nova concepção dos direitos das crianças ocorriam no município, estimuladas pelo então deputado federal Guilherme Menezes e pela médica pediatra Diná Carvalho. Em 1995, realizou-se um seminário sobre a nova concepção de atendimento às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e, em 1996, Guilherme Menezes, tendo como uma das propostas de governo a criação de uma política pública direcionada às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, candidatou-se a prefeito do município.

Conforme análise de Santos (2007), a política na década de 1990 alicerçou-se no neoliberalismo e intensificou as desigualdades, levando milhares de brasileiros a viverem à margem dos direitos civis e em condições indignas de sobrevivência. O reflexo dessa situação no município conquistense explica, em parte, a estagnação das políticas de assistência, pois a crise social, política e econômica levou a um cenário de indeterminação, ao mesmo tempo em que grupos políticos divergentes tentavam demarcar presença na cidade.

Além desses fatores, ainda eclodiram diversos movimentos sociais, com destaque para o Movimento em Defesa das Crianças e dos Adolescentes, que tinha como projeto “implantar e fazer funcionar plenamente as instâncias participativas e de direitos, preconizadas pelo ECA: o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (Comdica), o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FMIA) e o Conselho Tutelar” (SANTOS, 2007, p.183).

Segundo Santos (2007), a implantação do Comdica e dos Conselhos Tutelares não se deu sem conflito. O problema relativo à implementação desses conselhos tinha relação com as questões políticas da cidade, dessa forma, a demanda pelas suas instaurações, articulada durante a década de 90, soava como “um elemento de desestabilização do mandonismo local”, pois os dirigentes que representavam o pedralismo “não poderiam imaginar um Conselho paritário, gestor e fiscalizador das ações do governo, ou, muito menos, um Fundo destinado às crianças e aos adolescentes em situação de risco” (SANTOS, 2007, p.189).

Santos (2007), por meio das entrevistas de pessoas que participaram das lutas para implantação do Conselho Tutelar e do Comdica em Vitória da Conquista, firma que esses dois órgãos, determinados pelo ECA, sofreram resistência para serem criados pelo governo municipal da época, haja vista que a prefeitura não possuía nenhum projeto dedicado para atendimento à infância e à adolescência, dentro dos parâmetros do recém criado Estatuto.

A análise do autor se centra em dois momentos do processo de implantação e implementação do Conselho Tutelar e do COMDICA: Primeiro momento está relacionado às gestões de Murilo Mármore (1989 – 1992), filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Pedral Sampaio (1993 – 1997), filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), as duas gestões foram marcadas por obstacularizar a implantação dos dois órgãos, um de proteção e outro de criação e fiscalização de políticas públicas. Já o segundo momento se deu nas gestões de

Guilherme Menezes (1997 - 2002) e José Raimundo Fontes (2002 - 2009), ambos filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT) (SANTOS, 2007), quando o Conselho Tutela e o COMDICA tiveram infraestrutura para realizarem suas funções, mesmo com as dificuldades existentes da instalação dos equipamentos e dos recursos destinados para as ações.

Nesse sentido, Santos (2007, p.195) reitera que, apesar da implementação do Conselho, com a Lei Municipal nº 607/91, pelo então prefeito Murilo Mármore, o Executivo municipal não forneceu condições para que os órgãos funcionassem efetivamente. “A própria existência da lei não garantiu o funcionamento desses organismos de participação. Mais uma vez, os setores das organizações populares [...] foram às ruas e explicitaram o conflito, no intuito de garantir o funcionamento [...]”.

A partir do ano de 1997, algumas políticas governamentais começaram a ser implementadas, com destaque para o Programa Conquista Criança, cujas atividades iniciaram-se a partir de um projeto com 35 crianças e adolescentes que desenvolviam atividades nas ruas (ANDRADE, 2008), e a Rede de Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente. Posteriormente, houve a implantação do Programa Sentinela e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), em 2000 e 2001, respectivamente, promovendo algumas respostas imediatas na dinâmica do município (SANTOS, 2007).

O Programa Conquista Criança foi instituído a partir de Projeto de Lei Municipal e, antes de ser implantado, ainda no ano de 1997, algumas ações foram realizadas com o objetivo de embasar e respaldar a ideia do projeto. Assim, algumas pessoas que trabalhavam na Prefeitura Municipal, alocadas em diversas secretarias, a exemplo da Secretaria de Desenvolvimento Social e de Expansão Econômica, formaram um grupo de estudos de caráter interdisciplinar para discutir questões concernentes à realidade brasileira e ao município de Vitória da Conquista (BITENCOURT, 2006).

Santos (2007) considera o governo exercido pelo Partido dos Trabalhadores (PT) como um governo democrático-popular, que se reflete nas políticas públicas de garantia de direitos a crianças e adolescentes, desenvolvidas pelo prefeito eleito em 1997 pelo PT, o médico Guilherme Menezes de Andrade. Anteriormente a esse período, segundo Santos, a única ação municipal existente foi o Programa Trabalhador Mirim, que distribuía carrinho de mão e caixa de sapateiro a crianças e

adolescentes para que trabalhassem. Assim, uma das primeiras ações do novo governo foi a reestruturação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Semdes) e a incorporação de profissionais com saberes técnicos e de militância na área social, com o intuito inicial de analisar experiências positivas no que diz respeito a programas sociais existentes em outras cidades do Brasil (SANTOS, 2007).

Sobre a escassez de políticas de atendimento à criança e ao adolescente, a entrevistada (P1), que fez parte do grupo que idealizou e redigiu a proposta do Programa, afirma:

Não existia nada. Existia o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, na primeira gestão de Guilherme, em 1998. Foi quando eu fui trabalhar na Secretaria de Desenvolvimento Social, com Doutora Diná Carvalho, assumindo um cargo de terceiro escalão, que era chefe de divisão, mas eu acabei presidente do Conselho do Direito da Criança e do Adolescente, que chamava Comdica, não sei se ainda chama assim. E ali dentro a gente começou a montar uma equipe para refletir sobre o que existia. Sobre o ponto de vista governamental tinha apenas um carrinho, um programa da Prefeitura que dava carrinho de mão pros meninos trabalharem na feira e não existia Conselho Tutelar. Então nós começamos a trabalhar na elaboração de um projeto que fosse municipal, com alguma resistência das ONGs, que queriam apenas o financiamento público para ações não-governamentais. Mas, por fim, conseguimos começar a planejar uma ação que fosse voltada para a criança e o adolescente em situação de risco mais imediato, situação de rua, problemas com droga. Enfim, aqueles que não estavam cobertos por nenhuma outra instituição.

Esta narrativa de uma das idealizadoras do programa leva à percepção de que, apesar do número considerável de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, no período anterior à sua instituição, não havia atenção do poder público em promover direitos a esse grupo, o que se pode comprovar ainda pela cessão de “carrinhos de mão para que trabalhassem na feira”. Além disso, a entrevistada, ao discorrer sobre a existência de muitas dívidas públicas deixadas pela gestão anterior, o que dificultava a efetivação do projeto, assegura que a implementação do programa diante da crítica situação financeira em que se encontrava o município, foi possível graças ao empenho do então prefeito municipal.

Além disso, o ex-prefeito do município de Santos/SP, David Capistrano Filho, deu contribuições importantes para a Semdes com sua experiência em projeto similar em Santos. Bitencourt (2006) acrescenta que foram realizadas visitas de

campo para conhecimento das experiências exitosas. Após os estudos e a aprovação do PL em setembro de 1997, surgiu a primeira ação do Programa Conquista Criança: a Casa de Acolhimento Noturno, implantada numa casa pertencente à Prefeitura Municipal na Rua Coronel Gugé¹⁰. Dos obstáculos enfrentados, pode-se destacar o temor dos moradores de terem como vizinhos os jovens atendidos pela casa por acharem que poderiam oferecer algum perigo (BITENCOURT, 2006).

A entrevistada (P1) explica ainda:

Nós montamos um atendimento com um grupo pequeno inicial, uma coisa experimental com um número pequeno de meninos que estavam em situação de rua. Então, assim, esse grupo inicial começou um atendimento lá na própria secretaria, [...] e foi uma coisa bem experimental, bem arrojada, [...] Depois desse momento, a gente montou uma unidade de atendimento na própria rua, que era a unidade de educação de rua, e montou uma unidade de acolhimento noturno, que ficava ali na rua Senhorinha Cairo, ali atrás da Prefeitura, [...] não sei o nome dessa rua. Era uma casa comprida, onde a gente montou beliches... e alguns educadores. Fizemos treinamento com esse pessoal para que os meninos então pudessem passar a dormir ali, [...] e isso durou um tempo, em paralelo essa unidadezinha pequena lá na secretaria. Com o tempo, nós começamos a ganhar uma perspectiva de um espaço maior, que veio a ser a unidade maior lá perto do aeroporto, que é hoje onde funciona aquela que era uma escola. Então começamos um processo de adaptação muito simples, porque não tinha recursos para nada. Começamos a implementar também algumas atividades de lazer, de educação, educação profissionalizante, como tear, tapeçaria, capoeira, [...] e reforço escolar [...] a gente implantou nesse momento uma equipe com assistente social, pedagoga e psicóloga, e essas equipes iam... as famílias tentavam manter assim um contato para acompanhar as diversas situações que essas crianças viviam, inclusive de violência intrafamiliar, violência sexual, é, famílias com sérios processos de violação mesmo [...].

O projeto-piloto atendeu a 35 crianças e adolescentes em situação de risco, entre 7 e 18 anos, com uma estrutura muito simples em apenas uma unidade. Paulatinamente, com a verificação do potencial de intervenção do programa nas vidas daquelas crianças e adolescentes, foram instaladas a unidade de acolhimento noturno e a unidade de educação de rua. Eram oferecidas “atividades de lazer, de educação e de educação profissionalizantes como tear, tapeçaria, capoeira [...] e reforço escolar”.

¹⁰ A Rua Coronel Gugé, que está situada no centro de Vitória da Conquista, no século XX era local de residências de famílias pertencentes à elite conquistense.

Importa mencionar que essa estrutura servia principalmente a crianças e adolescentes do sexo masculino, mas há o relato da presença de uma menina de apelido “Landinha” como a única criança do sexo feminino que esteve presente no período de implantação do programa. (P1, 2019).

Com o tempo, o Programa passou a oferecer oficinas, como a de teatro, canto coral, alfabetização, esportes e recreação, e a proporcionar refeição, assistência psicológica, médica e odontológica, além de um incentivo quinzenal no valor de quinze reais (SANTOS, 2007). Em dois anos, o programa se tornou referência, ganhando premiações do Unicef e da Fundação Abrinq, e angariando parcerias, como a do BNDES, conforme relata Santos (2007), a partir de informações do Relatório anual da Semdes:

A partir do convênio firmado com o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social –, possibilitou a construção e compra de mobiliários e equipamentos, foi inaugurada a sede própria do Programa, composta de dois módulos com a seguinte estrutura: Empresas Educativas (oficinas de tecelagem, serigrafia e costura industrial); biblioteca; setor administrativo-financeiro, coordenação Geral e grupo técnico; amplo refeitório e cozinha industrial; consultórios médico, odontológico e psicológico; parque infantil, sala de caratê; sala de capoeira; grupo de educação na rua; núcleo formação, equipado com TV, vídeo, retroprojeter, etc., em que se realizam cursos, palestras e seminários para educandos, funcionários e comunidade; secretaria; sala de educadores; sala de Atendimento; duas salas curumim (para atendimento a educandos na faixa etária de 7 a 10 anos); sala de Dança, equipada para o funcionamento do Grupo de dança; e compra dos instrumentos musicais para a instalação do grupo de percussão. (RELATÓRIO ANUAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2003).

A Entrevistada 2 (E2) contribui com conhecimentos acerca das atividades desenvolvidas pelo programa:

Então, entrei no Conquista Criança quanto eu tinha 8 anos de idade e fiquei lá até completar a maioridade, que era a idade permitida, 18 anos. Dentro do projeto eu desenvolvi várias atividades, que era a atividade de capoeira, que eu sou apaixonada até hoje, o balé, a percussão. E depois de uma certa idade a gente poderia escolher uma atividade profissionalizante, uma oficina profissionalizante, que eu fazia a costura [...].

Diante dessa fala, é importante destacar que vários foram os objetivos do Programa, os quais estão listados no documento intitulado “Mensagem ao Projeto de Lei nº 003/2002” a saber:

- Atender às crianças e aos adolescentes em situação de risco pessoal e social;
- Promover a reintegração das crianças e adolescentes em situação de risco ao seu contexto social, comunitário e familiar;
- Garantir às crianças e aos adolescentes em situação de risco o acesso e a permanência na Escola;
- Promover cursos, seminários, palestras e treinamentos específicos em parceria com organizações governamentais ou não governamentais para capacitação contínua do pessoal envolvido nas atividades do Programa;
- Desenvolver atividades de educação de rua com vistas a sensibilizar as crianças e adolescentes nesta situação para o restabelecimento dos vínculos familiares, educacionais, comunitários e sociais;
- Desenvolver atividades culturais, artísticas, esportivas e profissionalizantes, propiciando o acesso aos bens culturais e simbólicos através de cursos e oficinas;
- Garantia de documentação civil;
- Oferecer bolsa incentivo para as crianças e adolescentes integradas ao Programa;
- Atender, na Unidade de Acolhimento, em forma de pernoite, crianças e adolescentes que dormem nas ruas;
- Propiciar às crianças e adolescentes que estejam pernoitando na Unidade de Acolhimento atividades diurnas educativas, culturais, esportivas e profissionalizantes nas Unidades do Programa;
- Desenvolver atividades de prática e incentivo à Leitura, numa abordagem interdisciplinar e simbólica;
- Garantia de atendimento médico, odontológico e psicológico às crianças e adolescentes desenvolvendo também serviço de orientação e educação sexual;
- Assegurar atendimento e desenvolver ações e campanhas de esclarecimento e combate ao uso de drogas;

- Garantir a participação das famílias integrantes do Conquista Criança em Programas de Geração de emprego e Renda (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2002).

A partir de 1998, o programa passou a funcionar em várias unidades: *Unidade Central*, que funcionou em um imóvel do SESI no bairro Cidade Modelo, em que foram desenvolvidas atividades culturais, artísticas, esportivas e profissionalizantes; *Unidade de Acolhimento Noturno*, que funcionou no centro da cidade para crianças e adolescentes do sexo masculino em regime de pernoite para atividades educativas; *Unidade de Educação de Rua*, que funcionou em vários espaços da cidade para manter contato direto com as crianças e adolescentes em situação de rua; *Unidade da Zona Oeste*, que atendia aos meninos e às meninas que utilizavam as outras unidades do programa. Em 2004, o Programa Conquista Criança passou a funcionar em quatro unidades com o intuito de capacitar jovens a partir dos 17 anos (ANDRADE, 2008).

Para se ter noção da abrangência do projeto, Bitencourt (2006) relacionou a quantidade de jovens atendidos pela Unidade Educação de Rua, que funcionou durante os anos de 1999 e 2000, sendo desativada em 2001, segundo relatório da própria equipe que trabalhou na unidade:

- Atendimento a 369 meninos e meninas entre 06 e 17 anos;
- Inclusão de 06 crianças e adolescentes na Rede Municipal de Ensino;
- Inclusão de 01 criança em creche municipal;
- Inclusão de 23 crianças e adolescentes na Unidade Central, Unidade de Acolhimento Noturno e em outras entidades que compõem a Rede de Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente;
- Encaminhamento de 18 crianças e adolescentes para consultas médicas, odontológicas e exames laboratoriais;
- Realização de 52 visitas às famílias das crianças e adolescentes;
- Retorno de 02 para as ruas.

É importante salientar que, no ano de 1999, aconteceu mais um passo importante para a consolidação da Política Municipal de Atendimento à Criança e Adolescente, consubstanciada na instalação, junto à Secretaria Municipal de

Desenvolvimento Social, da Rede de Atenção e Defesa da Criança e do Adolescente, à qual o Conquista Criança se integrou. Essa rede realizava o papel de articulação entre as instituições governamentais e não governamentais que atendiam a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social em Vitória da Conquista, fornecendo capacitações de educadores, buscando a captação de recursos, além de realizar as orientações necessárias para garantir a qualidade do atendimento nessas instituições (SANTOS, 2007).

A Rede¹¹, como se referem os entrevistados, fornecia um relevante suporte à atuação do Programa Conquista Criança e às outras instituições que a compunham, proporcionando, inclusive, atividades ao público dessas instituições mesmo após encerrado o período de permanência nas suas dependências, aos 18 anos, como afirma o entrevistado E10:

A rede de atenção foi criada para ser um “guarda-chuva” das entidades que acompanhavam todas as instituições governamentais e não governamentais para crianças e adolescentes [...] ao Conquista Criança, mas numa outra dimensão para o atendimento aos jovens que completavam 18 anos. Então aí foi criado um Núcleo de Produção com as linguagens profissionais que eles aprenderam lá enquanto jovens. A gente montou um núcleo de produção onde a gente desenvolvia ações para que eles, aí, sim, produzissem e tirassem o seu dinheiro, a sua sobrevivência. [...] Era muito interessante você ver daqueles meninos que você orientou mais jovem produzindo a partir da criação de uma associação de jovens empreendedores, que passava para o empreendedorismo os conhecimentos que eles tiveram [...]. Nós tínhamos outros núcleos também localizados nos bairros.

Santos (2007) considera o Programa Conquista Criança como uma inovação política, analisa que seus objetivos se inscrevem no “campo dos direitos” e se fundamentam nos princípios do ECA, voltando-se para medidas de atendimentos à infância e adolescência em situação de risco. Ao verificar a trajetória da assistência às crianças e adolescentes em Vitória da Conquista, assim como a atuação do Programa Conquista Criança na cidade, é pertinente assinalar que essa foi uma importante fase de consolidação dos direitos civis desse grupo social.

¹¹ A Rede Socioassistencial é uma política social constituída por um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios que compõem o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e são prestados diretamente ao cidadão. Entre eles, podem-se citar os Centros de Referência de Assistência Social (Cras), os Centros de Referência de Assistência Social (Creas), os Centros de Acolhida Especial, o Centro de Defesa e de Convivência da Mulher (CDCM), entre tantos outros.

O Programa Conquista Criança, que chegou a atender a cerca de 460 crianças e adolescentes no período de um ano, apresenta um funcionamento muito diferente após a passagem de 22 anos. Manteve-se a perspectiva de “educar para o serviço da cidadania”, no entanto com dimensão e amplitude de ação bem menores. Atualmente desenvolve ações apenas na sede do Bairro Cidade Modelo no formato de uma escola de tempo integral, oferecendo oficinas que têm como público-alvo crianças de 6 a 12 anos de idade que residem de maneira comprovada naquele bairro (PMVC, 2019).

Compreendido o programa segundo a análise dos documentos, segue-se para o tratamento das informações obtidas com as entrevistas e os questionários da pesquisa de campo. A partir das respostas, objetiva-se, agora, analisar as memórias trazidas por educadores e educandos do Programa Conquista Criança que lá permaneceram no período pesquisado (1997 - 2010) para apresentar e discutir o estabelecimento dessa política pública municipal pelo prisma teórico da memória coletiva.

4. AS MEMÓRIAS DOS PROFISSIONAIS E EDUCANDOS DO PROGRAMA CONQUISTA CRIANÇA

Conforme exposto em seções anteriores, pode-se visualizar um movimento na seara dos Direitos Humanos, partindo da ordem internacional, em prol da proteção à infância e adolescência indiscriminadamente e em todos os lugares do mundo. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente, com nítida influência da Declaração Universal dos Direitos da Criança, inaugurou a Doutrina da Proteção Integral ao regulamentar o artigo 227 da Constituição Federal, o qual, em sua redação à época¹² previa:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Os direitos fundamentais da criança expostos no artigo 4º desse Estatuto¹³ constituem o paradigma a ser seguido por instituições que lidam com o público infantil e adolescente e, com eles, se iniciou a transferência dessa responsabilidade direta do governo federal para os governos municipais. Em Vitória da Conquista, o Programa Conquista Criança deu início, no ano de 1997, a ações que aderiam a essa tendência, apresentando uma identidade inovadora, rompedora das barreiras construídas pela antiga política “menorista” existente no Brasil.

Esta seção apresenta fragmentos das memórias trazidas ao estudo, obedecendo à linha do tempo em que se deram os acontecimentos no Programa Conquista Criança, com o fito de discutir o que fora revelado a respeito de cada uma das categorias apresentadas na primeira seção, ou seja: o perfil dos educadores e

¹² A Emenda Constitucional nº. 65/2010 altera a antiga redação para inclusão da categoria “juventude” ao texto constitucional: “Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

¹³ Art. 4º da Lei 8069/90: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

educandos, as políticas públicas existentes no município de Vitória da Conquista, Bahia, e as políticas anteriores ao Programa Conquista Criança. São discutidos a sua organização, as dificuldades vivenciadas e o contexto das políticas públicas para a infância e adolescência, além das mudanças ocorridas na vida dos atores do programa, no próprio Conquista Criança e nas políticas para a infância e adolescência do município após o ano de 2007, que é o limite temporal da pesquisa.

Antes, entretanto, serão expostas as bases conceituais da categoria memória, a partir, principalmente, dos estudos de Maurice Halbwachs (2003), Michel Pollak (1989, 1992) e Fentress e Wickham (1992), na próxima seção.

4.1 A CATEGORIA MEMÓRIA

Os variados conceitos que podem ser atribuídos ao termo memória vêm ganhando espaços nos estudos acadêmicos. Além disso, do senso comum às políticas públicas visualiza-se uma necessidade de preservação do passado pelo viés da rememoração. Nesse sentido, algumas abordagens são fundamentais para a compreensão das experiências coletivas e como algumas delas perduram e outras desaparecem. Assim, os estudos do sociólogo Maurice Halbwachs (2003) e a cunhagem por ele do termo “memória coletiva” representam um profícuo início para a compreensão dessa categoria. Diante disso, é preciso dizer que o debate proposto pelo sociólogo tinha um caráter inaugural nas ciências sociais, pois, até então, as áreas que se ocupavam dos estudos da memória eram a psicologia e a filosofia.

Halbwachs (2003) criou a “memória coletiva” sob a perspectiva de que a recordação e as lembranças não podem ser analisadas sem levar em consideração os contextos sociais em que operam. A partir dessa categoria, a memória deixa de ser apenas individual, na medida em que só pode existir amparada nas lembranças de um grupo social. Essa abordagem do autor foi iniciada em 1920, com a obra *Les cadres sociaux de la mémoire* (Os quadros sociais da memória), onde criou as bases para o enfoque sociológico sobre o ato de rememoração. Já em *A Memória Coletiva*, obra póstuma, publicada em 1950, que possui um caráter mais ensaístico, Halbwachs dá continuidade à sua abordagem, deixando algumas lacunas para novas interpretações.

Diante disso, ao longo da citada *A memória coletiva*, Halbwachs (2003) esclarece que a lembrança necessita de uma comunidade afetiva, construção que

se dá por meio do convívio social e do estabelecimento de relações entre indivíduos e grupos. Nesse ponto, o autor afirma que a composição da memória de um indivíduo é o resultado das lembranças dos grupos nos quais esteve inserido. Assim, esse mesmo indivíduo participa de duas espécies de memória: a individual e a coletiva. Como a memória sempre é constituída em grupo, “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”, e ainda:

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2003, p.30).

Importa dizer, portanto, que, para Halbwachs (2003), a memória é um fenômeno eminentemente coletivo, ao contrário do que defendia a filosofia e a psicologia, no período em que desenvolveu seus estudos. Essa é a tese central do sociólogo, que não concebia a memória como um fenômeno puramente biológico. Na análise de Halbwachs (2003), o caráter coletivo da memória pressupõe que o individual somente sobrevive a partir de um conjunto ou totalidade. Isolado, o indivíduo não constrói lembranças, não é capaz de sustentá-las, necessitando do testemunho de outros para alimentá-las.

Não obstante a sua importância, os estudos de Halbwachs (2003) geraram uma série de questionamentos acerca de alguns lapsos em sua abordagem. Peralta (2007, p.7) considera que ele negligencia “a natureza dialógica, negocial, conflitual e intertextual quer da identidade quer da memória”. Além disso, “essa conceptualização pressupõe uma sujeição das memórias individuais aos padrões coletivos, visto que, em última análise, o que recordamos, enquanto indivíduos, é sempre condicionado pelo fato de pertencermos a um grupo” (PERALTA, 2007, p.6). Nesse ponto, ele sujeita a memória a um determinismo social e despreza as tensões entre a memória individual e a construção social do passado.

Fentress e Wickham (1992, p.8), ao reconhecerem a importância dos estudos de Halbwachs (2003) sobre a memória coletiva, analisam que, na obra deste, há uma tendência a conceder um valor “excessivo à natureza coletiva da consciência social e um relativo desprezo à questão do relacionamento entre a consciência

individual e a das coletividades que esses indivíduos efetivamente construíram”. Assim, para esses autores, é o indivíduo que recorda; entretanto, esse processo cognitivo de rememoração e a lembrança são influenciados pelo contexto social em que cada indivíduo se encontra. Portanto, para se distanciarem dessa noção de indivíduo “autômato”, que é como eles veem a concepção de Halbwachs, sugerem a utilização do termo memória social ao invés de memória coletiva, por concluírem que a memória não se preserva integralmente, nem pode ser fiel depositária do passado, mas sim resultado de contínuas atualizações das lembranças no presente.

Na realidade, estas imagens de continuidade ininterrupta costumam ser meras ilusões. A transmissão da memória social é um processo de evolução e mudança. A mudança pode, porém, ocultar-se à própria comunidade, pois para ela a sua reserva de recordações – as suas técnicas, as suas histórias e a sua identidade coletiva – surge como algo que sempre foi assim. (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p.241).

Outro autor que se baseia nos estudos de Halbwachs, é Michel Pollak, que também contribuiu, sobremaneira, para a abordagem sociológica da memória, a qual converge em muitos pontos com a do sociólogo francês. De modo geral, Pollak (1989), assim como Halbwachs (2003), também concebe a memória com um fenômeno coletivo, que envolve um processo de escolha, sendo parcial e seletiva, variável e múltipla, pois cada grupo possui um conjunto de recordações particular. Fazendo avançar a discussão e saindo do espectro proposto pela perspectiva halbwachiana, Pollak (1992) afirma que as memórias incluem três elementos: acontecimentos, pessoas (personagens) e lugares.

Ou seja, “são os acontecimentos vividos pessoalmente” ou “os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer”. Quanto aos personagens, são os “encontrados no decorrer da vida”, ou os personagens frequentados “por tabela, [...] e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa”. Finalmente, os lugares da memória são “lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico” (POLLAK, 1992, p.201-2).

Essas considerações se confirmam nas narrativas dos entrevistados, coordenadores, educadores e educandos do Programa Conquista Criança, de que não é necessário que os indivíduos estejam no mesmo espaço-tempo de determinado grupo para compartilharem memórias em comum, pois ainda compartilham memórias que foram constituídas ao longo da história brasileira, no que diz respeito à criação de políticas públicas para crianças e adolescentes, na perpetuação de políticas ligadas à orientação neoliberal e na visão que a sociedade dispensa aos grupos relegados à marginalização.

É possível dizer que, para esse autor, a memória envolve não somente experiências vividas diretamente, mas, também, as experiências herdadas, transmitidas ao grupo através da socialização, podendo transcender ao espaço-tempo da vida dos indivíduos e dos grupos, baseando-se, ou não, em fatos reais. Como bem afirma Pollak (1992), em *Memória e Identidade Social*, a constituição das lembranças é permeada por invenções, confusões, imprecisões e incoerências, que podem ocorrer de forma deliberada ou não, dando origem aos silêncios e esquecimentos, inconscientes ou conscientes, fazendo crer que a suposta homogeneidade do grupo seria muito mais o resultado da sobreposição do segmento mais poderoso sobre os demais, do que um sinal de funcionalidade.

Nesse ponto, é possível falar da criação de uma memória oficial, em detrimento das demais, uma memória que conduz “as vítimas da história ao silêncio e à renegação de si mesmas”, como teoriza Pollak (1989, p.7), em *Memória, esquecimento, silêncio*. O autor segue afirmando que o caráter múltiplo da memória a torna um objeto de disputa e conflito, pois, ao mesmo tempo em que os grupos tentam preservar suas memórias, também podem impô-las ao demais. Além disso, chama a seletividade da memória apontada por Halbwachs (2003) de “enquadramento”, ao passo que não considera a priorização de alguns eventos como questão aleatória.

Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências. É, portanto, absolutamente adequado falar, como faz Henry Rousso [1985], em memória enquadrada, um termo mais específico que memória coletiva. (POLLAK, 1989, p.9).

Ainda que não sejam ações totalmente planejadas, determinados grupos e indivíduos procuram preservar alguns elementos que criam uma identidade positiva, que auxiliam na manutenção de posições de poder, de *status*. Esse movimento de “enquadramento” leva, portanto, à supressão da memória de outros grupos, que passam a ser relegados à posição de marginalidade. Essa modalidade de memória é chamada por Pollak (1989) de “memórias subterrâneas”. Estas podem se referir às memórias das minorias políticas, dos segmentos mais pobres, dos movimentos sociais, entre outros.

Nesse ponto, merece destaque a permanência, desde 1997, ano de criação do programa Conquista Criança, até o ano de 2017, do Partido dos Trabalhadores no governo do município de Vitória da Conquista. A alternância dos prefeitos vinculados ao mesmo grupo político, Guilherme Menezes e José Raimundo Fontes durante esses anos é representativa de uma memória social e talvez, oficial, alimentadas pela hegemonia do grupo político inserido no Partido dos Trabalhadores.

Era essa memória social, em razão das ações assistencialistas perpetradas com toda a rede de assistência social, que nutria a imagem positiva conferida a esses gestores. O programa Conquista Criança, nesse sentido, lhes proporcionava uma boa propaganda, alimentando a referida memória social, em razão de ter colocado o “governo participativo”¹⁴ nos holofotes do cenário nacional repetidas vezes, como se pode observar pelos relatos dos entrevistados nesta pesquisa. Exemplo disso foi a concessão dos prêmios nacionais “prefeito criança”, conferido a Guilherme Menezes no ano de 1999 e “prefeito amigo da Criança” em 2012, além do selo Unicef no ano de 2016.

Essa memória de governos vinculados a práticas bem-sucedidas de assistência social para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social foi utilizada como mais uma forma de perpetuar sua imagem positiva, forjando a memória oficial do partido sob a ótica de governo diretamente ligado à assistência social. Ressalte-se que isso não ocorreu com os grupos políticos que anteriormente governaram o município, conforme se pode concluir pelas memórias que emergem das diversas fontes que foram consultadas para a realização dessa pesquisa.

¹⁴ A expressão “governo participativo” era o *slogan* adotado pelos governos dos prefeitos Guilherme Menezes e José Raimundo Fontes durante os vinte anos em que se revezaram na administração do município de Vitória da Conquista.

Segundo essas fontes, os governos anteriores à instauração do Programa Conquista Criança (1997) figuram invariavelmente como grupos políticos contrários aos projetos ligados à população atendida pelo programa.

A partir dessas considerações sobre a memória em seu caráter coletivo que, em algumas abordagens, pressupõe sua construção a partir de disputas, silenciamento e enquadramento, admite-se a existência de um jogo de forças pautado pelo momento presente e sustentado pela verossimilhança e pela coerência dos sucessivos discursos que servem à perpetuação. É o que se verá na próxima subseção, quando serão analisadas as memórias dos entrevistados a partir de sua inserção e durante participação no Programa Conquista Criança.

4.2 O QUE REVELAM AS MEMÓRIAS DOS ENTREVISTADOS SOBRE A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA CONQUISTA CRIANÇA E DAS POLÍTICAS ANTERIORES A ESSE MOMENTO

O ano de 1997 inaugurou nova fase nas políticas públicas destinadas à infância e adolescência no município de Vitória da Conquista. Algumas falas dos entrevistados coincidem ao revelarem que, anteriormente a esse ano, a última política pública realizada no município foi o projeto “Trabalhador mirim: Meninos de feira”¹⁵, instaurado na gestão municipal de Carlos Murilo Pimentel Mármore, que objetivava dar trabalho às crianças e adolescentes que viviam nas ruas ou se encontravam em situação de extrema pobreza (ANDRADE, 2008). Uma profissional entrevistada narra que “[...] a proposta que a Secretaria de Desenvolvimento na gestão anterior tinha era de dar carrinho para os meninos carregarem feira ou caixa de engraxate para os meninos engraxarem sapato. Essa era a proposta” (P1, 2019).

Após a desativação desse projeto durante a gestão do prefeito José Pedral Sampaio (1993-1997), ocorreu um período de ausência do poder público e de falta de comunicação com a comunidade conquistense em torno dessa questão, mas, nesse cenário, se destaca o Movimento em Defesa das Crianças e dos Adolescentes (ANDRADE, 2008).

¹⁵ De acordo com Públio (2016), o projeto previa a responsabilização da criança pelo sustento da família na complementação da renda com o dinheiro que recebesse com o carregamento e o serviço de engraxate.

A importante articulação feita pelo movimento, objetivando a difícil interlocução com a Prefeitura Municipal resultou, paulatinamente, na promulgação das Leis Municipais 607/91 e 792/95, que criaram o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Comdica)¹⁶, o Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência e o Conselho Tutelar. Essa conquista não foi suficiente para que houvesse a implementação da tão esperada política pública para a infância e adolescência em Vitória da Conquista (SANTOS, 2007).

Até o ano de 1997, as ações voltadas a esse público se mantinham por meio das organizações não governamentais e das costumeiras práticas de caridade realizadas pela Igreja Católica, como emerge das memórias da educanda (E1, 2019):

A política da criança e do adolescente no município era aquela que os meninos iam pra casa, da FAMEC, que, antigamente, a gente chamava casa... Casa do menor, [...], e tinha as pastorais que eram vinculadas à igreja católica, que tinha aquele trabalho, mas é de forma espiritualista, da caridade, “parará”, tanto é que chamava a Pastoral do Menor, essa coisa toda.

A eleição de um prefeito que tinha no seu projeto de governo a implementação de políticas públicas previstas no ECA exigia articulação para que se inaugurasse uma gama de instituições que pudessem, enfim, viabilizar a proteção integral à infância e à adolescência. Dessa forma, o início do Programa Conquista Criança se deu de modo experimental e por meio da articulação de estudiosos reunidos com o prefeito municipal Guilherme Menezes na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, dirigida na época pela Dra. Diná Carvalho:

Na época não tinha nada. Não existia nada, a gente tá falando de um momento que não tinha nada, então a gente acabou montando uma coisa que... [...] Então era o início de um processo, do projeto. (P1, 2019).

Assim, não havia, sob o ponto de vista da municipalidade, nenhuma política pública que alcançasse crianças com o perfil dos 32 meninos daquele pequeno grupo inicial, razão pela qual todos os novos serviços implementados tinham um

¹⁶ O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Comdica) foi criado em 1991, pela Lei nº 607/91, tendo como função ser órgão normativo, deliberativo e fiscalizador das políticas e das ações de atendimento à criança e ao adolescente. No entanto, somente em 1995, foi instalado oficialmente através da edição de uma nova Lei Municipal nº 792/95 (SANTOS, 2007).

caráter empírico. A intenção do grupo de implantação era alcançar os meninos que estivessem trabalhando nos arredores da Central de Abastecimento (CEASA), expostos a perigos, ainda que não tivessem seu vínculo rompido com famílias, proporcionando o gozo dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal e no ECA. (BARROS, 2007)

Sobre a fase de implantação do projeto-piloto em duas salas do prédio da Secretaria de Desenvolvimento Social, as falas dos entrevistados repetem informações que revelam o caráter experimental do Programa Conquista Criança:

A prefeitura tinha organizado um projeto piloto, que pegaram aqueles garotos que ficavam ali na feira do CEASA¹⁷, carregando feira ou que estavam na rua e começaram atividades educativas numa das salas da secretaria, porque não tinha espaço ainda... isso foi o início do programa. (P1, 2019).

Era só 30 educandos, éramos só homens, não tinha mulher nessa época. [...] Começamos ali... lá no Ceasa num prédio da Prefeitura. [...] só tinha essas duas salas, e a gente ficava o dia todo ali, e a convivência da gente era boa. Não tinha a quadra esportiva. Aí sempre à tarde nós ia lá pro ginásio de esportes para poder praticar esporte [...] A última atividade que tinha lá era mesmo só o reforço escolar e o coral que tinha lá ainda algumas vezes, a gente subia lá para o primeiro andar [...] porque o espaço era pequeno. (P2, 2019).

Me lembro que iniciou-se o trabalho com as crianças que vinham com a experiência do trabalho na rua, ali na feira do Ceasa, então foi aquele público que se viu a necessidade de implantar algum trabalho no município voltado para receber aquele público, crianças e adolescentes que estavam pelas ruas, carregando feira... alguns engraxando sapato [...] então a gestão na época, quando eu entrei já estava funcionando... a política era nesse sentido. (P3, 2019).

Existia a urgência de se trabalhar inicialmente com meninos. Segundo relato dos profissionais entrevistados, existiam poucas meninas em situação de rua naquele momento. Com o passar do tempo, as meninas passaram a ser público alvo do Programa Conquista Criança, mesmo que representassem, segundo mapeamento realizado pela Prefeitura no ano de 2001, 3% da população de rua (ANDRADE, 2008).

¹⁷ Entre os anos de 1983 e 1989, na gestão do prefeito José Pedral Sampaio, foi construída a Ceasa no centro da cidade de Vitória da Conquista. Com o tempo, o espaço ficou pequeno para a quantidade de feirantes e consumidores, além de causar grande engarrafamento nos momentos de carga e descarga. Por esse motivo, em junho de 2008, a Ceasa foi deslocada para a Avenida Juracy Magalhães e o antigo local continua sendo chamado de Ceasa (OLIVEIRA et al., s/d).

Passado o curto período inicial como as primeiras acomodações não ofereciam condições suficientes para a continuidade do projeto, procedeu-se à instalação de uma Unidade de Acolhimento Noturno, numa casa pertencente à Prefeitura e próxima às suas dependências, na Rua Coronel Gugé. Nessa unidade os jovens que estavam desvinculados de suas famílias e que, por quaisquer razões, dormiam nas ruas eram acolhidos para o pernoite.

Fato é que essas crianças vinham de famílias que viviam, muitas vezes, em abandono pelo Estado, que estavam frequentemente expostas a diversos tipos de violências ainda dentro de suas casas, no seio familiar. Isso nos remete à conclusão de que, na verdade, quando se fala em risco, se rotulam e atenuam situações efetivas de violação de direitos (SÊDA, 2004), o que se constata pelas falas dos entrevistados a seguir:

Então a gente sabia que tinham famílias que viviam em um só cômodo, muito precário, condições de higiene ruins, sem alimentação, onde os filhos eram expostos a situações de uso de drogas dos pais, de sexo, às vezes de abuso. Quando chegavam, a gente sabia que isso... intervir nesse drama todo era delicado, tinha a casa de acolhimento, que era uma casa do programa que tinha a intenção tanto de tirar os meninos que estavam em situação de rua, quanto aqueles que precisavam ser protegidos das suas próprias famílias. (P4, 2019).

Então, eram esses meninos e meninas em situação de vulnerabilidade seja por violência, seja por abandono, seja por situação de rua, seja por algum fator de ordem familiar como alcoolismo, abuso, abuso sexual, a gente tinha violência sexual lá, crianças que foram abusadas ou havia suspeita ou mesmo a comprovação de que era uma situação de abuso, essas também estavam lá, e algumas também por... creio que esse não era o... não me lembro exatamente, mas por estar fora também da escola, por não estar estudando. (P5, 2019).

Nesse sentido, eram atendidos pelo programa crianças e adolescentes efetivamente violentados pelas mais diversas formas. Partindo do conceito de risco social, consoante o que foi adotado na Introdução, a intervenção para retirá-los das ruas visava reduzir as possibilidades desse risco, criando ações preventivas. Para Castel (2005), essa ação preventiva relaciona-se com o risco na medida em que, no contexto das políticas públicas, não se trata apenas de mitigar o risco, mas de criar condições para que ele se reduza de forma significativa ou, até mesmo, deixe de existir. Nesse sentido, conhecer o risco, para Hillesheim e Cruz (2007, p. 195),

significa “neutralizar a ideia de perigo, a partir da antecipação do mesmo e da vigilância sobre as situações que possam causá-lo”.

As condições de vida dessas crianças e adolescentes são bem representadas pela equação “infância + pobreza = vulnerabilidade = risco = perigo” de Hillesheim e Cruz (2007), existente no Programa, já que a política pública busca a redução do perigo. Sabe-se, porém, que não se trata de uma equação exata, pois diversos outros fatores incidem na realidade desses indivíduos, tornando mais difícil o alcance da redução dos perigos.

Segundo Busso (2001), a vulnerabilidade incorpora a probabilidade de sofrer um dano por ocorrências inesperadas, ultrapassando a perspectiva tradicional da pobreza. Além disso, é preciso salientar que as crianças e os adolescentes crescem reproduzindo essas ideias sobre si mesmos, assim como as memórias dos profissionais e educandos entrevistados refletem essa perspectiva negativa, repetindo juízos sobre crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade: pobreza, exposição às diversas formas de violências, seja física, seja a violência da exposição ao trabalho.

Estar localizado inicialmente na Rua Coronel Gugé esclarece a forma como as pessoas viam os adolescentes acolhidos pelo programa, conforme evidencia a fala de um dos educandos:

Existiam casos em que por sermos caracterizados devido ao estilo de vida que levávamos como meninos de rua, é, discriminados por muitos que ali nos viam, é, as pessoas ficavam atemorizadas, [...] moradores ali que eram muito próximos à unidade, tinham receio [...]. (E1, 2019).

As memórias construídas em torno da vida dos educandos atendidos pelo programa e dos adolescentes em situação de vulnerabilidade, na grande maioria das vezes, são negativas. Se se retoma a noção de que as classes com baixo poder aquisitivo são tidas como “classes perigosas”, como analisa Sidney Chalhoub (1996) ao apresentar o desejo das elites e dos governantes de “profilaxia social”, no Rio de Janeiro do final do século XIX e princípio do XX, com a demolição dos cortiços que abrigavam ex-escravizados e parte da população pobre, vê-se que tal pensamento constitui o imaginário social até nos dias atuais. O fato de moradores do entorno da primeira sede do programa se mostrarem receosos com a nova vizinhança, isto é,

indivíduos moradores de ruas, assim como os demais fatores apresentados, é afirmador dessa estigmatização produzida ao longo de anos.

Os questionamentos a respeito de quem eram essas crianças e adolescentes atendidos pelo programa apontam para a circunstância de estarem vivendo em situação de risco e vulnerabilidade. Na segunda seção, apresentou-se a construção do estigma em torno de crianças oriundas de famílias das classes trabalhadoras de baixo poder aquisitivo no Brasil; historicamente as crianças negras também são marginalizadas – essas duas características em conjunto – pobreza e raça – levam à inevitável presunção de que se trata de potenciais criminosas.

Durante todo o século XX foram sendo construídos muitos estigmas em relação a crianças e adolescentes negros e de classes com baixo poder aquisitivo, que foram sendo corroborados pelas ações do Estado. Esses estigmas acabaram sendo incorporados à memória coletiva da sociedade brasileira a partir de diversos grupos que tomavam para si o discurso dos governistas e intelectuais sobre a necessidade de “enquadramento dos menores delinquentes”. Percebe-se, por isso, que as memórias em torno desses jovens estão distantes da ingenuidade e mais próximas da reprodução de preconceitos advindos do segmento que se encontra no poder (POLLAK, 1989).

Nos estudos de Pollak (1989) sobre a construção da memória coletiva, trata-se de um fenômeno construído, organizado a partir de um momento vigente, mas, também, em parte, herdado. Em complemento, o autor teoriza sobre o trabalho de enquadramento da memória, relacionando as memórias oficiais com as memórias “subterrâneas”. Esses enfoques subsidiam a ideia de que os testemunhos de pessoas envolvidas em determinados acontecimentos revelam o seu lugar social e suas relações com o outro. Com clareza, Pollak (1989, p.13) destaca:

Assim como uma "memória enquadrada", uma história de vida colhida por meio da entrevista oral, esse resumo condensado de uma história social individual, é também suscetível de ser apresentada de inúmeras maneiras em função do contexto no qual é relatada. Mas assim como no caso de uma memória coletiva, essas variações de uma história de vida são limitadas. Tanto no nível individual como no nível do grupo, tudo se passa como se coerência e continuidade fossem comumente admitidas como os sinais distintivos de uma memória crível e de um sentido de identidade assegurados.

Esses apontamentos levam a refletir que é possível analisar as falas de grupos sob o espectro da memória coletiva, se se levar em consideração a existência de tensões entre a memória individual e a construção de um passado social, pois, à luz dos estudos de Pollak (1989), pode-se enquadrar a memória individual em memórias consideradas oficiais. Nesse sentido, ainda que se trate de uma lembrança do indivíduo, esta foi construída de acordo com o que os “lugares de memória” relataram, ou seja, a visão negativa em torno da presença dessas crianças e adolescentes em um bairro elitizado, o que reforça a ideia de discriminação, marginalização e exclusão.

Conforme análise de Rizzini e Rizzini (2004) sobre a questão dos “meninos e meninas de rua”, a presença desses indivíduos no cenário urbano se tornou recorrente em praticamente todos os países no século XX, sendo vistos como problema e ganhando visibilidade no final desse mesmo século. Entretanto, o que chama mais a atenção nessa abordagem é a inevitável reprodução da situação de desamparo das famílias, fazendo com que todos os seus membros tenham de buscar quaisquer meios de subsistência, lícitos ou ilícitos¹⁸, inclusive as crianças, recorrendo muitas vezes a atividades ilegais como o tráfico de drogas.

Essa dimensão leva à reflexão sobre o perfil dos educandos. Assim, seguem alguns relatos:

Eram dois perfis, [...] tinha os meninos que estavam na rua, mas estavam trabalhando, numa atividade que para o momento para a idade não deveria existir, né, então tinha a família, tinha o vínculo familiar, ela voltava pra casa com o dinheiro, e tinha os meninos que tinham perdido completamente o vínculo familiar [...]. (P3, 2019).

Nosso público alvo era menino que pegava carreto em feira, que ficava em ponto de ônibus, meninos que ficavam em semáforo, meninos que ficavam em banco de praça para usar droga, entendeu, então esse era nosso público, [...] eram meninos já grandes e homens não tinha meninas nessa época. (P6, 2019).

Algumas crianças, alguns adolescentes muito introspectivos, muito, a gente chamava assim "Os revoltados", né, e alguns mais tímidos né, e um padrão de agressividade que a gente via assim no ar né. Muita briga, empurra-empurra, né, e que foi melhorando aos poucos. (P7, 2019).

¹⁸ A ilicitude, expressão sinônima de antijuridicidade, é aquela relação de contrariedade, de antagonismo, que se estabelece entre a conduta do agente e o ordenamento jurídico. A licitude ou a juridicidade da conduta praticada é encontrada por exclusão, ou seja, somente será lícita a conduta se o agente houver atuado amparado por uma das causas excludentes da ilicitude previstas no art. 23 do Código penal (GRECO, 2009 apud SANTOS; NASCIMENTO, p.4).

O entrevistado P4 acrescenta ainda ao perfil dos educandos:

Crianças que viviam num risco. E o risco era bem relativo. Risco, baseado no Estatuto da Criança e do Adolescente, era aquele que corria risco de ter os seus direitos não atendidos ou vivia em situação, de fato, de violência. A própria ausência de condição de desenvolvimento é uma violência [...] Então o programa, ele se dispunha a considerar o fato de que aquelas crianças eram violentadas mesmo sem ser objetivamente violentadas. (P4, 2019).

Sobre a questão da violência contra crianças e adolescentes na história brasileira, Minayo (2001) discute o que entende por violência estrutural, ou seja, aquela que incide “sobre a condição de vida das crianças e adolescentes, a partir de decisões histórico-econômicas e sociais, tornando vulnerável o seu crescimento e desenvolvimento”. Como exemplo dessa violência, a autora apresenta dados da época sobre a precariedade que envolvia (e envolve) crianças e adolescentes nos anos 2000: situação de pobreza, renda familiar baixa e condição educacional precária. Assim, é preciso debater sobre os diversos tipos de violência perpetrados contra indivíduos pobres e que os levam às situações de risco social. Esse debate esclarece os caminhos pelos quais o imaginário social vai sendo permeado por ações e pensamentos que legitimam certos sujeitos em posição de subalternidade, como é o caso dos educandos do Conquista Criança e de seus familiares.

A problemática do uso de drogas também aparece de forma recorrente na fala dos entrevistados, tanto dos profissionais, quanto dos educandos, como neste relato:

Os meninos tinham uma situação muito difícil muito divergente assim do outro, situação de droga, é preciso lembrar que naquele momento a gente não tinha problema de drogas tão pesadas como tem hoje, e também não tinha problema de armas de fogo a gente tinha no máximo, tinner cola, maconha que era de menos nesse caso e armas brancas de vez em quando [...]. (P1, 2019).

Eu lembro que muitos dos meus colegas eram crianças que ficava na rua pedindo, usando droga, roubando, que tinha problemas na família e que tinha dificuldades na escola. (E2, 2019).

Iniciou-se, então, o trabalho de educação de rua, que objetivava atrair adequadamente os meninos ao programa. Sobre o funcionamento do Conquista Criança em seu início, a entrevistada P2 relata que havia duas instituições, a Casa

de Acolhimento, que realizava acolhimento noturno apenas para o gênero masculino, e a Unidade Central. Quanto às formas como os indivíduos e suas famílias ficavam sabendo da existência programa, elas eram diversas, conforme a fala desses educandos:

As crianças na época que eram atendidas eram de extrema vulnerabilidade social, na época eram crianças que de fato eram resgatadas das ruas e colocadas ali no Programa Conquista Criança que era a Unidade central, havia a unidade central, havia a casa de acolhimento e havia também a unidade da zona oeste. Dessas 3 unidades, fiz parte, passei três partes e ali a gente teve contato com diversos casos, crianças e adolescentes cada um com histórico difícil na família. (E1, 2019).

A vizinha falou com minha mãe desse projeto que pagava uma bolsa de estudo na época que era de 15 reais. Na época 15 reais era um dinheirinho bem legal, tá bom? Você conseguia fazer uma feira com 15 reais, e minha mãe que passou muita dificuldade, passou muita dificuldade mesmo, ficou desempregada na época, e aí minha mãe acabou se interessando nem tanto pelo que o Conquista Criança oferecia, mas sim pela questão do dinheiro também, era tipo assim, vai ajudar dentro de casa, a gente recebia de 15 em 15 se não tiver enganada, era em 97. (E3, 2019).

O ingresso daquelas crianças e adolescentes no programa se dava por diversos motivos, a exemplo da ocupação do tempo ocioso, da busca por melhoria das condições de vida e trabalho e da possibilidade de auxílio financeiro em casa, conferido pela bolsa que lhes era ofertada:

É melhor do que ficar aí nessa carroça arriscando sua vida” e tal. E aí a gente ia mais no, a gente buscava mais os meninos no lixão, buscava mais os meninos em porta de cemitério, que eles lavavam túmulos né, pra ganhar dinheiro, então era através de convencimento aquelas famílias mais carentes, aquelas famílias, eu não digo mais carência financeira mas a carência social, né, a gente buscava mais por aí [...] Eles recebiam R\$ 40,00, e aqueles R\$ 40,00 já a gente já trabalhava em cima desses quarenta, pra sair da rua, pra sair das carroça de reciclagem, né, a gente pedia: “óh, cê vai ganhar lá R\$ 40,00 cara!”. (P2, 2019).

Era uma parceria muito efetiva, apesar de muitas famílias terem a ideia de que o programa era um emprego. Isso é anterior ao bolsa família, qualquer bolsa, então famílias viam o programa como uma obtenção de uma bolsa que ajudava. Em alguns casos ela era o único dinheiro que entrava na família. (P4, 2019).

Esse mesmo eu me lembro, que teve uma época que se dizia assim: "Não, no máximo dois da mesma família.", para poder beneficiar

mais famílias. Mas tinha famílias com mais gente. Às vezes tinham educandos que eram levados por alguém da própria administração, vinha, encontrava, sabia da situação, levava e pressionava pra botar lá dentro. Então assim, pelo que eu lembro, tinham várias formas de entrada. (P1, 2019).

A bolsa de estudos condicionada à adesão das crianças e adolescentes ao Programa Conquista Criança era um incentivo do governo municipal oferecido antes mesmo do surgimento do Programa Bolsa Família do governo federal, este, que fora criado em 2003, através da Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

Os relatos dos entrevistados evidenciam a importância da percepção da referida bolsa de estudos para que o público alvo se mostrasse interessado em aderir e se manter vinculado ao programa. Inclusive, existiam pais e mães que buscavam o programa, após terem notícias do incentivo financeiro, para que, levando seus filhos, também fossem beneficiados. Muitas das crianças e adolescentes que passaram pelo Programa Conquista Criança trabalhavam nas ruas e tinham o compromisso de auxiliar no sustento de suas famílias.

Outra alternativa utilizada para levar as crianças e adolescentes ao programa era a Educação de Rua, técnica difundida na década de 1990, principalmente no estado de São Paulo. No ofício da educação de Rua o educador se dirigia a essas crianças e adolescentes nas ruas, iniciando um processo de imersão no universo deles, por meio de um procedimento diário de conquista, e estimulando-os a se conscientizarem de sua condição no mundo, por meio da intervenção do educador (Andrade, 2008).

Essa metodologia divide-se em três etapas. A primeira, a “paquera pedagógica”, consiste em conhecer o cotidiano dos jovens em situação de rua pela observação de suas ações e do seu ambiente, com o intuito de construir vínculo entre educador e educando, suscitando as primeiras ações educativas, como os jogos e as brincadeiras. A segunda fase é o “namoro pedagógico”, quando se dá a maior sistematização das atividades e da programação em que os projetos pedagógicos são construídos. Nesse momento ocorrem os primeiros contatos entre os educadores e a família. No “aconchego pedagógico”, última etapa, o educando deve estar totalmente integrado ao projeto, buscando a consolidação do seu projeto de vida, quando muitas vezes é encaminhado para empresas que possam contratá-lo (ANDRADE, 2008).

Com essa pedagogia, os jovens eram atraídos às dependências do programa, como se pode observar nas falas dos educandos:

A minha mãe ia à minha busca nas ruas e assim eu voltava pra casa, voltava pra rua... E nesse impasse foi onde eu tive a oportunidade de conhecer um educador de rua chamado Rogério Souza Brito foi ele que me fez o convite de conhecer a casa de acolhimento que era uma extensão do Conquista Criança, [...] e foi a partir desse convite que eu conheci o Conquista Criança. (E1, 2019).

Bom... o Conquista Criança eu conheci porque eu trabalhava na rua, né, eu tomava conta de carro, lavava carro, jogava lixo fora, fazia pequenos serviços, e chegou um tempo que o pessoal ali na Tancredo Neves parou eu e meu irmão, aí conversou que eles “tavam” com esse projeto de criar o Conquista Criança aí que se a gente pudesse falar com outras crianças que... levasse elas, [...]. Fomos os primeiros a ser chamados, conversamos com eles, ficamos apreensivos naquela época também, né, porque naquele tempo o pessoal aproveitava muito das crianças, aí a gente sempre tinha medo. (E2, 2019).

Inserir-se no contexto daquelas crianças e adolescentes constitui uma tarefa difícil, já que eles têm a necessidade imediata de realização de desejos, o que não se pode alcançar com simples promessas de um “futuro bom”. Para Carvalho (1995), baseado em sua experiência com a Educação de rua, o tempo para quem sobrevive nas ruas é contado efetivamente em 24 horas, isto é, não há planejamento para o futuro, a exemplo de reserva de alimento e tantas outras coisas simples, que, naturalmente, se planeja, e que não é necessário para uma realidade imediata. Assim, deve-se ter o cuidado de respeitar a sua dinâmica e, passo a passo, conseguir ingressar no universo deles.

Porque a tendência da gente é pensar assim: "Se está na rua, a gente tem que tirar da rua", mas a ideia não era exatamente assim. Na proposta... era que essa vontade se construísse, por isso que o trabalho da educação de rua era importante. Acho que, de todos, foi o que durou menos tempo funcionando mesmo, não lembro quanto tempo efetivamente a educação de rua atuou, mas foi pouco tempo. Porque também era um trabalho mais difícil de realizar. (P1, 2019).

Além disso, a Educação de rua permite perceber que o trabalho de assistência não deve figurar como “salvação” dos indivíduos, pois a rua tem sua dinâmica própria, assim como os indivíduos que a habitam, ou seja, as práticas educativas a serem realizadas ali ou a partir dali devem visar a emancipação dos

sujeitos, não se constituindo a educação como o único meio possível de transformação social. Conforme o trabalho realizado por Liberalesso (2004, p. 121),

No cerne da educação social de rua deve estar o debate de como construir uma ação educativa coletiva, comprometida com o grupo formado pelas crianças e adolescentes em situação de rua, tendo como pressupostos a dialogicidade, a leitura da realidade, a ação-reflexão-ação e a conscientização.

Não se realiza o trabalho da Educação de rua de modo predeterminado, com imposições, sem negociações, especialmente, no início. Em algum momento do processo, a própria criança ou adolescente deverá desenvolver o interesse de sair da rua, e isso se dá quando ela começa a se sentir sujeito de saber, com fala para se apresentar em suas demandas, vislumbrando outras possibilidades. Trata-se da técnica pautada no princípio da participação, que consubstancia a “pedagogia dos desejos” (CARVALHO, 1995).

Nesse sentido, o educador social de rua necessita dispõe de técnica para lidar com um universo que prescinde de conceitos, como o de espaço, tempo, conteúdos e métodos da educação formal, e tudo isso deve estar conjugado com o interesse dos educandos, como sugere Graciani (2001). Sobre o Conquista Criança e a Educação de rua, relata a entrevistada P6 (2019):

Se tinha uns meninos sentados na rua, eles sentavam na roda. Tinha a tal da pedagogia do encantamento, um trem desse... de sedução... Você chamava o menino para mostrar que o que ele tinha era muito melhor do que aquilo e, através dessa conquista, levava o menino pra fazer o teste, pra ver o que ele gostava. Se ele achasse ruim, ele voltava pra rua de novo, mas a maioria não voltava. Mas teve aqueles que realmente preferiram a rua.

Os “requisitos” apresentados, aliados às diversas agruras do dia a dia, além do surgimento de uma nova ordem nas políticas para a infância iniciada na década de 1990, acabam por minar as possibilidades da Educação de rua, especialmente quando se trata de um contexto onde essas políticas públicas deixam de ser prioridade (CARVALHO, 1995). O trabalho efetuado no Conquista Criança, assim como em diversas localidades no Brasil, obteve êxito naquele momento, mas não se manteve dentro das políticas públicas para a infância e adolescência em Vitória da Conquista.

É preciso dizer que, apesar das experiências exitosas da Educação de rua, como no Projeto Axé, em Salvador, o Programa Conquista Criança não conseguiu utilizá-la por muito tempo, por duas razões específicas. A primeira diz respeito à sociedade civil, que considerava que o trabalho nos espaços públicos tornava o acesso de “pessoas de bem”¹⁹ pouco seguro, isto porque a “Unidade de Educação de Rua”, que iniciou suas atividades em 1999, desenvolvia suas ações nas praças públicas, que eram os mesmos espaços dos cotidianos das crianças e adolescentes. A outra razão estava relacionada a questões políticas, pois a administração municipal desejava que os encaminhamentos dos jovens ocorressem de forma imediata, sem a necessidade da educação de rua. Por esse motivo, a mesma administração optou pela desativação dessa unidade, o que se deu no ano de 2004 (ANDRADE, 2008).

Essas informações acerca da desativação da “Unidade de Educação de Rua” são elucidativas da forma como as memórias vão sendo organizadas no seio social. Para fazer essa análise, é necessário recorrer à discussão sobre o conceito de memória coletiva, proposto por Halbwachs (2003). Segundo esse autor, nenhuma memória individual sobrevive apartada do social, ou seja, as memórias de um indivíduo e as memórias do grupo estão indissociavelmente unidas.

Nesse sentido, quando se fala de memória para o autor, é possível analisar um grande espectro de fenômenos, sendo que todos eles ocorrem no contexto da vida social. Portanto, há que se falar em memória individual, apoiada no indivíduo, e memórias coletivas, que se apoiam nas coletividades e são permeadas por memórias individuais comuns, que também são compartilhadas.

Dito isto, é possível compreender, em parte, a noção de memória coletiva da abordagem halbwachiana, que é composta de memórias individuais que convergem e se solidificam como recordações comuns. Schmidt e Mahfoud (1993) afirmam, baseando-se nos estudos de Halbwachs, que a memória coletiva pode ser entendida como uma forma de história que vive, sobretudo nas tradições. Para os autores, “a memória coletiva tem uma forte tendência a transformar os dados do passado em imagens e ideias sem rupturas”. Assim, estabelece “uma continuidade entre o que é passado e o que é presente, restabelecendo, portanto, a unidade primitiva de tudo

¹⁹ A expressão “pessoas de bem” foi usado por Andrade (2008), que optou por reproduzir de forma literal tudo que encontrou nos arquivos acessados sobre a Unidade Educação de Rua. Assim, a expressão também evidencia um modo de separação entre a sociedade e as crianças e adolescentes em situação de rua.

aquilo que, no processo histórico do grupo, representou quebra ou ruptura” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p.293). Desta forma, “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2003, p.69).

No que diz respeito à circulação dos jovens que eram público-alvo da educação de rua pela cidade e nas razões que levaram à desestruturação desse tipo de atividade no contexto do Conquista Criança, é possível fazer uma relação entre a memória individual e coletiva que orientam toda a relação dos indivíduos com o espaço urbano, pois se entende que este é um registro não só de práticas sociais, mas de memórias coletivas (GUEDES JÚNIOR, 2011).

Impende afirmar, a partir dessa análise, a existência de uma comunicação simbólica que permite identificar as memórias que compõem ou costuram as relações com o espaço, de modo que os enquadramentos em determinados ambientes acionam a memória, seja para garantir funções de orientação espacial, funções de orientação existencial, seja para atender aos interesses de alguns grupos (GUEDES JÚNIOR, 2011).

Isso se reflete no modo como as “pessoas de bem”, conforme nomeadas por Andrade (2008), acreditavam na necessidade de resolver o problema das crianças e adolescentes: criando centros de recuperação isolados da cidade; e como, na visão da administração pública, era vista a presença de pessoas tidas como marginalizadas em espaços públicos destoando com o padrão estético que pretendiam para a cidade, qual seja, a que os moradores de rua deveriam ficar “escondidos”, até que fossem “recuperados”.

Pensar nos espaços da cidade como espaços de memória remete à expressão “lugares de memória”, cunhada pelo historiador francês Pierre Nora (1993, p.21), para quem os lugares de memória “são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos”. Ou seja, além de serem lugares materiais onde a memória social se ancora, pois tem a função de alicerçar memórias coletivas, são também lugares simbólicos onde essa memória coletiva se expressa e se revela. Assim, conforme sugere Guedes Júnior (2011, p.9), a seleção, intencional ou involuntária, entre “o preservar e o demolir, entre o lembrar e o esquecer, faz da memória um objeto ideológico que pode garantir a preservação de símbolos, de necessidades ou aspirações de alguns grupos em relação ao seu espaço”.

4.3 MEMÓRIAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA CONQUISTA CRIANÇA ENTRE OS ANOS DE 1997 E 2007

O processo de estruturação do Programa Conquista Criança ocorreu em meio a grandes transformações no âmbito legislativo relacionadas às políticas públicas para o público infanto-juvenil. Diante das informações recolhidas na subseção anterior, percebem-se alguns aspectos relativos aos anos de 1997 a 2007, recorte temporal da pesquisa, e que se revelam significativos no desenvolvimento do programa. Sobre a questão da atuação profissional, os entrevistados manifestam-se sobre a importância da profissionalização no Conquista Criança, como nestas falas:

Mas, assim, tinha uma preocupação muito grande com a profissionalização. Não era uma proposta de voluntariado, nem de fazer as coisas de qualquer jeito, era uma preocupação, realmente, muito séria em preparar as pessoas que iriam trabalhar naquela ação e que fosse uma preparação profissional mesmo, né? Muitas. Era no mínimo uma por semestre. Para todos os educadores, todo mundo podia participar. Isso foi um investimento, realmente, muito sério. (P1, 2019)

Eu entrei em dezembro de... De 98. Em março de 99 nós já estávamos no curso de capacitação com o pessoal do axé, e esse suporte era constante. Então o Projeto Axé²⁰ é que dava todo, né, esse aparato pra gente, de como trabalhar, como fazer, era o Projeto Axé. A gente tomava muito curso no Projeto Axé. (P2, 2019).

Tanto que os educadores todos eram habilitados a cuidar de conflitos, quando existiam, né... Brigas que surgiam, arruaças... Então esses educadores, eles recebiam capacitação continuada dentro do serviço. Uma dupla maravilhosa de Minas fez uma capacitação, assim, de uns três dias com a gente, então me lembro dessa sim, a gente trouxe também um professor do Axé, o nome dele é Calbí, agora o sobrenome eu não me lembro. (P7, 2019).

Tinha também uma inspiração muito grande com o Projeto Axé de Salvador. Tinha o contato, também, e com a... era Modus... era uma instituição de Minas que fazia essa capacitação. (P5, 2019).

O Projeto Axé veio a nos capacitar novamente, recapacitar. A gente tinha ele como modelo, referência, então se buscava muita coisa. Além dele, a Modus Faciendi, que era uma empresa de Minas, se não me engano. (P4, 2019).

²⁰ O Projeto Axé foi fundado em 1990 por Cesare de Florio La Rocca, na cidade de Salvador-BA. Trata-se de uma organização não governamental direcionada à inclusão social de crianças e adolescentes a partir da criação de condições materiais, culturais e educacionais (ALMEIDA; CARVALHO, 1995).

Essas narrativas comprovam o que foi dito em seção anterior, de que havia investimento intelectual para a efetivação do programa. Os educadores, em sua grande maioria, relembram a existência de capacitação com multiplicadores de outros projetos, como do Projeto Axé, com sede em Salvador, os multiplicadores de Minas Gerais e da Prefeitura de Santos, na figura do ex-prefeito Davi Capistrano. Além desses, a própria autora do projeto ainda recorda uma capacitação oferecida pelo Comdica, Conselho do qual ela era presidente, com elevada carga horária para que a formação dos profissionais do programa fosse suficiente para atender a todas as necessidades do público-alvo.

Esses relatos demonstram o empenho do grupo idealizador do programa para fazê-lo exitoso do ponto de vista de políticas públicas voltadas ao público infanto-juvenil. A autora do projeto, em todas as suas falas, mesmo depois de alguns anos dos acontecimentos que deram origem ao Conquista Criança, considera que a experiência foi bem-sucedida, ainda que alguns infortúnios marquem essa história, como o que os profissionais chamam de “perdas”:

A gente teve muitas perdas, né, desses meninos. Nós tivemos muitas perdas... Essa era uma coisa que me angustiava muito, porque eu falava: “Gente com tudo que a gente faz a gente ainda não consegue ganhar muitos”. Então, assim, eu trabalhei com vinte e quatro meninos e, seguramente, pelo menos onze deles foram mortos, né, porque eram meninos que moravam na periferia de alta periculosidade. Então, assim, muitos ou entre eles ou a polícia, entendeu? Então, assim, é uma situação que mesmo com tudo que a gente fazia, ainda faltava muito, entendeu? (P8, 2019).

A gente, infelizmente, não conseguiu salvar todos. Muitos se perderam, muitos morreram assassinados, muitos, muitos mesmo não conseguiram fazer nem os 18 [anos]. (P6, 2019).

Crianças em situação de risco, que olhavam carros, lavavam, prestavam serviço às lojas, que tavam arriscadas a tudo, né, à violência, a entrar no mundo das drogas, no mundo do crime, tanto que teve muitos da nossa época que não soube aproveitar bem e acabou indo para o mundo do crime. Muitos tá preso, outros perderam sua vida. (E4, 2019).

Ainda que não se possa assegurar os motivos pelos quais alguns dos meninos escolheram caminhos diversos, não atendendo ao que se “esperava” quando em contato com o que o programa oferecia, pode-se analisar a questão da violência policial para com crianças e adolescentes negros e pobres, conhecida por

violência institucional: “cometida por agente legal público (polícia ou outro servidor público no exercício de sua função)”. Nesses casos:

[...] pode ocorrer com abuso de autoridade, discriminação, uso de armas de fogo, explosivos, gás, objetos contundentes, empurrão, golpe, murro, podendo resultar em ferimento, agressão física e verbal, constrangimento e até a morte (Unicef, 2019).

Ao recordar os passos da atuação dos educadores, lembra-se que um fator importante para a efetivação do Conquista Criança foi o empenho do então prefeito do município Guilherme Menezes. É preciso lembrar que os dois prefeitos que antecederam Menezes foram Murilo Mármore (1989-1992) e José Pedral Sampaio (1993-1997), pertencentes à mesma ordem política denominada “pedralismo”. Os mandatos desses prefeitos impuseram uma série de entraves para a efetivação de órgãos ligados à assistência de crianças e adolescentes, o que permaneceu até a instauração do chamado “governo democrático-popular” (1997-2001), cujo slogan era “Governo Participativo” (SANTOS, 2007, p.200).

Com o intuito de tentar recuperar as faltas, nessa seara, havidas durante o período do “pedralismo”, cita-se Santos (2007, p.202):

[...] o governo de Guilherme Menezes (PT) estabeleceu o Orçamento Participativo no município e criou as condições para implantar e reestruturar os Conselhos Gestores: de Saúde, de Educação, de Assistência Social e dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, entre outros.

Como ressaltado em seção anterior, esse governo teve atuação fundamental para concretização das ações idealizadas para o programa, como se verifica neste relato: “É como se o Conquista Criança fosse Guilherme Menezes, [...] porque quem decidia tudo era Guilherme” (P4, 2019) e neste em que a entrevistada salienta o desejo de Menezes de realizar ações inovadoras no âmbito das políticas públicas:

E Guilherme tinha uma vontade também muito grande de uma coisa diferente, de uma coisa bacana, de uma ideia politicamente avançada. [...] Então, ele, às vezes, chamava a gente no gabinete e [...] a gente dizia “estamos precisando disso, estamos precisando daquilo”. Ele nunca disse que o máximo do que a gente tava pensando era muito, ele sempre dizia, não, ok, tá, bacana, “quer colocar música?”, [...] então ele embarcava nessa ideia, ainda num

momento em que a gente não tinha dinheiro para fazer nada. (P1, 2019).

As memórias sobre Guilherme Menezes, ainda que os entrevistados, em sua maioria, não tenham revelado sua orientação política, coincidiam sobre o empenho desse gestor municipal para o sucesso do Conquista Criança e a preocupação com as questões de cunho social. Conforme afirma Santos (2007), esse governo tentou romper com as práticas “carlistas”²¹ da gestão anterior, tentando construir um perfil de governo que visava à administração democrático-popular²², oferecendo prioridade às políticas públicas e, em especial, à proteção de crianças e adolescentes em risco pessoal e social. Alguns dos relatos são muito claros sobre a construção da imagem de Guilherme Menezes como o “Prefeito Criança”²³. Em outros momentos, os educadores atribuem o crédito a Menezes da existência do programa, tamanha era sua participação:

Mas os meninos muito deslumbrados, né, ver o mar uma vez por mês... Porque era cada mês ia um grupo de 15 até chegou ao ponto que 400 meninos foram conhecer o mar. Só pra ver o mar. Batia canela igual turista! Dr. Guilherme, para mim, era um exemplo de ser humano. [...] Ele sabia os nomes dos meninos. Ele queria que os meninos vissem o mar nem que fosse só uma vez na vida. (P6, 2019).

A gestão Guilherme Menezes tinha uma preocupação grande com o social. Era uma preocupação em realmente dar conta daquelas questões ali, de ver, que ele andava pela rua, segundo comentários, ele andava pela rua e via essas crianças. (P3, 2019).

Sobre essas narrativas quanto à presença do prefeito no contexto de criação, efetivação e funcionamento do Conquista Criança, pode-se novamente recorrer às noções de memória coletiva e memória individual. Conforme os estudiosos da memória, Halbwachs (2003), sob a influência de Émile Durkheim, foi o primeiro a

²¹ Referência às políticas do governo do estado da Bahia, enquanto liderado por Antônio Carlos Magalhães.

²² A expressão democrático-popular, cujas primeiras referências apontam para o V Encontro Nacional do PT – ENPT, de dezembro de 1987, faz referência a um projeto do Partido dos Trabalhadores que se orientava pela necessidade de contestação do conservadorismo político a partir de alianças pontuais e estratégias com movimentos populares e sindicais e outros setores que também não se aliavam ao projeto conservador (SANTOS, 2007).

²³ “O Programa Prefeito Amigo da Criança (PPAC), da Fundação Abrinq, foi desenhado com o objetivo de estimular o poder local a desenvolver iniciativas voltadas ao fortalecimento do sistema de garantia de direitos às crianças e aos adolescentes” (ABRINQ, 2004, p.6). Os prefeitos que conseguem cumprir a agenda do Programa são avaliados e premiados com o selo Prefeito Amigo da Criança.

pensar uma dimensão de memória que ultrapassasse o individual, característica dominante das pesquisas anteriores, como as de “Marcel Proust, William James e Sigmund Freud, contemporâneos de Halbwachs, estavam todos à sua maneira voltados para o estudo da memória como forma de conhecimento da realidade, amplamente fundada em características subjetivas” (SANTOS, 2003, p.35).

Como analisado em momento anterior, para Halbwachs (2003), “a identidade coletiva precede a memória, determinando aquela o conteúdo desta” e ainda que seja o indivíduo que se recorde, ele só o faz como membro de um grupo (PERALTA, 2007, p.6). Essa abordagem, de acordo com Peralta (2007), negligencia a natureza de dialogicidade, negociação, conflitos e intertextualidade que a memória também possui. Portanto, o contexto de criação do programa, que é paralelo à consolidação do governo do Partido dos Trabalhadores, à massificação do slogan “Governo Participativo” leva, principalmente os educadores, a fazerem referência positiva ao prefeito sem sinalizar pontos negativos ou críticas. Tal comportamento se insere, portanto, no imbricamento entre memória individual e memória coletiva, ao mesmo tempo em que considera a existência de tensões que remetem à construção social do passado político de Vitória da Conquista.

Além disso, fundados na crítica de Santos (2007, p.239) sobre a prática do moderno coronelismo baiano, concorda-se com a seguinte afirmação:

[...] a relação estabelecida entre a Presidência e as unidades locais, reintroduziu, de certo modo, uma espécie de compromisso firmado, sem a mediação da figura folclórica do coronel, que se constitui por meio de repasses de recursos destinados para empreender projetos e programas focalizados [...].

A própria figura de Menezes, sendo citada, tanto por educadores, quanto por educandos, ratifica a ideia explorada por Santos (2007), embora se perceba a tentativa de personificação de programas de assistência social, mesmo que estes sejam uma obrigação do Estado. Nesse sentido, a figura do prefeito acaba por reforçar a ideia de que seu grupo político é o responsável pelo êxito do programa, sendo possível, portanto, a manipulação do conteúdo da memória social a seu favor e a favor de seu grupo. É, então consequente questionar se papel do político diante da execução de uma política pública, mesmo que de sua autoria, enseja essa amplitude de intervenções. Conforme Peralta (2007, p.8), esta perspectiva analisa

“quem controla ou impõe o conteúdo da memória social e de que forma esta memória socialmente imposta serve os propósitos atuais dos poderes instituídos”.

Discorrendo sobre a organização do programa, de modo específico sobre as atividades oferecidas, alguns relatos expressam a construção da memória em torno da vontade de realizar que estava presente na atuação de todos os envolvidos.

Ao identificar os indivíduos que tinham possibilidade de participar, realizava-se uma visita à casa da família para verificar a situação socioeconômica, porém sem critérios estabelecidos sobre quem seriam os participantes, se poderiam ou não entrar vários membros da mesma. Estava definido, porém, que quem estudava no período matutino frequentaria o programa no turno vespertino, e vice-versa, recebendo café da manhã ou almoço, de acordo com o horário. Sobre a faixa etária atendida, uma educadora lembrou:

Eu acho que foi um ano e meio depois, tipo 98, 99, também com esse perfil de adolescente, maiorzinho. Depois aí eu não sei data... Começaram a entrar os menores, depois começou a ficar os maiores no turno da tarde, e os menores, de manhã. Depois o turno da tarde começou a direcionar os meninos que gostariam de fazer costura, outros que gostariam de serigrafia, outros que foram para informática. Começou a direcionar os maiores para as aulas profissionalizantes. (P6, 2019).

No que se refere às atividades ofertadas, é preciso dizer que havia uma diversidade significativa delas; entretanto o acolhimento é que produz a memória mais importante, ao analisar certas falas. Tanto educadores, quanto educandos lembram que receber as crianças e os adolescentes à noite para dormir era como uma espécie de rotina familiar, quando eles tomavam banho, recebiam o jantar, se reuniam em torno de uma grande mesa para socialização, escovavam os dentes e tinham uma cama para dormir.

Essas narrativas revelam que atuar no Conquista Criança, assim como fazer parte do programa como educando, favoreceu a criação de laços afetivos, justamente pela convivência diária e pelo conhecimento da difícil realidade dos educandos. Por parte dos educadores, revela a necessidade de oferecer possibilidades àqueles jovens, o que suas famílias não podiam oferecer, e, por parte dos acolhidos, desperta um sentimento de pertencimento e a percepção de si e de que existiam pessoas ocupadas com seu bem-estar.

Tinha uma integração, mas eu trabalhava com a criança, com o jovem, com adolescente e jovem, e com a família dele. E aí não só da formação né, do... acompanhamento social, essa coisa toda do reforço escolar, do, do, das atividades lúdicas, a dança, a música, a percussão, o teatro, o esporte, o lazer, né, a horta, mas tinha também essa preocupação com a profissionalização, com... com a profissionalização dele, com o resultado do trabalho dele no Núcleo de Produção e com a família dele, com a questão da moradia, enfim. Era uma ação bem, assim ... É apaixonante. (P8, 2019).

Atividades, como canto coral, capoeira, karatê, futsal e muitas outras, né, teatro e também algumas viagens que se faziam, essa oportunidade de conhecer lugares diferentes, de ser protagonista, fazendo o exercício dessas atividades apresentando para outras pessoas na sociedade, seja ela aqui em Conquista e também fora, foram proporcionando pra gente uma certa novidade de vida, uma certa expectativa também para o futuro. (E1, 2019).

Sobre essa abordagem, o olhar de Pollak (1989) é necessário quando analisa que a memória não se resume à vida de uma pessoa, mas é, também, uma construção coletiva, um fenômeno construído, organizado a partir do presente, mas também herdado. E conclui dizendo que, quando se trata da memória herdada, pode-se dizer que há uma relação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade, entendida por ele como a imagem que se constrói e se apresenta a si próprio e aos outros, a maneira como se quer ser percebido.

Por esse motivo, as viagens, o conhecimento de outras cidades e, até, de outros estados significavam muito para os educandos, pois, inseridos na realidade de outrora, seria pouco provável que viajassem a lazer, por exemplo, pela baixa renda das famílias, cujos recursos eram direcionados para questões mais urgentes, como a alimentação. Trata-se de uma possibilidade de inserção em determinado grupo, de desenvolvimento de sentimento de identidade, que é proposto, tanto pela memória coletiva, quanto pela memória herdada. Assim, dois dos educandos recordam:

Viajei bastante com o Conquista Criança. Pelo Conquista Criança, conheci vários lugares, pude conhecer, fui pra Brasília, Salvador, cidadezinhas perto, no caso quando eu fui pra lá eu fui representando o coral, né, o coral viajava muito. Na época, o prefeito ainda ganhou um prêmio "Prefeito Criança". Fiz outros cursos também, como de administração, computação. É ... muita coisa. Foi muito boa minha vivência lá, fora isso, as amizades também, colegas que conheci, pude ter a convivência social, porque o convívio social eu não tinha antes de entrar. (E3, 2019).

O Conquista Criança acabou sendo referência, ganhou muitos prêmios, muitas premiações, foi reconhecido a nível internacional, inclusive eu estive em Berlim representando o próprio Conquista Criança em programas sociais por lá [...] e ali eu tive oportunidade de contar um pouco da minha história para pessoas que trabalhavam na época com programas sociais. (E1, 2019).

Emerge também dessa necessidade de identificação a existência da Casa de Acolhimento e a transição das atividades desta unidade para a Unidade Central. Como foi dito, desde sempre os educadores agiam no sentido de criar uma rotina similar à rotina familiar para os jovens que, muitas vezes, não tinham mais essa referência. Desse modo, além da questão do banho e das refeições, as atividades pedagógicas eram fundamentais. “Tinha café da manhã, almoço, café da tarde, que, no caso, era um lanche, e, à noite, quando a gente vinha embora, mais ou menos umas 17.30, a gente tinha uma janta, que era uma sopa, entendeu?” (E3, 2019).

Depois de algum tempo de trabalho na Casa de Acolhimento, os jovens eram encaminhados para a Unidade Central, onde passavam o dia realizando atividades e depois retornavam ao acolhimento para dormir. Tudo isso com o auxílio de transporte. No acolhimento, havia a presença de assistente social, pedagogo e psicólogo, para o acompanhamento dos educandos.

Saindo da casa de acolhimento, onde eles passavam a noite, eles tinham espaço para o banho, assim, num período frio ter um pijama limpinho, toalha para tomar o banho, sabonete... Tudo que o ambiente familiar proporciona para ele não querer voltar para a rua e a gente dizer “ó, tem a unidade da zona este, lá tem as atividades...Que que vc gosta? Gosto de jogar bola, xadrez”. Tinha atividades bem lúdicas, até chegar ao nível de ele ir para a unidade central, e ali muitos despertavam o desejo de ir pra escola, já se matriculavam, já passavam o dia, os que a gente conseguiu conquistar, [...] aí estudava durante o dia num período, no outro, ficava, ou na zona oeste inicialmente até depois ir para a unidade central, ou na unidade central e, à noite, voltavam para a casa de acolhimento noturno. (P3, 2019).

Havia também uma espécie de separação entre os jovens, pois alguns apresentavam um comportamento mais rebelde que outros, por isso o tratamento com eles era diferenciado. Ocorria, nesses casos, um trabalho ainda mais criterioso de inserção desses adolescentes nas atividades oferecidas. Apesar disso, o profissional, no relato a seguir, revela uma espécie de discriminação direcionada aos que eram vistos como “mais difíceis”, pois, mesmo para os adolescentes que eram

público-alvo do programa, deveria existir um padrão de comportamento e de aceitação das regras. Assim, eles eram organizados em grupos para que uns não atrapalhassem o andamento dos outros:

Porque, muitas vezes, estavam mesmo numa condição que, digamos assim, dificultaria a integração lá. Aos poucos iam, quando a gente ia percebendo que já tinham superado algumas dificuldades, que já estavam trabalhando bem com alguns limites e tal. E muitos foram, outros, eu acho, que nunca chegaram a se incorporar mesmo à Unidade Central, mas essas situações também eram delicadas, eram difíceis, né? Porque era como se dentro também do próprio programa acabasse acontecendo algum nível de separação, de... discriminação. Acho que seria muito forte para falar o que era, mas era uma diferença que se fazia. (P1, 2019).

É evidente o sucesso que o programa experimentou principalmente nos primeiros anos de funcionamento, testemunhado nas falas dos entrevistados com afirmações como “era impressionante a transformação daqueles meninos”. Junte-se a isso a preocupação constante em avaliar o impacto do programa e seu papel nas políticas públicas de assistência às crianças e adolescentes:

A gente, o tempo todo, estava discutindo para conseguir mensurar o impacto do programa, o quanto era assistencialista e não ser confundido com quem só adentra na vida daquelas famílias para promover aquilo que estava previsto no estatuto. No fundo, o programa, eu acho que ele tinha uma coluna vertebral principal que era fazer com que eles vivessem dentro de uma estrutura organizada, onde os jovens e as famílias eram respeitados, considerados e para que quebrasse um processo de evolução muito cruel, onde eles caminhavam para a marginalidade, que eles já estavam expostos, onde a gente via acontecer o processo de reflexão deles. Então assim: "Eu tenho opção". Isso valia muito. (P4, 2019).

Apesar dos pontos positivos, muitas dificuldades existiam, tanto por questões individuais, quanto por questões técnicas do próprio funcionamento. A autora do projeto, por exemplo, destacou:

Eu tinha muito receio sobre o que era mexer na vida de cada um e o grau de responsabilidade que a gente poderia ter, o quanto a gente podia responder por aquilo que estava oferecendo, porque crianças que não tinham nada, tinham extrema negligência social, pessoal, familiar, você propunha coisas radicalmente novas, e até quando aquilo seria oferecido? Até quando a política pública proposta, escrita, implementada seria capaz de responder a cada menino

daqueles ou se a uma determinada altura, será que ia puxar o tapete deles? Mas assim, por outro lado era uma alegria imensa, esfuziante que eu sentia com cada coisa que a gente conseguia implementar. (P1, 2019).

Vê-se que a dificuldade se encontra justamente em fazer acontecer o esteio do programa, por questões que envolvem a subjetividade. Nesse sentido, o olhar dos próprios profissionais para o público atendido pelo programa precisava ser modificado, e isso representava a primeira barreira a ser enfrentada para uma das educadoras. Há ainda o relato de educadores que se incomodavam com os privilégios dados aos educandos, por serem supostamente superiores aos que os próprios filhos recebiam. Demais disso, existiam as dificuldades relacionadas aos postos de trabalho e à remuneração dos profissionais.

Tinha os funcionários de carreira, os concursados, e tinha os funcionários contratados, e todo ano tinha aquela coisa, que o contrato todo ano termina, né? Todo ano tinha aquela angústia terrível dos educadores que não sabiam se iam ser recontratados, foi uma confusão. Isso pra mim era um problemão, né? Até que um dia houve um concurso interno e todo mundo foi contratado como funcionário do programa mesmo. (P7, 2019).

Eu não me sentia bem remunerada porque o município sempre pagou muito mal! (risos). (P3, 2019).

Então era assim, essa... nos colocou à frente, mesmo sem ter assim um cargo... a gente ganhava muito pouco, eu ganhava muito pouco, mas assumimos esse papel assim de propositoras, de responsabilidade. (P1, 2019).

O profissional não era valorizado na remuneração. Eu ganhava um salário mínimo nessa época... juro por Deus... [...] obstáculo era a remuneração, que era terrível, tanto que eu saí por isso, não foi pelos meninos. (P6, 2019)

Do ponto de vista da concepção do Conquista Criança como política pública, é preciso analisar que se tratava de uma iniciativa municipal que convivia com outros projetos que estavam interligados pela rede de assistência:

Trabalho do Programa Conquista Criança e também do de outras instituições que eram vinculadas à rede. Porque aí o trabalho da rede era maior que do Programa Conquista Criança. A rede articulava e criava as condições pra formação de informática, que, naquele tempo, nas instituições, não tinha a sala de informática, então a sala de informática para as instituições ficava na rede. Aí tinha toda

aquela parte de assessoria, de, de, de fazer projeto pra captação de recursos, era pela rede, é... Tinha todo aquele trabalho de, de, é, de acompanhamento, de execução de projetos, também era pela rede, e o Conquista Criança estava inserido porque ele era uma ação da política da criança e do adolescente na rede, só que ele era governamental, e os outros, a maioria, não governamentais. (P8, 2019).

Ao longo dos anos e das mudanças políticas ocorridas no município, o programa foi assumindo novas características, enquanto outras iam se esvaindo. Modificações foram realizadas paulatinamente, como as mudanças na condução do executivo municipal: em 2002, o prefeito Guilherme Menezes, que fora reeleito em 2000, renunciou para se candidatar ao Congresso Nacional; com isso, José Raimundo Fontes, o vice-prefeito, assumiu o mandato e, posteriormente, em outubro de 2004, foi eleito prefeito do município.

Sobre as características atuais do programa, os profissionais que atuavam desde o início consideram que o Conquista Criança perdeu o caráter de acolhimento aos jovens que moravam nas ruas. Não se pode afirmar que algumas práticas não poderiam ou deveriam ser revisitadas e modificadas, pois, no afã de realizar algumas atividades, as decisões tomadas muitas vezes não eram as mais acertadas. A fala deste profissional revela algumas reflexões sobre as fases do programa:

Eu acho que era uma política correta, ousada, que depois foi se perdendo, perdendo a força, em parte por fatores... acho que tinha o efeito do próprio Partido dos Trabalhadores chegar ao... e promover projetos a nível nacional, isso também fez impacto sobre o programa, onde ele já não era... e fez abrir questionamento. Além da responsabilidade fiscal, apertou muito, esgoelou... que ela é, não me lembro de que ano ela é, se de 99... ou seja, foi logo depois... ou até de 97... então havia um fôlego que, depois, foi se perdendo, e não só o fôlego, mas até a metodologia precisava ser questionada. Então não era só a acusação de que era um programa assistencialista, mas tinha que ser visto enquanto método. (P4, 2019).

Muitos profissionais afirmaram que os governos subsequentes, mesmo sendo orientados pela legenda do Partido dos Trabalhadores, não tinham interesse em investir tão profundamente no Programa Conquista Criança. Assim, enquanto Guilherme Menezes via o projeto também como uma realização pessoal, investindo fortemente nele, outros políticos não tinham tal envolvimento e lançaram olhares para outras questões. Além disso, a própria mudança na coordenação foi

modificando a forma como eram realizadas as atividades e quais os jovens a serem beneficiados. Nesse sentido, enquanto funcionou, sobretudo orientado pelo projeto inicial, o programa impactou a vida de todos os envolvidos, conforme se verá na análise das memórias de profissionais e educandos na próxima subseção.

4.4 AS MEMÓRIAS DOS ENTREVISTADOS SOBRE O IMPACTO DO CONQUISTA CRIANÇA NAS REALIDADES COLETIVAS E INDIVIDUAIS

É pertinente analisar a visão dos entrevistados tempos depois de terem encerrado suas relações com o Programa Conquista Criança, isto porque, tanto para os profissionais, quanto para os educandos, a participação em projeto tão significativo, no que diz respeito à assistência social no município de Vitória da Conquista, realizou profundas alterações em suas vidas. Apesar de acreditar na noção de que as memórias coletivas são fruto também de manipulações político-ideológicas, deve-se considerar a experiência social como dimensão relevante do estudo da memória. De acordo com Peralta (2007, p.18)

Enquanto construção social, a memória deve, desta forma, situar-se num espaço que medeia a manipulação ideológica e a experiência social que os membros de uma comunidade específica têm de determinados eventos, sugerindo uma abordagem dinâmica e processual da memória coletiva.

Sobre os profissionais do programa, quais sejam psicólogo, assistente social, educador musical, médico, pode-se dizer que suas ações incidiram sobre a condição de vida de certos indivíduos, reproduzindo processos ideológicos que reforçam ou não certas conjunturas de exploração. Essa perspectiva permite abordar o âmbito social da memória, mas, também, sua dimensão individual, porquanto “as memórias são o produto da mente individual em relação com o mundo exterior” (PERALTA, 2007, p.18). Além disso, atuar com crianças e adolescentes que vivenciam situação de risco e vulnerabilidade social pode acarretar transformações pessoais na vida dos profissionais, tendo em vista que, em muitos casos, a atuação exige tomadas de decisões e mudanças de comportamentos, como se observa neste no relato:

Não foi só, é... profissional. Foi também pessoal, porque, na época que eu cheguei pra aqui, eu tinha separado do marido, eu tinha

quatro filhos [...] E esses meninos do Conquista Criança foram meus psicólogos, né. [...] É... Pra meus filhos também. Os meninos do Conquista Criança foram exemplo. Então, pra mim, o Conquista Criança não foi só profissionalmente falando, né, que é a paixão que eu tenho hoje por, por esse público, né, não foi só isso, foi também pra minha vida e pra minha família. Foi muito bom! Me ajudou, me ajudou. No profissional foi... Incomodou porque aí eu resolvi fazer o curso, o de Bacharelado em Serviço Social, exatamente por me despertar essa outra, esse outro lado. (P2, 2019).

Diante dessa narrativa, pode-se concluir que a memória social se faz na integração de passados diversos em um passado comum aos membros de uma coletividade, como o da presença no Conquista Criança, tanto para educadores, quanto para educandos. A fala dessa educadora revela que o envolvimento com os “meninos” do programa modificou sua visão de sociedade e despertou o desejo de realizar mudanças, recorrendo, para tanto, ao ensino superior, o bacharelado em Serviço Social, para que pudesse empreender modificações a partir do “incômodo” vivido. Na discussão de Trindade (2001), pode-se perceber que, na possibilidade de agir para mudança de certas realidades, só é possível se recorrer a instrumentos e técnicas oferecidos por profissões, como Serviço Social, por exemplo, que transitam “entre as práticas humanas que se voltam para a transformação de outras atitudes humanas, aquelas que incidem sobre as consciências”. Assim,

Para a consecução de seu trabalho, os assistentes sociais acionam um instrumental técnico-operativo, que contribui para a viabilização da inserção da profissão em diversas formas de enfrentamento das manifestações da questão social. Dessa forma, os instrumentos e técnicas, ao mediar e potencializarem a intervenção profissional, participam da realização dos efeitos concretos produzidos pelo trabalho profissional nas relações sociais. (TRINDADE, 2001, p. 6).

Com isso, fica patente que, para trabalhar com pessoas que vivenciam situação de risco e vulnerabilidade social, é necessário o conhecimento de técnicas específicas para que o trabalho seja desenvolvido de forma eficiente. Para além da questão técnica da profissão, muitas falas evidenciam mudanças pessoais, de pensamentos conservadores a respeito de determinados grupos sociais, como as crianças e adolescentes atendidos pelo programa.

Ah, eu acho assim ... eu acho que eu me conheci mais, naquelas arezinhas que a gente não gosta muito de ver na gente, né? É ... a sombra... como os junguianos falam né? (risos) [...] Eu acho que eu

percebi mais os meus limites, as minhas dificuldades. Por outro lado, eu acho que, com a convivência, algumas dessas dificuldades puderam ser superadas. Eu pude, em vários momentos, dizer assim: "Poxa, que bom, agora eu não penso mais assim". (P1, 2019).

Outro entrevistado revela essa profunda mudança pessoal ao lidar com realidades de opressão tão de perto:

Então, assim, participar disso foi muito rico. Não se saía ileso de lá. Era algo como... não dava para fazer de conta. Ah, sim, do ponto de vista profissional, eu acho que eu deixei de acreditar em coisas que antes eu acreditava e embrutecei um pouco. Desconfio de muitas coisas hoje como proposta, acho que o Brasil está longe de ser ... e talvez a humanidade, longe de ser disponível para realmente olhar para essa questão. (P4, 2019).

Esta fala evidencia ainda descrédito em relação às práticas para a efetivação de políticas públicas. Se, por um lado, atuar no programa ofereceu a alguns profissionais uma mudança de visão de forma positiva, por outro lado, estar em contato com vidas marcadas pela desigualdade e, em muitos casos, não conseguir “modificá-las” causou descrença e impossibilidade de ver mudanças até na humanidade. Essa constatação coaduna com a análise de Santos (2007) de que são necessárias ações que atendam às carências básicas, embora essas ações dificilmente consigam promover mudanças realmente significativas que não estejam apenas na ordem do emergencial. “Tais ações são incapazes de implementar a distribuição de renda e extinguir a pobreza e a miséria [...]” (SANTOS, 2007, p.224).

Acerca do reconhecimento do caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva que desconsidera a noção de conflitos, como debatido anteriormente, Pollak propõe que, em vez de lidar com os fatos sociais como coisas, seria profícuo analisar “como os fatos sociais tornam-se coisas, como e por quem são solidificados e dotados de duração e estabilidade” (POLLAK, 1989, p.3). Este autor adotou, para tanto, a ideia de memória enquadrada, em contraponto à de memória coletiva.

Para Pollak (1989, p.9), a memória, “essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”, se unifica:

[...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas, também, as oposições irreduzíveis.

Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum representam as duas funções essenciais da memória comum, o que significa fornecer um quadro de referências. É, portanto, absolutamente adequado falar em memória enquadrada, uma nomenclatura mais específica do que memória coletiva. Assim, admite-se o jogo de forças pautado pelo momento presente e sustentado pela verossimilhança e pela coerência dos sucessivos discursos. Desse modo, é absolutamente necessária a manutenção de determinado *status quo*, onde as situações de opressão passam a ser, aparentemente, preocupação dos grupos dominantes a partir da criação de ações imediatistas que fazem muito pouco, do ponto de vista de modificação real e total de certas realidades.

Em entrevista, a autora do projeto fala sobre a influência das experiências vividas no programa sobre sua vida pessoal. No curso de pós-graduação, por exemplo, apesar de não dever exatamente à sua atuação no Conquista Criança, ela teve a curiosidade de saber o quanto o programa mexeu com a vida dos meninos.

Eu ainda fiz o mestrado considerando a experiência com 21 meninos. Então foi uma experiência fotográfica com esses meninos e foi o meu mestrado. Um momento diferenciado de que eu tinha essa curiosidade de como a gente mexeu na vida desses meninos. (P1, 2019).

Nesse contexto, outros profissionais recordaram:

Ali só quem ganhou fui eu, porque eu aprendi a trabalhar com as humanidades daquelas pessoas. Eu aprendi a ver a dor dos pais com o que acontecia com alguns filhos, porque no consultório médico, inicialmente, pra lá iam as dores, né. Eu saí de lá enriquecida, muito enriquecida, humanamente. É fantástico. (P7, 2019).

Então foi de uma riqueza, tanto profissional, quanto pessoal, imensa. E foi assim, onde realmente eu pude de fato fazer essas... essa... conseguir mesmo ter uma compreensão maior do que é realmente, como é o trabalho desse público, como vivem essas pessoas, do que tá ligado, intrínseco ligado à condição de vida dessas pessoas e ao

mesmo tempo ter uma visão bem maior e mais esclarecedora do ponto de vista político mesmo, como funciona o sistema. Essa política, assim, foi engrandecedora nesse sentido. (P3, 2019).

A mudança também ocorreu na vida dos educandos, pois, ainda que não tenham, em sua maioria, seguido os caminhos “esperados” pela construção social vigente (cursar o ensino superior, entrar no mercado de trabalho), estar em contato com diversas atividades que proporcionavam aprendizado e lazer impactou sobremaneira a forma como cada indivíduo passou a se ver socialmente. Uma educanda revelou: “O Conquista Criança foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida. Tudo que conquistei na minha vida, tanto de trabalho, de estudo e profissional foi por fazer parte do programa” (E2, 2019).

Analisar essas falas que remetem a mudanças, em razão de ter participado do programa, nos leva a refletir sobre aspectos importantes da inserção social dos indivíduos. Grande parte dos relatos revela que a mudança de vida ocorre por meios muito específicos, como formar família, ter esposa e filhos, ter uma profissão consolidada, como a de professor. “Graças a Deus, teve muitos aí que se consertou, tem alguns exemplos aí, como Simião, que hoje é um professor, trabalha no Conquista Criança há muito tempo” (E4, 2019).

Graças a Deus, minha vida tá bem. Tem as dificuldades na vida, como todo mundo, mas tem um lar onde dormir. Tem o meu emprego, tenho minha esposa, minhas filhas. Então tá ótimo, o Conquista Criança abriu novos horizontes, novas estradas, e eu segui esse caminho! [...] posso dar uma educação digna pra minhas filhas, posso ensinar a elas a não andar o caminho que eu andei. Com toda a dificuldade, não penso mais pegar, aproveitar nada de ninguém, o que tenho é do meu suor, não preciso aproveitar, e é isso que quero passar pra elas, pra o que dar valor a... quanto custa pra comer, quanto custa pra se vestir, pra se manter, que o estudo hoje é tudo na vida do ser humano e ainda mais no mundo que vivemos, no mundo da tecnologia. (E4, 2019)

Concluí o ensino médio no período que estive no Conquista Criança. Tive a oportunidade de ingressar na Fainor em Engenharia da Computação, mas, infelizmente, por questões financeiras, não consegui dar continuidade, [...] Atualmente eu trabalho como freelance, atuo como blogueiro, tenho blog, atuo com trabalho na área de design gráfico, trabalho com fotos, ensaios fotográficos, como filmmaker, fazendo videoclipes, alguns trabalhos comerciais. Mas, esses trabalhos são mais para garantir de certa forma a renda para, pelo menos, pagar as contas e me manter firme no foco dos estudos. (E1, 2019).

Os cursos me fizeram hoje ser a pessoa que eu sou. Você vê ó, formei e fiz meu magistério, terminei meu magistério com dezoito anos, com dezessete eu comecei a dar aula na própria instituição que eu te falei que eu conheci com 17 anos que foi no Famec que fica ali acima do hiper,[...] o Conquista Criança me transformou dessa forma, mudou, me fez a pessoa que eu sou, [...] sou casada há mais ou menos uns doze anos com meu marido, tenho casa própria, trabalho contratada municipal de contrato, [...] formei em magistério, sou formada em fisioterapia, também, tenho uma pós em dermato. (E3, 2019).

Nessa primeira fase, eu fiquei no programa por dois anos. Saí do programa porque, quando eu completei 15 anos, passei numa seleção na Caixa Econômica Federal para trabalhar como adolescente aprendiz. Na época a Caixa tinha uma parceria com o Conquista Criança e todos os aprendizes tinham de ser do Conquista Criança. Trabalhei lá por dois anos. Depois voltei para o Conquista Criança para fazer apenas a oficina de Corte e Costura, pois eles também tinham uma parceria com a Dass, onde eu também trabalhei por 11 meses. (E2, 2019).

Essas mudanças de vida, sobretudo para os educandos, foram significativas e importantes, apesar da discussão sobre o caráter imediatista das políticas públicas. Nesse sentido, fazer parte do grupo de pessoas que está inserido nas transformações da sociedade significa, para esses jovens, uma noção de pertencimento, que está ligada à discussão sobre memória individual e memória coletiva, diversas vezes destacada neste texto. Ou seja, estar inserido em um grupo permite aos indivíduos ter lembranças, pois, conforme Halbwachs (2003), as lembranças só são possíveis se amparadas no grupo. Por esse motivo, ter emprego, família, cursar o ensino superior figuram como ações fundamentais para a inserção em um grupo, como se pode verificar nas narrativas anteriores.

Os educadores que estavam em contato direto com os educandos também relatam uma mudança de autoestima dos educandos, pois as atividades, a forma como eram tratados e o fato de terem um compromisso e comparecer ao programa, incutiu nesses indivíduos um sentimento de pertencimento, inexistente outrora. Muitos não tinham moradia, eram muito pouco remunerados por atividades exaustivas, além de sofrerem o olhar de reprovação e julgamento das demais pessoas sobre eles.

A noção de pertencimento ao grupo também pode ser notada no fato de o programa ter oferecido para alguns educandos a possibilidade de retornar como educador e poder ressignificar outras realidades:

[...] Nos meus 18 anos de idade, receber a proposta de trabalhar no programa “Vivendo a terceira idade” ... No ano de 2002, recebi essa proposta [...] aí fiquei lá um tempo e retornei agora ao Conquista Criança, não como educando, mas como educador [...] Agora mais como um repassador do conhecimento adquirido na própria instituição. Eles conseguiram mostrar que é possível proporcionar oportunidade para crianças e adolescentes que são marginalizados, que não têm vez na sociedade e que estão desacreditados, sem perspectiva de vida e que ali eles poderiam ter uma oportunidade de se reencontrar enquanto indivíduo, em busca de uma dignidade plena, de uma formação, também, para a cidadania. (E1, 2019).

Projetos sociais como esse nos remetem à reflexão realizada por Guedes et al. (2006) sobre a uniformidade dos discursos que legitimam a própria existência dos projetos, nos quais a preocupação em ocupar as crianças e os jovens é um dos maiores motivadores, pois os idealizadores e todos que estão envolvidos no processo de efetivação colaboram para que esses indivíduos tenham menos tempo livre e, portanto, estejam menos disponíveis para serem cooptados para atividades ilegais. Gonçalves (2003, p. 172) resume também esta forma de legitimação de discurso que acaba fazendo parte, tanto da vida dos educadores, quanto dos educandos e suas famílias:

Afastar os meninos do mundo do crime, tirá-los da rua, livrá-los da violência – estas têm sido as justificativas usadas pelos projetos sociais voltados para os jovens das comunidades pobres. Todos pretendem ocupá-los com atividades educativas, esportivas, culturais e de formação para o trabalho. Acreditam que o espaço deixado pela carência de atividades possa ser ocupado pelo crime ou pelo ócio. São várias as entidades espalhadas pelo país cuja intenção é tirar moças e rapazes de situação de risco.

A palavra de ordem, nesse sentido, é “tirar as crianças das ruas”, o que Sposito e Carrano (2003) denominam “controle social do tempo livre”, ou seja, os projetos sociais, cientes da grande e significativa diversidade que apresentam, apoiam-se em uma plataforma comum que opera por meio de algumas premissas que, na sua aparente simplicidade, veiculam determinada visão da sociedade, da estruturação social, da relação entre classes sociais e entre gerações e das estratégias pedagógicas para construção da pessoa.

Como se referem Sposito e Carrano (2003), não se trata apenas de uma retórica legitimadora: à valorização, também onipresente, da educação formal, acrescenta-se a valorização de atividades complementares, no sentido de ocupar o maior período de tempo possível do cotidiano de crianças e jovens, em especial os mais pobres, na medida em que, se supõe, os indivíduos menos pobres já são intensamente controlados por suas famílias.

Nesse contexto de transformações, é possível verificar, nas falas dos entrevistados, os encaminhamentos dados ao programa nos anos que se seguiram à saída dos entrevistados. O que se faz unânime é o sucateamento dos ideais iniciais do Conquista Criança e o não prosseguimento de algumas atividades. O educando que se tornou educador, reforça essa constatação:

Então o Conquista Criança perdeu a característica inicial da qual ele foi implantado com o objetivo de promover esse progresso para jovens e adolescentes para se destacarem em esportes, na cultura, nas oficinas profissionalizantes e buscarem ali um objetivo para o futuro, é muito triste saber disso e infelizmente por ser um trabalho de cunho político a gente sabia que de alguma forma isso poderia acontecer isso. (E1, 2019).

Percebe-se que ele atribui esse distanciamento dos objetivos iniciais a uma modificação na política que foi sendo realizada na cidade nos anos subsequentes. Essa modificação, portanto, se deve a uma concepção de modos de praticar a ação política, “do exercício do governo (abertura ou não de canais de participação dos atores/formas de parceria etc.) e das relações com a sociedade civil na construção da esfera pública” (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 20). Nesse sentido, uma profissional relatou:

As máquinas de costura estão sucateadas. A sala de serigrafia virou depósito, tá tudo lá largado simplesmente igual lixo. Um desastre. Totalmente! Eu chamo de desastre, porque assim, todo um trabalho que se fez durante anos e anos se perdeu. Totalmente! [...] Hoje eu encontro com os filhos dos meninos que eu participei, tem menino lá que é filho de aluno meu. E é completamente diferente, parece que é. [...] Hoje tudo tá muito permissivo, tá tudo normal, né, é diferente de 20 anos atrás, então assim, o perfil do menino que a gente tinha antes, mesmo sendo com toda dificuldade que foi, vamos supor, o chamado menino de rua de 20 anos atrás é muito diferente de hoje. Totalmente. [...] Mas não tem mais a casa de acolhimento. Os meninos que não tem onde dormir voltaram pra rua. [...] As oficinas profissionalizantes não existem mais, nenhuma. O professor de

percussão hoje tá sendo um educador normal lá dentro. [...] O perfil não é mais de menino de rua. São crianças que tem um padrão social baixo, só isso. A Prefeitura não faz um trabalho de busca dessas crianças. Simplesmente fala: “abriu vaga”, igual escola. (P6, 2019).

Esses relatos corroboram o que foi levantado por Santos (2007) sobre as administrações do Partido dos Trabalhadores que foram se seguindo no município de Vitória da Conquista, tendo em vista que, no período final da análise aqui proposta, Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) já era o presidente do país. Ao expor as afirmações de que tal partido tornou-se conservador, fica claro o seu alinhamento com a implantação do neoliberalismo, que já vinha sendo realizada em período anterior no país, ainda quando Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) era presidente. Ao alinhar-se com o proposto pelo executivo federal, José Raimundo Fontes acabou por executar programas e projetos federais que eram homogeneizantes isto é, não consideravam as especificidades locais.

Os entrevistados desta pesquisa demonstram que o Conquista Criança perdeu as características de auxílio às crianças e adolescentes que viviam nas ruas, imprimindo modificação no público atendido, pois, ainda que vise às famílias pobres, não existe mais o acolhimento para “os meninos de rua”.

A entrevistada P3 (2019) narrou que “a Casa de Acolhimento ainda se chama de Casa de Acolhimento, mas ela recebe só bebês, crianças que o conselho tutelar retira de alguma família e que tá em maus-tratos”. Um educando relatou que não percebe mais a visão “humanística” que norteava as ações do programa em seu início, ou seja, não percebe mais o afã dos profissionais em oferecer caminhos para que as crianças e adolescentes saiam da situação de vulnerabilidade social.

Outra discussão importante é a proposta por Spósito et al (2007), em estudo que analisa a iniciativa pública voltada para jovens em municípios. Os autores relatam que essa realidade municipal tanto fornece experiências inovadoras e democráticas, quanto reproduz práticas de uma cultura de mandonismo local, por isso tamanha é a riqueza da análise. Além disso, ressaltam que as políticas federais voltadas para a juventude emergem a partir da segunda gestão do governo Fernando Henrique Cardoso, mais especificamente, a partir de 1997. “Em 1997-2000 verifica-se a expansão dos programas (21%), acentuada significativamente no último período (2001-2004), que reúne 64,8% das iniciativas” (SPÓSITO et al, 2007, p.221). Junte-se a isso acontecimentos marcantes da década de 1990 como o

assassinato do índio Galdino por jovens de classe média e rebeliões que aconteceram em várias unidades estaduais da Febem. Tais questões fizeram surgir questionamentos e preocupações com a juventude, principalmente, pobre:

[...] sob o ponto de vista das políticas de juventude, a visibilidade que ocorre se origina, sobretudo, dos adolescentes pobres, em situação de rua ou em conflito com a lei. Essa visibilidade, agravada por um clima de insegurança social, engendra demandas de controle e de disciplinamento de sua conduta. Talvez esta seja uma forte razão para a demora na constituição de um discurso público favorável às políticas de juventude, capaz de romper com a associação entre juventude, vulnerabilidade, risco e violência, inserindo-o na esfera dos direitos das múltiplas cidadanias. (SPÓSITO et al, 2007, p.224).

Apesar desse discurso em torno das políticas para a juventude pobre, recaímos novamente no fato de que continuou sendo realizada uma separação entre os sujeitos. Isso se verifica na forma como ideias foram sendo reiteradas e denominações foram sendo mantidas. Realizou-se, mais uma vez, uma cisão entre os adolescentes “vulneráveis ou em situação de risco” e os jovens, estes passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos “e os “outros”, até recentemente cunhados como “menores”, seriam objeto de ações reparadoras ou preventivas de sua provável delinquência (SPÓSITO et al, 2007, p.225).

Outro educando relatou:

Outro dia eu fui lá no Conquista Criança lá, fiquei triste com o que vi. [...] você não via mais aquela união como era na minha época... Você não vê mais a prefeitura se dedicando. Abandonado... nem alimento pra lá eu vi que a prefeitura não tava levando pra lá. E era um projeto muito bom. Um projeto que levou muitos prêmios pra Vitória da Conquista... um Projeto que levou conquista pra fora! Eu fiquei pouco tempo lá, mas eu me lembro que a gente viajava muito. (E4, 2019).

Essa fala se relaciona com outra dimensão apontada por Spósito et al (2007), quando esses autores questionam o caráter de inserção dessas políticas, trazendo a discussão novamente a dicotomia “adolescente pobre” e “jovem” que sempre acaba prevalecendo. Isto porque, passados anos da promulgação do ECA, há um grande reconhecimento dos direitos de qualquer criança, independentemente de sua condição, o que não ocorre com o adolescente, pobre, negro e morador das periferias urbanas, pois estes estão sujeitos a ações compensatórias e de forte teor socioeducativo.

Tal fato se reflete também como um dos motivos pelos quais o Programa Conquista Criança deixou de lado o atendimento a esse grupo, em específico, revelando o descaso e a negação da condição deles como sujeitos em formação, “com múltiplas possibilidades abertas ao crescimento pessoal ao lado de necessidades amplas no domínio do lazer, da cultura, do esporte, da participação, entre outros” (SPÓSITO et al, 2007, p.248). Além disso, as políticas públicas destinadas ao público infanto-juvenil em Vitória da Conquista acabam reproduzindo e produzindo práticas que em nada fazem modificar a posição social das crianças e adolescentes atendidos pelo Programa de forma permanente, indo de encontro as ações de participação e democratização que deveriam incluir esses sujeitos.

Diante dessas afirmações sobre a continuidade, tanto do Programa Conquista Criança, quanto das políticas públicas para crianças e adolescentes em âmbito municipal, é preciso dizer que, conforme se tratou ao longo desta dissertação, existe um descaso por parte do Estado com a população empobrecida, pois, apesar da intervenção do Estado, a iniciativa do programa partiu da pressão de movimentos sociais, principalmente nos aspectos legais.

Depois de observar os relatos de uma parte tão significativa da história da vida dos entrevistados, percebe-se o enredamento das memórias individuais, construídas a partir das memórias coletivas, reafirmando que uma não existe sem a outra e que a manutenção de memórias oficiais não impede que as memórias que foram silenciadas emergjam em variados momentos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivando analisar as memórias dos sujeitos que fizeram parte do Programa Conquista Criança em Vitória da Conquista, esta dissertação contou com um referencial teórico que alcança questões relativas à trajetória histórica da infância e adolescência em situação de vulnerabilidade social no Brasil. Assim, se fez importante remontar ao período colonial para concluir que o descaso do estado com crianças e adolescentes acompanha a história do desenvolvimento do país.

No período do Brasil colônia as crianças não recebiam tratamento condizente com sua idade. A concepção de infância dissociada da imagem degradante de “mini adultos” foi forjada paulatinamente. Ao longo dos séculos se constrói para crianças e adolescentes um tratamento ideal, garantido pelo ordenamento jurídico, fundado da Doutrina da Proteção Integral.

Após essa lenta modificação, foi possível perceber que crianças e adolescentes negras, e que faziam parte de famílias de baixo poder aquisitivo, foram relegados ao esquecimento, isso porque esse grupo passou a ser estigmatizado na sociedade que pretendia evoluir nos rigores dos preceitos morais e noções que vinham sendo difundidas e incrustadas no imaginário social brasileiro desde o final do século XIX. Preceitos esses, legitimados por teorias higienistas, conforme foi tratado na primeira seção desta dissertação.

O Estado, durante boa parte do século XX, compactuou com o pensamento de que os pobres e negros constituem a engrenagem do retrocesso social, e em razão disso, alimentado por essa memória, lhes conferiu um tratamento pautado no controle, ainda que isso se desse pela força policial. A partir dessa premissa, suas crianças deviam ser resgatadas para que não sucumbissem aos péssimos hábitos e vícios “recorrentes” em suas famílias.

Somente no ano de 1990 é que se verifica, após um longo processo de luta dos movimentos sociais e de Instituições que tinham como cenário a redemocratização do país (1985-1990), a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o que representou uma emblemática mudança de paradigma, sobretudo no que diz respeito à assistência aos que se encontravam em situação de rua, abrindo precedentes para que estados e municípios começassem a implantar políticas públicas, com base nos parâmetros do ECA.

É nesse contexto que se insere a idealização do Programa Conquista Criança, como uma ação de resposta do poder público municipal de Vitória da Conquista, estado da Bahia, aos preceitos estatuídos pela Doutrina da Proteção Integral estimulada em âmbito nacional pelo Estatuto e também, em razão de inquietações e provocações de movimentos sociais existentes no município naquela época.

Com o intuito de perceber como se deu a efetivação e o desenvolvimento do Programa Conquista Criança recorreu-se às memórias dos coordenadores, educadores e educandos, fazendo a opção pelo arcabouço teórico da memória. Nesse sentido, com a realização de entrevistas, tanto com os educadores, quanto com os educandos, revelaram-se questões que vão muito além do cenário municipal, alcançando engendramentos em âmbito federal e com o sistema econômico capitalista vigente.

Para alcançar o objetivo proposto na seção da Introdução, qual seja, analisar o Programa Conquista Criança do Município de Vitória da Conquista, à luz das memórias de seus coordenadores, educadores e educandos desde 1997, ano de sua instituição, até o ano de 2007, realizou-se, em primeiro lugar, uma imersão nos fatos históricos que foram se acumulando para conformar o que acontece, nos dias atuais, no cenário de assistência às crianças e aos adolescentes brasileiros. Foi necessário, portanto, analisar questões que remontam ao período colonial, para entender como o Estado e a sociedade civil, em diferentes épocas, tratam esse público.

Após a abordagem histórica, procedeu-se à apresentação e análise das narrativas obtidas por meio de entrevistas, verificando que o contexto de criação, efetivação e funcionamento do programa se entrelaça com as memórias dos diferentes atores identificados pela pesquisa. Por isso, optou-se por debater o período anterior à sua criação, em seguida, a presença no programa durante seu funcionamento, entre os anos de 1997 até 2007, e, por fim, o momento após a saída dos entrevistados.

Assim, nas narrativas destaca-se a ideia de que, à parte a inadequação do uso da expressão “menor”, crianças e adolescentes pobres continuam sendo vistos como tais, em uma relação constante com o olhar marginalizante, sobretudo da sociedade, que reproduz as visões oficiais como visões verdadeiras sobre determinados grupos.

Esses apontamentos fazem refletir, por conseguinte, sobre a questão das memórias subterrâneas de Pollak enquanto alvo do silenciamento dos grupos dominantes. Nesse cenário, não é possível afirmar que o lugar de silêncio é acatado por esses grupos de forma pacífica e sem conflitos, porquanto tais memórias emergem em momentos específicos, como no contexto de uma política pública que, apesar de ter promovido expressivas mudanças, ainda não é suficiente para a modificação de certas realidades.

Ainda é preciso dizer que as políticas públicas não são feitas só de regras e estruturas físicas; a participação de cada indivíduo na sua efetivação também é crucial para um bom desenvolvimento. Assim, a pesquisa mostrou que a atuação dos profissionais, diante de cada realidade alcançada nas entrevistas, efetivamente lhes conferia a sensação de acolhimento e, por muitas vezes, o porto seguro que era buscado pelos assistidos, se tornando, em conjunto com os demais atrativos, razões para sua continuidade no espaço do Conquista Criança.

Não se pode olvidar que determinadas mudanças ocorridas na dinâmica do Programa Conquista Criança se deram no processo de adaptação a programas executados pelos Governos Estadual ou Federal, que não visavam as peculiaridades de cada localidade, haja vista que se tratavam de um plano de ação em um âmbito maior. Em sendo assim, algumas práticas locais experimentadas no programa, que apresentam, nas narrativas dos entrevistados, um diferencial no acolhimento dos assistidos, foram paulatinamente extintas.

Mais do que isso, a descontinuidade de práticas que eram realizadas no início do programa e a modificação do público-alvo revelam a rejeição, pouco a pouco, das crianças e adolescentes em situação de rua, público alvo inicial das atividades do Conquista Criança, à marginalização. O programa que, no início, abrangia esse público muito específico de crianças e adolescentes em situação de rua, passou por mudanças que foram acompanhadas pela alteração da política municipal. Segundo os relatos, o programa atualmente não apresenta a mesma estrutura institucional, haja vista que opera como uma escola em tempo integral, mudanças que ocorreram pouco a pouco, no decorrer do tempo.

Essa descontinuidade demonstra posicionamentos diferentes no direcionamento dado à assistência entre os governos dos prefeitos Guilherme Menezes e José Raimundo Fontes, que se revezaram no poder durante cinco mandatos no município de Vitória da Conquista. Fica evidenciado nos relatos dos

entrevistados que a proposta inicial do Programa não foi mantida na sua integralidade durante o período pesquisado.

Apesar de haver, durante todo o período pesquisado, o mesmo partido político no governo município, que via de regra orientava suas políticas pelo assistencialismo, a forma de se manejar essas práticas se bifurcava em prioridades diferenciadas com relação ao papel da assistência no município de Vitória da Conquista.

Os relatos dos entrevistados demonstram que os dois prefeitos que alternaram cinco mandatos no governo municipal se apresentavam com posturas diferentes diante das questões de assistência no atendimento a populações em situação de risco e vulnerabilidade. Chama atenção, inclusive, um relato de um dos entrevistados de que o prefeito Guilherme Menezes apresentou certo “desencanto” com relação ao Programa Conquista Criança em razão das modificações que constatou na sua estrutura, ao retornar ao governo municipal no ano de 2009. Nas palavras do entrevistado:

[...] acho que tinha uma expectativa de que num segundo... num segundo não, na volta do Guilherme, de que houvesse um... um cuidado. Mas acho que naquele tempo Guilherme errou em permitir, talvez ele não tivesse muito tempo, não tivesse a energia que tinha, talvez tivesse também se frustrado de muitas coisas, acho que sim, nunca ouvi isso dele... mas acho que... é... aquilo que eu te falei que aconteceu, onde secretários passaram a tomar frente e limitar as ações possíveis que a gente tinha, e já não tinha mais luxo algum. Eu acho que o programa deixou de ser prioritário. Então eu acho que a criança e o adolescente, mesmo reconhecendo o Guilherme, que nunca esqueceu, mas acho que deixou de ser prioridade a criança e o adolescente para o município. (P4, 2019).

Um fator importante para a modificação no direcionamento das políticas praticadas no Programa foi a saída dos idealizadores e dos participantes mais antigos do Conquista Criança, haja vista que se tratavam em sua maioria de profissionais ligados à Secretaria de Desenvolvimento Social, composição que se modificava a cada gestão. Novas ideias surgiram, direcionando o serviço prestado pelo programa mais à educação básica de crianças advindas de famílias pobres, do que propriamente à assistência às crianças e adolescentes que se encontravam em situação de rua, vulneráveis socialmente, e muitas vezes vivendo em risco social.

Percebe-se ainda que memórias narradas pelos profissionais e educandos, se relacionam com a histórica ausência do Estado em investir e promover políticas públicas para crianças e adolescentes, além de revelar uma falta de interesse estatal generalizada, no que diz respeito às políticas na área social, no sentido de eliminação, ainda que tímida, das desigualdades. No que diz respeito às políticas públicas, portanto, o município encontra-se distante de materializar o que foi preceituado pelo ECA, quando não atende à totalidade das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Assim, pensando o Programa Conquista Criança e a linha do tempo das políticas públicas voltadas para a infância e a adolescência no Município de Vitória da Conquista - Bahia apegam-se à ideia de que a modificação do atual cenário não é tarefa fácil, tendo em vista que, conforme Halbwachs (2003), as memórias se estendem ao longo do tempo e se perpetuam no espaço, sendo patentes a continuidade e a permanência do passado. Além disso, as modificações precisam ser pensadas não somente com a promulgação de legislações, como as citadas nesta dissertação, a exemplo do ECA ou da Constituição Federal de 1988, mas com mudança no cenário socioeconômico atual que engendra as desigualdades e impõem barreiras para sua superação.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ABRINQ. **Relatório anual 2018**. Disponível em: https://www.fadc.org.br/sites/default/files/2019-04/RA_WEB_Final_2018_Baixa.pdf. Acesso: 20 fev. 2020.

ABRINQ. **Guia Prefeito Amigo da criança 2005-2008**. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/abrinq/compromisso_livro1.pdf. Acesso: 20. fev. 2020.

ALMEIDA, F. G.; CARVALHO, I. M. M. O Projeto Axé: relato de uma experiência. **Cad. CRH**. Salvador, n.23. p.76-97, jul./dez.1995.

ALVES, J. M. Assistência Social. In: FERNANDES, R. M. C.; HELLMANN, A. **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.

ANDRADE, F. S. **Cotidiano, trajetórias e políticas públicas: crianças e adolescentes em situação de rua em Vitória da Conquista, Bahia (1997-2007)**. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. **Crianças e adolescentes em situação de rua: ocupação e domínio do espaço público urbano**. Tese (Doutorado em Educação). 156 f. Universidade Federal de Mato Grosso. Programa de Pós-graduação em Educação, Cuiabá, 2014.

ARANTES, E. M. M. Rostos de Crianças no Brasil. In: PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (orgs.) **A arte de governar crianças**. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula/Amais Livraria e Editora, 1995.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. **Atlas da violência 2019**. Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso: 15 set. 2019.

BARROS, M. N. S. As conquistas da juventude: das políticas já implementadas aos desafios que se apresentam. In: SANTOS, E.L.; CAIRES, F.C.B. (orgs.) **Conquistas da juventude: políticas públicas e cidadania**. Vitória da Conquista: Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 2007.

BASBAUM, L. **Uma vida em seis tempos**. São Paulo: Alfa-Ômega.

BITENCOURT, K. A. **A constituição de um programa para crianças e adolescentes em situação de risco em Vitória da Conquista:** da ideia de Política Pública à Prática Assistencial. Monografia (Curso de Especialização em Políticas Públicas e Educação). Departamento de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2006.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil.** Outorgada em 25 de março de 1824.

_____. **Código Criminal do Império.** Lei de 16 de dezembro de 1830.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Promulgada em fevereiro de 1891.

_____. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890.** Código Penal dos Estados Unidos do Brasil.

_____. **Decreto nº 16.272, de 20 de dezembro de 1923.** Regulamento da assistência e protecção aos menores abandonados e delinquentes.

_____. **Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927.** Consolida as leis de assistência e protecção a menores.

_____. **Código Penal.** Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940.

_____. **Código de Menores.** Lei nº 6.697 de 10 de outubro de 1979.

_____. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Brasília, 13 de julho de 1990.

_____. **Guia para Gestores do Projeto Agente Jovem.** Ministério da Previdência e Assistência Social. Brasília, 2000.

BUSSO, G. **El enfoque de la vulnerabilidad social em el contexto latinoamericano:** situación actual, opciones y desafíos para las políticas sociales a inicios del siglo XXI. Santiago, Chile: CEPAL, 2001.

CARNEIRO, C. B. L.; VEIGA, L. **O conceito de inclusão, dimensões e indicadores.** Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social, jun. 2004. (Pensar BH – Política Social, 2.).

CARVALHO, M. A. C. Pedagogia de rua. **Bahia: Análise & Dados,** Salvador, CEI, v. 4, n. 4, p. 89-100, março, 1995.

CASTEL, R. **A Insegurança Social:** o que é ser protegido? Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CHAMBOULEYRON, R. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

COELHO, E. C. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. **R. Adm. Públ.**, Rio de Janeiro, v. 12, número 2, pp.139-161, 1978.

DEDIHC. **O que é ser Cidadão**. 2019. Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=8>. Acesso: 15 set. 2019.

DORES, Fabiola Gaspar das. A memória como método de pesquisa. **Cadernos de campo**: Revista de Ciências Sociais, São Paulo, n. 4, p. 113-131, 1999. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/10143/6642>. Acesso em: 5 jan. 2020.

DREXEL, J.; IANNONE, L. R. **Criança e miséria**: vida ou morte? 10. ed. São Paulo: Moderna, 1994. (Coleção Polêmica).

DUDH. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. UNIC: RIO, agosto de 2009. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso: 10 ago. 2019.

FENTRESS, J.; WICKHAM, C. **Memória Social**. Trad. de Telma Costa. Lisboa: Editorial Teorema, 1992.

GIANEZINI, K.; BARRETTO, L. M; GIANEZINI, M.; LAUXEN, S. L.; BARBOSA, G. D.; VIEIRA, R. S. Políticas públicas: definições, processos e constructos no século XXI. **R. Pol. Públi.**, v. 21, nº 2, 2017.

GOFFMAN, E. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª. Ed.- Rio de Janeiro: LTC, 1981.

GOHN, M.G. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

GÓIS JÚNIOR, E. “Movimento Higienista” na história da vida privada no Brasil: do homogêneo ao heterogêneo. **ConScientiae Saúde. Rev. Cient.**, v. 1, nº 1, pp. 47-52.

GONÇALVES, M. A. R. **A vila olímpica da Verde-e-Rosa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. GONÇALVES, M. A. R. A vila olímpica da Verde-e-Rosa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. (Violência, Cultura e Poder).

GRACIANI, M. S. S. **Pedagogia Social de Rua**. São Paulo: Cortez, 2001.

GUEDES JÚNIOR, A. F. C. Entre o tempo e o espaço: cidade e memória social. In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, julho de 2011, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo, 2011. p. 01-11

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

HILLESHEIM, B.; Cruz, L. R. Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. **Psicologia & Sociedade**, vol. 20, nº 2, 2008, 192-199.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

IPSOS. **Pesquisa classifica o Brasil como primeiro do ranking de países da América Latina com percepção de alto risco de violência contra crianças**. 17 de abril de 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/578031-pesquisa-classifica-o-brasil-como-primeiro-do-ranking-de-paises-da-america-latina-com-percepcao-de-alto-risco-de-violencia-contra-criancas>. Acesso: 20 set. 2019.

LEITE, L. C. **Meninos de rua: a infância excluída no Brasil**. São Paulo: Atual, 2001.

LIBERALESSO, R. C. B. A educação social de rua e os pressupostos educacionais freireanos: um estudo de caso. **Vidya**, v. 24, nº 42, p. 41-46, jul./dez., 2004.

LINHARES, J. M. **História Social da Infância**. 1ª ed. Sobral: Inta, 2016.

LONGO, I. S. O estigma dos três ps: pobre, preto, da periferia. A visão de adolescentes da Comunidade Heliópolis. In: Colóquio Internacional Culturas Jovens – Afro-Brasil América: encontros e desencontros. São Paulo. **Anais [...]**, 2012.

LOPES, R. E.; SILVA, C. R.; MALFITANO, A. P. S. Adolescência e juventude de grupos populares urbanos no Brasil e as políticas públicas: apontamentos históricos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.23, p. 114–130, set. 2006.

LYRA, D. **A república dos meninos: juventude, tráfico e virtude**. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2013.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MINAYO, M. C. S. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.**, Recife, v. 1, n. 2, p. 91-102, Aug. 2001.

MISSE, M. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo**. Col. Conflitos, Direitos e Culturas. 2ª Tiragem, Ed. Lumen Juris, 2011.

MOLL, J. **Programa Mais Educação: Passo a passo**. Ministério da Educação. Brasília, 2011.

MORAES JÚNIOR, A. N. **Memórias dos profissionais do sistema de justiça que atendem adolescentes autores de ato infracional em Vitória da Conquista-BA**. 179 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2018.

MORAES JÚNIOR, A. N.; SANTOS, J. D. F. Memórias do menorismo no sistema de justiça em Vitória da Conquista-Bahia. **O Social em Questão**, Ano XXII, nº 45, Set/Dez, 2019.

MORGANTE, M. M.; NADER, M, B. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. In: **Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio**, 28 de julho a 1º. De agosto de 2014.

MOUSSALLEM, M. **Associação privada sem fins econômicos de Assistência Social**: entre a lógica da filantropia e do reconhecimento da cidadania. O caso da Liga das Senhoras Católicas de São Paulo. 215f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, J. M. F.; MELO, L. S.; SILVA, M. P. **Central de abastecimento do município de Vitória da Conquista: Problemas e soluções para a sua infraestrutura logística**. s/d. Disponível em:

[https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/40747634/CEASA.pdf?response-](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/40747634/CEASA.pdf?response-content-)

[disposition=inline%3B%20filename%3DCentral_de_Abastecimento_do_municipio_d](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/40747634/CEASA.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DCentral_de_Abastecimento_do_municipio_d)

[e.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/40747634/CEASA.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DCentral_de_Abastecimento_do_municipio_d)

[Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20200220%2Fus-east-](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/40747634/CEASA.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DCentral_de_Abastecimento_do_municipio_d)

[1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20200220T213402Z&X-Amz-](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/40747634/CEASA.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DCentral_de_Abastecimento_do_municipio_d)

[Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/40747634/CEASA.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DCentral_de_Abastecimento_do_municipio_d)

[Signature=91fef6e93a73719d6c62ba50766c2257d24ccaec77c382744254437a4c4c1](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/40747634/CEASA.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DCentral_de_Abastecimento_do_municipio_d)

6cf. Acesso: 15 fev. 2010.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. **Livro 1 Tit. 62**: Dos Provedores e Contadores das Comarcas (Cont.). Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l1p125.htm>. Acesso: 20 fev. 2020.

PASSETTI, E. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PERALTA, E. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. **Arquivos da memória**, v. 2, p. 4-23, 2007.

PILOTTI, F. J.; RIZZINI, I. (Ed.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PINHEIRO, M. C. L. O trabalho de crianças escravas na cidade de Salvador 1850-1888. **Afro-Ásia**, nº 32, 2005, p. 159-183.

PMVC. **Dados estatísticos**: Vitória da Conquista. 23 de abril de 2019. Disponível em: <<https://www.pmvc.ba.gov.br/dados-estatisticos/>>. Acesso: 30 set. 2019.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.

PÚBLIO, C. A. M. **Memória social e coletiva da institucionalização de crianças e adolescentes no município de Vitória da Conquista, Bahia, e seus reflexos na Casa de Acolhimento (1997 a 2015)**. 263f. Tese (doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade). Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2016.

RAMOS, F. P. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XV I. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

RIZZINI, I. **O século perdido, raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 376-406.

SANTOS, M. A. C. Criança e criminalidade no início do século. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p.210 – 230.

SANTOS, J. D. F. **Violência no sertão da ressaca: a negação dos direitos da população infanto-juvenil em Vitória da Conquista, Bahia (1997-2005)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2007.

_____. **As diferentes concepções da infância e da adolescência na trajetória histórica do Brasil**. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 28, p. 224-238, dez. 2007. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/28/art15_28.pdf>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2018.

SCHMIDT, M. L. S.; MAHFOUD, M. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993.

SÊDA, E. **A criança e o fiel da balança: A Solução de Conflitos Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro: Edição Adês, 2004.

SEDS. **Medidas Socioeducativas**. Publicado em 22/06/2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servico-de-protecao-social-a-adolescentes-em-cumprimento-de-medida-socioeducativa-de-liberdade-assistida-la-e-de-prestacao-de-servicos-a-comunidade-psc>> Acesso: 16 set. 2019.

SILVA, I. S. **A Serra do Periperi e as implicações socioambientais decorrentes da expansão urbana em Vitória da Conquista – BA**. 170f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, 2013.

SILVA, R. **Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.

SOUZA, B. J. **Arreios, Currais e Porteiras: Uma leitura da vida política em Conquista na Primeira República**. 181p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – PUC/SP, 1999.

SPOSATI, A. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social**. 3º. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 84 p

SPÓSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: FÁVERO, O.; SPÓSITO, M. P.; CARRANO, P.; NOVAES, R. R. (Orgs.). **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. 284 p. – (Coleção Educação para Todos; 16).

SPÓSITO, M. P.; SILVA, H. H. C.; SOUZA, N. A. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitana. In: FÁVERO, O.; SPÓSITO, M. P.; CARRANO, P.; NOVAES, R. R. (Orgs.). **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. 284 p. – (Coleção Educação para Todos; 16).

TRINDADE, R. L. P. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. **Revista Temporalis**, n°. 04, Ano II, julho a dezembro de 2001.

UNICEF. **A Educação que protege contra a violência**. 2019. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/4091/file/Educacao_que_protege_contra_a_violencia.pdf. Acesso: 20 set. 2019.

VOLPI, M. **Sem Liberdade, Sem Direitos: a privação da liberdade na percepção do adolescente**. SP: Cortez, 2001.

WESTIN, R. **Crianças iam para a cadeia no Brasil até a década de 1920**. Agência Senado. 07/07/2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/07/07/criancas-iam-para-a-cadeia-no-brasil-ate-a-decada-de-1920>. Acesso: 20 fev. 2020.

APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM EGRESSOS

1. Narre sobre sua infância e sua adolescência.
2. Como você conheceu o Conquista Criança?
3. Narre sobre sua vivência no Conquista Criança.
4. Você fez amizades no período em que esteve no Conquista Criança?
5. Como era o perfil das crianças e dos adolescentes atendidos pelo Conquista Criança?
6. Você se lembra de algum/alguma educador/educadora? Como eram eles/elas?
7. Você identificou dificuldades que existiam naquela época para o andamento das atividades no Programa Conquista Criança?
8. Você ficou quanto tempo no Programa Conquista Criança?
9. Na época, você conheceu outra instituição parecida com o Conquista Criança? Fale sobre ela.
10. A sua experiência no Programa Conquista Criança promoveu mudanças na sua vida?
11. Como é sua vida hoje?
12. Você acha que a Prefeitura faz algum trabalho hoje com as crianças e os adolescentes?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EDUCADORES

1. Narre sobre o período em que você trabalhou no Conquista Criança.
2. Fale do atendimento às crianças e aos adolescentes do Conquista Criança, no período que você trabalhou na instituição.
3. Qual atividade você exercia no Conquista Criança?
4. Você se recorda como as crianças e os adolescentes eram selecionados para o programa?
5. Você saberia dizer qual é o perfil das crianças e adolescentes atendidos no Conquista Criança?
6. Você realizou alguma capacitação na época para atender às crianças e aos adolescentes? Antes ou durante? Como funcionou?
7. Você pode apontar as dificuldades existentes naquele período na rotina da instituição?
8. Além do Conquista Criança, você pode apontar outro atendimento realizado pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista às crianças e aos adolescentes?
9. Você se recorda dos maiores obstáculos existentes para o andamento do seu trabalho?
10. Como você qualifica a experiência de trabalhar no Conquista Criança?
11. No que diz respeito à administração do Conquista Criança, qual é a maior qualidade que você pode atribuir?
12. A experiência com o Conquista Criança promoveu mudança em sua vida profissional?
13. Qual era o seu vínculo com a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista? O vínculo era compatível com o serviço efetivamente prestado?
14. O que te levou a sair do Conquista Criança?
15. Como você avalia o serviço efetivamente prestado no Conquista Criança?
16. Como você avalia a política de atendimento à infância e adolescência em Vitória da Conquista na época?
17. Como você imagina que estão essas políticas hoje?